



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

OURO PRETO

2021

Reitora da Universidade Federal de Ouro Preto

Prof.^a Dra. Cláudia Aparecida Marlière de Lima

Pró-Reitora de Graduação

Prof.^a Dra. Tânia Rossi Garbin

Diretora do Centro de Educação Aberta e a Distância

Prof.^a Dra. Kátia Gardênia Henrique da Rocha

Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso

Coordenador: Prof. Dr. Wellington Tavares

Prof. Dr. Antonio Carlos Andrade Ribeiro

Prof. Dr. Getúlio Alves de Souza Matos

Profa. Dra. Mirian Assumpção e Lima

Equipe de revisão técnica-pedagógica do PPC - NAP/ Prograd

Leticia Pereira de Sousa

Marcilene Magalhães da Silva

OURO PRETO
2021

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	1
2. HISTÓRICO DA UFOP.....	2
3. HISTÓRICO DO CURSO.....	4
4. CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL.....	7
4.1. Oferta dos Cursos de Graduação no Campo de Públicas.....	7
4.2. Aspectos Sociodemográficos e Econômicos do Município de Ouro Preto.....	13
5. JUSTIFICATIVA.....	18
6. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	22
7. FORMAS DE INGRESSO NO CURSO.....	22
8. CONCEPÇÃO DO CURSO.....	23
8.1. Eixos Temáticos de Formação.....	24
9. OBJETIVOS DO CURSO.....	27
9.1. Objetivo Geral.....	27
9.2. Objetivos Específicos.....	27
10. PERFIL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS DE EGRESSAS E EGRESSOS.....	29
11. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	30
11.1. Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante.....	31
11.2. Corpo Docente e Administrativo.....	34
11.3. Organograma do Curso.....	36
12. ESTRUTURA CURRICULAR.....	36
12.1. Descrição sobre a Articulação entre Teoria e Prática: ensino, pesquisa e extensão. 38	38
12.2. Oferta de Disciplinas a Distância.....	40
12.3. Flexibilidade Curricular.....	43
12.4. Curricularização da Extensão.....	45
12.5. Estágio Curricular Supervisionado.....	48
12.6. Trabalho de Conclusão de Curso.....	50
12.7. Atividades Acadêmico Científico-Culturais.....	51

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

12.8.	Temas Transversais.....	53
12.9.	Mobilidade Acadêmica.....	54
12.10.	Relação com a Pesquisa.....	55
12.11.	Matriz Curricular.....	58
13.	METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	63
13.1.	Incentivo ao Protagonismo na Produção do Conhecimento.....	64
13.2.	Metodologias Ativas de Aprendizagem.....	65
13.3.	Uso de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) <i>Moodle</i> UFOP.....	68
13.4.	Estratégias de Apoio e Acompanhamento aos Discentes.....	69
13.5.	Conhecimento Científico, Autonomia e Cidadania.....	69
13.6.	Atendimentos Educacionais Especializados.....	70
14.	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM.....	70
14.1.	A Concepção de Avaliação no Curso.....	70
14.2.	Os Instrumentos de Avaliação.....	72
15.	AVALIAÇÕES PROMOVIDAS PELO CURSO.....	75
15.1.	Pesquisa com Discentes.....	75
15.2.	Pesquisa com Egressos e Egressas.....	77
15.3.	Diagnóstico Participativo com os Docentes do Curso.....	79
16.	AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS.....	79
16.1.	Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas.....	80
16.2.	Comissão Própria de Avaliação.....	80
17.	AVALIAÇÕES EXTERNAS.....	81
17.1.	Avaliação do Curso.....	82
17.2.	Exame Nacional de Desempenho de Estudante - ENADE.....	82
18.	APOIO AOS DISCENTES.....	83
18.1.	Apoio Acadêmico Institucional.....	83
18.2.	Acompanhamento Acadêmico do Curso.....	85
18.3.	Assistência Estudantil.....	86
19.	CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	87

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

20.	INFRAESTRUTURA.....	87
21.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	90
	REFERÊNCIAS.....	91
22.	ANEXOS.....	93
22.1.	Anexo A – Ementário.....	93
22.1.1.	Disciplinas Obrigatórias.....	93
22.1.2.	Disciplinas Eletivas.....	150
22.2.	Anexo B – Regulamento do Estágio Supervisionado.....	197
22.3.	Anexo C – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso.....	211
22.4.	Anexo D – Regulamento das Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACCs)	
	220	
22.5.	Anexo E – Regulamento das Atividades Acadêmico Científico-Culturais	
	Extensionistas (AACCEs).....	229

1. APRESENTAÇÃO

Este documento apresenta o Projeto Pedagógico de criação do *Curso de Administração Pública, bacharelado, na modalidade presencial* da Universidade Federal de Ouro Preto. O projeto se estrutura a partir das diretrizes nacionais que orientam a criação dos cursos de Administração Pública, bem como das normas da UFOP que incidem sobre a estruturação dos cursos de graduação, quais sejam: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional; Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências; Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências; Parecer CNE/CP Nº 7/2013. Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado; Parecer CONAES Nº 4, de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE; Resolução CUNI nº 1.793, de 14 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2016-2025 da UFOP; Resolução CEPE nº 4.450, de 29 de abril de 2011 aprovou a instituição de Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos cursos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto; Resolução CUNI nº. 414, de 11 de novembro de 1997 que aprovou o Estatuto da UFOP.

O curso funcionará no *Campi-Sede* da UFOP, no município de Ouro Preto, e será alocado na Unidade Acadêmico Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD). Esta proposta surgiu por iniciativa dos e das docentes lotados no Departamento de Gestão Pública (DEGEP) atentos à necessidade de formação de profissionais e cidadãos que atuam junto a organizações que lidam com questões de interesse público. Durante o processo de concepção e elaboração do Projeto Pedagógico de criação do curso a proposta recebeu apoio e colaboração de outros departamentos da UFOP, em especial: Departamento de Ciências Sociais (DECSO), Departamento de Serviço Social (DESSO), Departamento de Ciências Econômicas (DEECO), Departamento de Direito (DEDIR), Departamento de Computação (DECOM), Departamento de Turismo (DETUR), Departamento de Administração (DECAD) e Departamento de Engenharia de Produção, Administração e Economia (DEPRO). Deste modo, já no momento de sua concepção o curso priorizou a interdisciplinaridade que se materializou na dinâmica curricular proposta para o mesmo

e sustentada na formação diversificada do corpo docente que compõe o DEGEP e na interação com outros departamentos da UFOP. Além disso, a concepção pedagógica apresentada neste documento valoriza: a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, a flexibilização curricular, a adoção de metodologias ativas e a aplicação das novas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

2. HISTÓRICO DA UFOP

Com uma estrutura multicampi, formada pelos *campi* de Ouro Preto, Mariana e João Monlevade, a universidade está inserida na mesorregião de Belo Horizonte, estendendo-se até João Monlevade, e na microrregião de Ouro Preto, que abrange as cidades de Itabirito, Ouro Preto, Mariana, Diogo de Vasconcelos e Acaiaca. Nos últimos anos, a UFOP vem consolidando sua importante inserção acadêmica e reconhecimento na região. Atualmente, a universidade ocupa uma área de aproximadamente 151 mil m², com mais de 150 salas de aula e 140 laboratórios de ensino e pesquisa.

Hoje, a UFOP é referência no país, constituindo-se como uma das principais Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil. Essa projeção se deve a sua singularidade nas dimensões históricas, de ensino, pesquisa, inovação e envolvimento comunitário e, sobretudo, à valorização de seu patrimônio humano: alunos, professores e técnicos-administrativos em educação.

A história da criação da Universidade Federal de Ouro Preto se inicia em 1839 com a instituição da Escola de Farmácia e, posteriormente, em 1876, com a fundação da Escola de Minas. A Escola de Farmácia foi a primeira faculdade do Estado e a mais antiga na América Latina na área farmacêutica. Enquanto a Escola de Minas, fundada pelo francês Henri Gorceix, foi a primeira instituição brasileira dedicada ao ensino de mineração, metalurgia e geologia.

A UFOP foi criada no dia 21 de agosto de 1969 com a união da Escola de Farmácia e Escola de Minas. Desde esse período, a instituição ampliou suas atividades de ensino, pesquisa e extensão e criou diversos cursos, unidades acadêmicas e institutos. Um dos primeiros cursos de graduação implantados na UFOP foi o de Nutrição, criado em 1978. A Escola de Nutrição foi fundada apenas em 1994 no *campus* de Ouro Preto. Em 1979, no município de Mariana (MG), foi fundado o

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS), no qual estão inseridos os cursos de graduação em História, Letras e Pedagogia. Posteriormente, em 1981, foi criado no *campus* de Ouro Preto o Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC). No ano seguinte, 1982, no mesmo *campus*, foi criado o Instituto de Ciências Exatas e Biológicas (ICEB), o qual oferece disciplinas de graduação dos ciclos básicos de vários cursos de graduação da UFOP, além da oferta dos cursos de Ciências Biológicas, Matemática, Ciência da Computação, Estatística, Física, Química e Química Industrial.

Na década de 1990 foram criados outros dois cursos de graduação no *campus* de Ouro Preto, o de Direito (em 1993) e o de Turismo (em 1999). Na década seguinte, 2000, a UFOP criou o *campus* avançado na cidade de João Monlevade (MG), no qual são oferecidos os cursos de graduação em Sistemas de Informação e Engenharia de Produção. Em 2009, com a criação dos cursos de Engenharia Elétrica e Engenharia de Computação, foi elevado a Instituto de Ciências Exatas e Aplicadas (ICEA).

Em 2000, por meio do Núcleo de Educação Aberta e a Distância, atual CEAD, iniciou a oferta de cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância em municípios de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. O CEAD oferece, no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), cursos a distância, de Graduação, Pós-Graduação e Extensão, que atendem um público amplo, em que se destacam professores da rede pública do ensino básico, gestores públicos, interessados advindos de demandas sociais, além de outros profissionais da Educação para formação inicial e formação continuada. Atualmente são ofertados em nível de graduação o Bacharelado em Administração Pública e as Licenciaturas em Geografia, Matemática e Pedagogia.

Com o apoio do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a Universidade ampliou suas atividades criando novos cursos, unidades acadêmicas e institutos. Em Mariana foi criado, em 2008, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) onde são oferecidos os cursos de graduação em Administração, Ciências Econômicas, Jornalismo e Serviço Social. No *campus* de Ouro Preto, com apoio do Reuni, foram ampliadas as atividades do Centro Desportivo da Universidade (CEDUFOP). Em 2013, foi fundada, no *campus* de Ouro Preto, a Escola de Medicina, sendo responsável por abrigar o curso de graduação em Medicina, criado em 2007. Nesse mesmo período e *campus* foi criado o curso de graduação em Museologia.

3. HISTÓRICO DO CURSO

A discussão da Administração como área, e por ter interseção com outros campos de atuação como o Direito, as Ciências Sociais, a Economia, as Ciências Contábeis e as Engenharias, iniciou-se apenas a partir da década de 1950 (FISCHER, 1984). Tal discussão tem como base a criação de instituições de ensino voltadas para essa área, como a Escola de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (FGV), como aponta Castro (1981). Antes de iniciar efetivamente o curso na referida instituição, o debate sobre a Administração Pública era considerado estratégico e instrumental (FISCHER, 1984). Nesse período, segundo Kleber Nascimento (1967) e Wahrlich (1974) citados por Fischer (1984), já se "destacava a dignificação e profissionalização da função pública pela garantia de aptidão do funcionário, sua estabilidade, dedicação integral e remuneração condigna" (FISCHER, 1984, p. 281).

Em paralelo, segundo os autores citados, o Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), criado em 1938 no período do governo de Getúlio Vargas, tinha como objetivo iniciar o processo de reforma na Administração Pública brasileira. É possível dizer que o DASP, sob influência norte americana, auxiliou no processo de difusão e ampliação do ensino de Administração Pública no Brasil, especialmente via treinamento. Para Fischer (1984, p. 281), "as principais ações do DASP incorporaram conceitos de racionalidade e eficiência, por meio do estímulo ao emprego de técnicas administrativas". A partir de apoio norte-americano e por meio das ações do DASP, foi proposta a ideia de criação de um centro de estudos em administração, o que ocorreu com a criação de uma escola de Administração Pública, a qual poderia conduzir suas atividades independentemente das universidades e do próprio DASP. Fischer (1984) destaca outras instituições criadas após esse período que contribuíram para o desenvolvimento do ensino da Administração Pública no Brasil, como foram os casos do Instituto de Serviço Público (ISP)/Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público - Universidade Federal da Bahia e a Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH), no Rio Grande do Sul.

Castro (1981) comenta que o ensino de Administração Pública no Brasil é recente, em comparação com outras escolas de Administração, como por exemplo, a *Wharton School*, nos Estados Unidos, que criou o curso em 1881. Para o autor, o ensino de Administração Pública no

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Brasil se fortaleceu por meio da criação da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) pela Fundação Getúlio Vargas em 1952. Atualmente, o ensino e a pesquisa em Administração Pública se encontram em um movimento de expansão no Brasil como parte de um projeto de consolidação de um novo campo profissional: O Campo de Públicas.

O Campo de Públicas reúne docentes, pesquisadores e pesquisadoras que atuam no esforço político-acadêmico pelo reconhecimento de um campo de atuação focado na gestão das organizações públicas, em distinção às práticas de gestão de empresas privadas. Neste sentido, o Campo de Pública vem conquistado autonomia em relação aos tradicionais cursos de Administração, e se constituiu como um projeto de formação e pesquisa sobre temas relacionados ao interesse público. Segundo Pires *et al* (2014, p. 112) o Campo de Públicas

é uma expressão utilizada por professores, pesquisadores, estudantes, egressos-profissionais e dirigentes de cursos de Administração Pública, Gestão de Políticas Públicas, Gestão Pública, Gestão Social e Políticas Públicas, de universidades brasileiras, para designar, essencialmente, um campo multidisciplinar de ensino, pesquisa e fazeres tecnopolíticos, no âmbito das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas, que se volta para assuntos, temas, problemas e questões de interesse público, de bem-estar coletivo e de políticas públicas inclusivas, em uma renovada perspectiva republicana ao encarar as ações governamentais, dos movimentos da sociedade civil organizada e das interações entre governo e sociedade, na busca do desenvolvimento socioeconômico sustentável, em contexto de aprofundamento da democracia.

Na UFOP o campo de públicas se faz presente principalmente pela presença do Departamento de Gestão Pública (DEGEP) em sua estrutura organizacional. É importante resgatar brevemente a história do DEGEP, pois está é parte da história do curso concebido neste projeto. Deste modo, o caminho até a concepção político-pedagógica do *Curso de Administração Pública, bacharelado, na modalidade presencial* a UFOP, iniciou-se em 2010, quando um grupo de professores e professoras lotados no CEAD articulou-se para a criação do DEGEP na unidade. Havia o entendimento de que a criação do Departamento de Gestão Pública potencializaria a atuação dos e das docentes lotados no CEAD cujo foco de ensino, pesquisa e extensão estava na Administração Pública

No ano de 2011, em agosto, foi encaminhado à Diretoria do CEAD um ofício solicitando providências para a criação do Departamento.

Em 12 de dezembro de 2011, o Conselho Diretor do CEAD encaminhou ofício ao Reitor da UFOP e Presidente do CEPE no qual informava que o Conselho Diretor havia aprovado a

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

criação do DEGEP¹ e solicitava providências da Administração Superior para efetivar sua criação no âmbito da UFOP. No ano de 2012 ocorreu um longo processo de discussões entre os professores do futuro DEGEP, Conselho Diretor do CEAD e órgãos da Administração Superior. No dia 21 de outubro de 2013, o Conselho Universitário da UFOP deliberou favoravelmente para a criação do DEGEP, conforme resolução CUNI n° 1.541.

Esta mudança organizacional foi essencial para a evolução do ensino, pesquisa e extensão no Campo de Públicas no âmbito da UFOP. O DEGEP estabeleceu uma tradição na oferta de cursos a distância especificamente: a graduação em Administração Pública e especialização *lato sensu* em Gestão Pública. Foram atendidos dezenas de municípios mineiros, baianos e paulistas, o que proporcionou uma vasta e diversificada experiência. Além disso, neste período houve um intenso processo de qualificação de seu corpo docente lotado no DEGEP. Neste contexto, a criação do *Curso de Administração Pública, bacharelado, na modalidade presencial*, representará uma nova fase do ensino, pesquisa e extensão sobre a Administração Pública na UFOP. Nesta etapa o conjunto de professores e professoras do DEGEP passarão a compartilhar e consolidar os conhecimentos adquiridos na sua história com o ensino a distância. Igualmente, oportunizará aos habitantes das municipalidades próximas à UFOP uma nova perspectiva profissional com valiosas contribuições para a sociedade ao formar agentes para lidar com interesse público de forma responsável e tecnicamente eficiente.

Como se viu no breve histórico do DEGEP, a experiência da maioria dos e das docentes do DEGEP com o ensino no Campo de Públicas na UFOP teve início antes mesmo da constituição do departamento. A graduação em Administração Pública - Bacharelado é ofertada na modalidade a distância desde o ano de 2007, quando aderiu ao processo de educação aberta e a distância, a partir de uma oferta estimulada pela Secretaria de Educação a Distância (SEED) vinculada ao MEC. Inicialmente, essa oferta objetivava democratizar e interiorizar a formação de gestores públicos. Por meio do CEAD, a UFOP passou a integrar uma rede de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) vinculadas e financiadas pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Tal expansão e

¹ Além do DEGEP, a mudança na estrutura do CAED levou a criação Departamento de Educação e Tecnologias (DEETE).

manutenção se deveu em especial ao Plano Nacional de Administração Pública (PNAP), no qual a UFOP se insere no âmbito da UAB.

Após mais de uma década, o curso de Bacharelado em Administração Pública foi aprimorado com vista a formação de pessoas que buscam uma carreira profissional voltada para gestão do interesse público. Essa formação não se restringe ao trabalho em organizações governamentais, mas também a atuação em organizações sociais que lidam diretamente com o interesse público. Assim, incorpora áreas como: educação, saúde, cultura, esporte, sustentabilidade, empreendedorismo social, associações da sociedade civil, consultoria para órgãos públicos, articulação governamental, responsabilidade social das empresas e concessionárias de serviços públicos.

A criação do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, na modalidade presencial reforça as ações já empreendidas na modalidade a distância. Destaca-se a oportunidade de aproveitamento da estrutura disponível na UFOP para possibilitar a formação de profissionais em uma região carente de outros cursos no campo de públicas. Esse é um campo em expansão, mas ainda com poucos cursos presenciais no nível de graduação. Neste sentido, a criação do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, pela UFOP contribui de forma direta e efetiva para formação contínua de profissionais qualificados para ocupar cargos em organizações que lidam com o interesse público.

4. CONTEXTUALIZAÇÃO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

Esta seção visa contextualizar o *Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado*, modalidade presencial e, para isso, divide-se em dois tópicos. O primeiro aborda a oferta de cursos do Campo de Públicas, ao passo que o segundo verticaliza a análise socioeconômica no município de Ouro Preto, onde situar-se-á o curso proposto por este Projeto.

4.1. Oferta dos Cursos de Graduação no Campo de Públicas

A consolidação do Campo de Públicas contribuiu para a regulamentação dos cursos de graduação destinados a formação teórica e metodológica de profissionais para atuarem neste campo, em especial os cursos de Administração Pública. Segundo Pires *et al* (2014) este processo

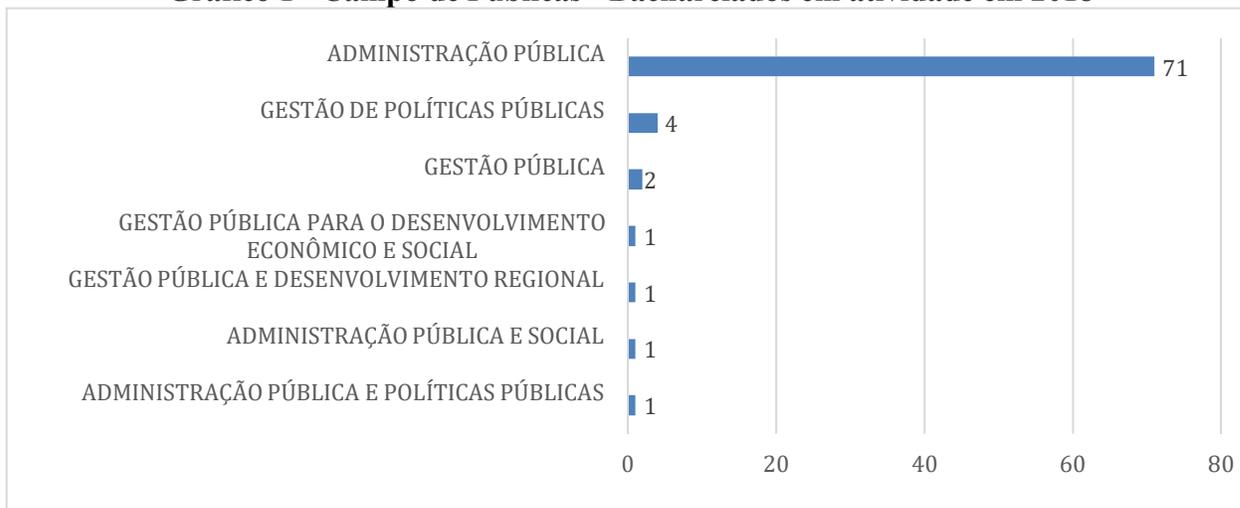
se desenvolveu em 4 períodos. Entre os anos de 2002 e 2005, os profissionais do Campo de Públicas empenharam-se em marcar as diferenças em relação ao Campo da Administração de Empresas no esforço de alcançar o reconhecimento da identidade do Campo de Públicas. No período de 2006 a 2009, os autores localizam o nascimento do Campo de Públicas descrevendo a evolução dos dois principais eventos que contribuíram para a preparação do campo, quais sejam: o Encontro Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas (ENEAP) e o Fórum de Professores e Coordenadores dos Cursos do Campo de Públicas (FP3CP).

O terceiro período ocorreu entre 2010 e novembro de 2013, quando se registrou o crescimento do Campo de Públicas. Este período foi o ápice do processo de “oficialização do reconhecimento do Campo de Públicas como uma área de conhecimento autônoma e diferenciada na organização do ensino de graduação” (Pires *et al*: 2014, p. 115). Por fim, o quarto período tem início em dezembro de 2013, quando se iniciou a consolidação formal do Campo de Públicas e a sua institucionalização enquanto um campo autônomo de pesquisa e ensino. Essa institucionalização se deu a partir do *Parecer CNE/CP N° 7/2013* que negou provimento ao recurso interposto pelo Conselho Federal de Administração, Conselhos Regionais de Administração, Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração (ANGRAD) e Sindicato dos Administradores de Goiânia junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), contra o Parecer CNE/CES n° 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Igualmente, da Resolução CNE/CES n° 1, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração Pública*.

Segundo o Censo da Educação Superior realizado em 2018, estavam em funcionamento no Brasil 81 cursos no Campo de Públicas. O Gráfico 1 mostra as nomenclaturas e a quantidade de curso em atividade. O curso mais antigo em atividade iniciou seu funcionamento no ano de 1954 e o curso mais recente no ano de 2018.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Gráfico 1 - Campo de Públicas - Bacharelados em atividade em 2018



Fonte: elaborado a partir dos dados do Censo da Educação Superior, 2018.
Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em 13/10/20.

Na Tabela 1 é possível verificar que a oferta dos cursos no Campo de Públicas ganhou força a partir de 2009, com destaque especial para o período que vai até 2012, confirmando o período de crescimento do campo destacado por Pires *et al* (2014). Nestes quatro anos, entraram em atividade 48,48% dos cursos presenciais e 66,67% dos cursos de ensino a distância. Todavia, é preciso ressaltar o caráter intermitente dos cursos EaD, pois na grande maioria são cursos que respondem à editais de governos e não possuem garantia de oferta continuada. Embora essas ofertas sejam relevantes para a democratização do acesso ao ensino superior e apresentem a capacidade de responder rapidamente à necessidade de formação de profissionais para trabalhar com o interesse público, a estratégia do EaD não é suficiente para ocupar o espaço criado a partir da estruturação do Campo de Públicas e para contribuir de forma sólida para a consolidação do campo.

Tabela 1 - Modalidade e ano inicial do funcionamento dos cursos do Campo de Públicas

Ano de Início do Funcionamento	Presencial	EaD	TOTAL
2018	0	1	1
2017	3	1	4
2016	1	1	2
2015	3	0	3
2014	3	2	5
2013	1	8	9

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

2012	3	1	4
2011	4	6	10
2010	5	20	25
2009	4	5	9
2007	0	1	1
2005	2	0	2
2004	1	0	1
2002	0	1	1
1989	1	0	1
1987	1	0	1
1954	1	0	1
Sem Informação*	0	1	1
Total	33	48	81

Fonte: elaborado a partir dos dados do Censo da Educação Superior, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>. Acesso em 13/10/20.

* Cursos sem informação sobre o ano de criação na base de dados do Censo da Educação Superior, 2018.

O protagonismo da UFOP com o *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, na modalidade presencial soma-se ao compromisso de outras instituições públicas com a formação de agentes para trabalhar com o interesse público. Juntas, as universidades públicas respondem por 84,85% dos cursos presenciais e 95,84% dos cursos EaD do Campo de Públicas.

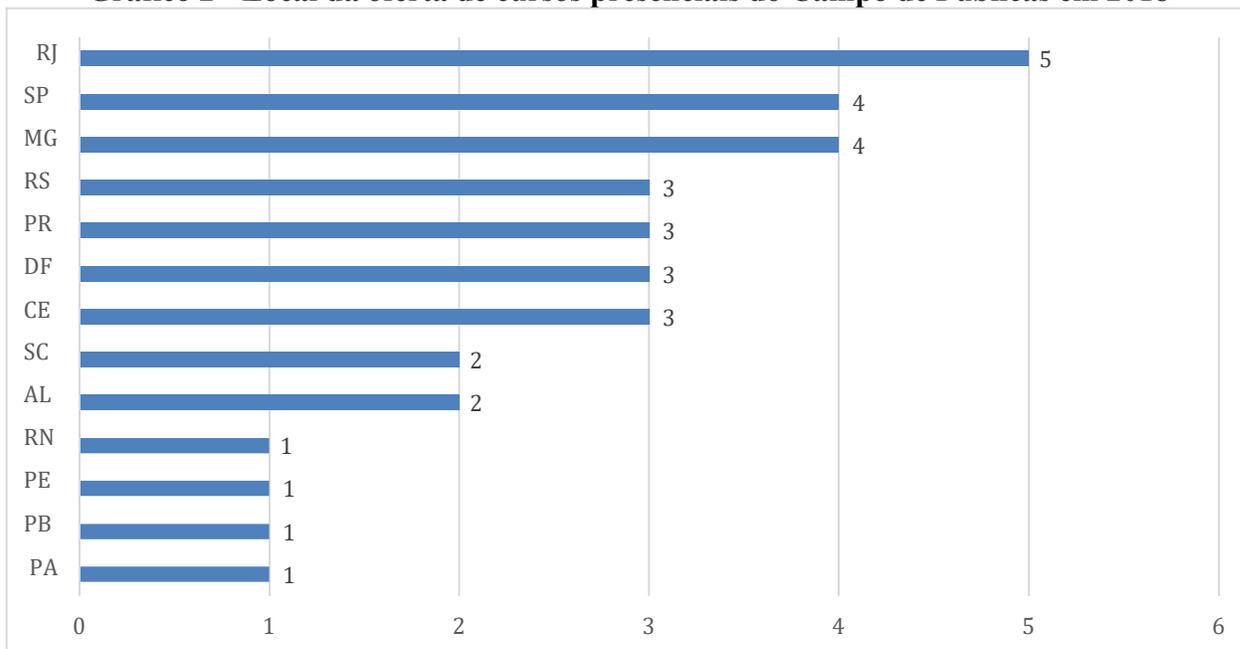
Tabela 2 - Modalidade e tipo das instituições ofertantes dos cursos do Campo de Públicas

Modalidade	Categoria administrativa %				Total
	Pública Federal	Pública Estadual	Privadas com fins lucrativos	Privadas sem fins lucrativos	
Presencial	54,55	30,30	6,06	9,09	100
EaD	66,67	29,17	4,17	0,00	100

Fonte: elaborado a partir dos dados do Censo da Educação Superior, 2018. Acesso em 13/10/20. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>

Em relação ao local de oferta, o Censo da Educação Superior fornece dados apenas para os cursos presenciais. O Gráfico 2 mostra que dos 33 cursos na modalidade presencial, 13 estão na região Sudeste, com destaque para o Estado do Rio de Janeiro com 5 cursos. O Pará era, em 2018, o único estado brasileiro da região Norte que oferecia curso de graduação presencial no campo de públicas. No Nordeste, o estado do Ceará se destaca com 3 cursos presenciais.

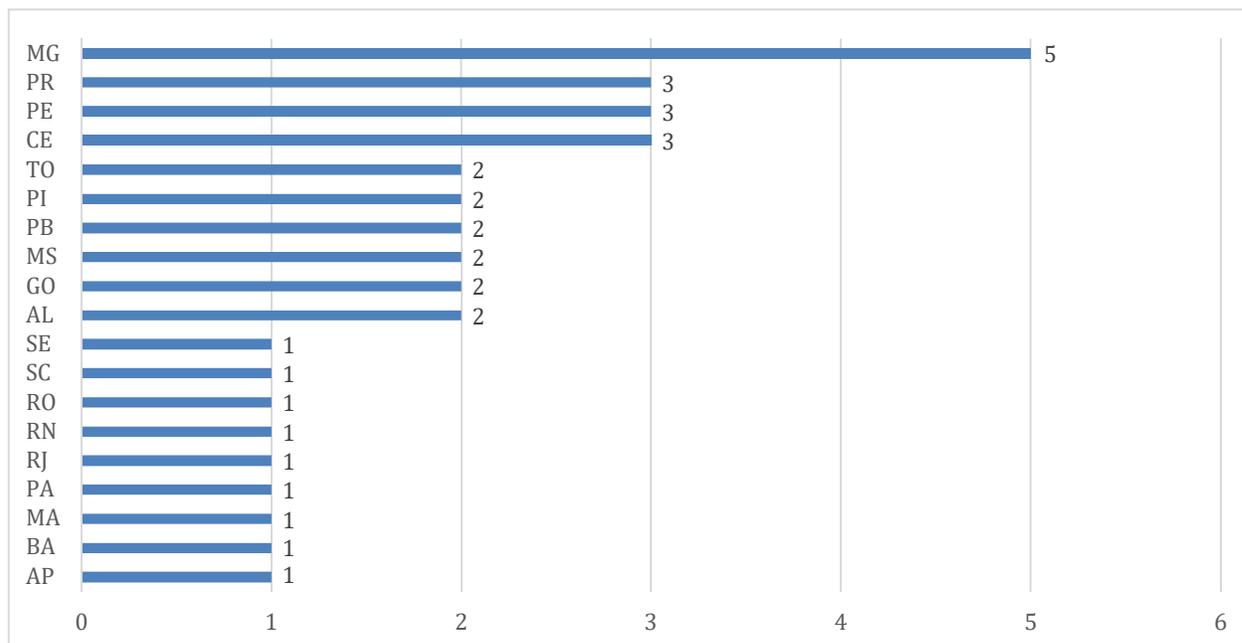
Gráfico 2 - Local da oferta de cursos presenciais do Campo de Públicas em 2018



Fonte: elaborado a partir dos dados do Censo da Educação Superior, 2018. Acesso em 13/10/20. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados>

Em Minas Gerais, os cursos do Campo de Públicas na modalidade presencial podem ser encontrados em Belo Horizonte (distante 110km de Ouro Preto), o curso de Administração Pública da Fundação João Pinheiro (FJP) e o de Gestão Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sendo este último noturno. Contudo, em se tratando das demais cidades do Estado de Minas Gerais, o município mais próximo a apresentar um curso de graduação em Administração Pública é Lavras, no sul do Estado, sendo ofertado pela Universidade Federal de Lavras (UFLA), que dista cerca de 250km de Ouro Preto. Outro curso de Administração Pública é ofertado pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL) no *Campus* de Varginha, também no sul do Estado. Atualmente, essas são as únicas opções de cursos de graduação presenciais no Campo de Públicas em Universidades Públicas de Minas Gerais.

Gráfico 3 - Local da oferta de cursos EaD do Campo de Públicas em 2018



Fonte: elaboração própria a partir dos dados abertos do INEP. Acesso em 13/09/2020. Disponível em: <http://www.escoladegestores.inep.gov.br/web/guest/educacao-superior/indicadores-de-qualidade/resultados>.

Em 2018, o INEP realizou a avaliação de 26 dos 33 cursos presenciais no Campo de Públicas. No mesmo ano, foram avaliados também 35 dos 48 cursos na modalidade a distância em atividade, entre estes o curso da UFOP que recebeu nota 3². O gráfico 3 mostra a distribuição dos cursos EaD pelo Brasil. Esta modalidade tem sido a principal ferramenta de formação de profissionais no Campo de Públicas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Minas Gerais se destaca com a oferta de 5 cursos de ensino a distância. Nesta modalidade, os cursos avaliados em 2018 são ofertados pelas Universidades Federais de Lavras, Ouro Preto, São João del Rei, Uberlândia e Dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, todos no âmbito da UAB. Neste contexto, o curso presencial em Administração Pública coloca a UFOP na mesma condição da UFLA, onde há a oferta do curso de Administração Pública nas duas modalidades.

Considerando o contexto atual de oferta, ressalta-se a ausência de curso de graduação presencial em Administração Pública na microrregião de Ouro Preto. Pertencente à mesorregião

² A maior nota alcançada pelos cursos na modalidade à distância foi a nota 4 alcançada por apenas 5 cursos.

metropolitana de Belo Horizonte, o município de Ouro Preto é sede da microrregião de mesmo nome (código 033), englobando os municípios de Diogo de Vasconcelos, Itabirito e Mariana, que juntos apresentam uma população estimada para o ano de 2020 de 192.082 pessoas a serem beneficiadas pelo curso presencial de Administração Pública da UFOP. A Tabela 3 mostra a distribuição desta população entre os 4 municípios.

Tabela 3 - Municípios da microrregião de Ouro Preto e tamanho da população

Município	População estimada pelo IBGE em 2020
Ouro Preto	74.558
Mariana	61.288
Itabirito	52.446
Diogo de Vasconcelos	3.790
Total	192.082

Fonte: elaboração própria a partir de dados IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/> acesso em 29/09/2020.

4.2. Aspectos Sociodemográficos e Econômicos do Município de Ouro Preto

Ouro Preto é um município do estado de Minas Gerais, no Brasil, famoso por sua arquitetura colonial. O município foi fundado em 1711, por meio da fusão de outros arraiais formados por bandeirantes. Ouro Preto localiza-se em uma das principais áreas geográficas do ciclo do ouro. O município chegou a ser a cidade mais populosa da América Latina, contando com cerca de 40 mil pessoas em 1730 e, décadas após, 80 mil. Atualmente, o município de Ouro Preto ocupa uma área de 1.245 km², possuindo 12 distritos além da sede. A cidade histórica foi o primeiro sítio brasileiro considerado Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, título que recebeu em 1980.

Segundo a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2020, o município tinha uma população de 74.558 habitantes. Entre 2000 e 2010, a população de Ouro Preto cresceu a uma taxa média anual de 0,59%, enquanto no Brasil foi de 1,17%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 84,93% para 86,97%. Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 51,57% para 42,43% e a taxa de envelhecimento, de 5,72% para 7,56%, conforme pode ser observado na Tabela 4.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Tabela 4 - Estrutura Etária da População do município de Ouro Preto-MG

Estrutura Etária	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menores de 15 anos	21.131	33,80	18.823	28,40	15.903	22,63
15 a 64 anos	38.550	61,67	43.661	65,88	49.064	69,81
65 anos ou mais	2.833	4,53	3.793	5,72	5.314	7,56
Razão de dependência	62,16	-	51,57	-	42,43	-
Taxa de envelhecimento	4,53	-	5,72	-	7,56	-

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Segundo o IBGE, Ouro Preto é 12º município de Minas Gerais com maior salário médio mensal dos trabalhadores formais.

Em 2018, o salário médio mensal era de 3.2 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 26.2%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 12 de 853 e 80 de 853, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 134 de 5570 e 728 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 35.1% da população nessas condições, o que o colocava na posição 521 de 853 dentre as cidades do estado e na posição 3547 de 5570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/panorama>, Acesso em 29/09/2020)

A economia de Ouro Preto não depende apenas do turismo, como se poderia à primeira vista imaginar, pois há também importantes indústrias metalúrgicas e de mineração no município. As principais atividades econômicas são o turismo, a indústria de transformação e as reservas minerais do seu subsolo, tais como ferro, bauxita, manganês, talco e mármore. Os minerais de maior importância são o ouro, a hematita, a dolomita, turmalina, pirita, moscovita, topázio e topázio imperial, esta última apenas encontrada no município de Ouro Preto.

Outra importante fonte de recursos para a economia do município são os estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto, oriundos principalmente da Região Sudeste do Brasil. A UFOP busca trazer o século XXI a uma cidade com mais de 300 anos. A proposta de preservação se reafirma por meio de projetos como a Oficina de Cantaria, que recupera importantes monumentos históricos, e o Fórum das Artes, que promove a reflexão sobre artes e patrimônio. O Museu de Ciência e Técnica, o Museu de *Pharmácia* e o Observatório Astronômico são

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

importantes centros de conservação da memória e da cultura que guardam um legado de conhecimento para a sociedade. O município conta também com um *campi* do Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG), que oferece qualificação técnica nos modos integrados ao ensino médio e subsequente, além de possuir alguns cursos superiores.

A renda per capita média de Ouro Preto cresceu 102,86% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 350,27, em 1991, para R\$ 502,54, em 2000, e para R\$ 710,55, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,79%. A taxa média anual de crescimento foi de 4,09%, entre 1991 e 2000, e 3,52%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 39,27%, em 1991, para 20,29%, em 2000, e para 9,05%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,58, em 1991, para 0,56, em 2000, e para 0,50, em 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Ouro Preto é 0,741, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799), conforme se apresenta na Tabela 5. A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,834, seguida de Renda, com índice de 0,721, e de Educação, com índice de 0,677. O IDHM passou de 0,491 em 1991 para 0,640 em 2000 e apresentou novo avanço em 2010 com uma taxa de crescimento de 15,78% em 10 anos. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 71,94% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,153), seguida por Longevidade e por Renda. Ouro Preto ocupa a 743ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros segundo o IDHM.

Tabela 5 - Renda, Pobreza e Desigualdade – Município – Ouro Preto – MG

	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	350,27	502,54	710,55
% de extremamente pobres	16,12	6,00	2,64
% de pobres	39,27	20,29	9,05
Índice de Gini	0,58	0,56	0,50
Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)	0,491	0,640	0,741

Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>

Entre 2000 e 2010, a taxa de atividade da população de 18 anos ou mais (ou seja, o percentual dessa população que era economicamente ativa) passou de 64,10% em 2000 para 68,68% em 2010. Ao mesmo tempo, sua taxa de desocupação (ou seja, o percentual da população economicamente ativa que estava desocupada) passou de 13,75% em 2000 para 7,84% em 2010. Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 6,53% trabalhavam no setor agropecuário, 7,17% na indústria extrativa, 7,46% na indústria de transformação, 11,70% no setor de construção, 0,94% nos setores de utilidade pública, 13,14% no comércio e 49,65% no setor de serviços.

A mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade) no município passou de 27,9 óbitos por mil nascidos vivos, em 2000, para 15,3 óbitos por mil nascidos vivos, em 2010. Entre 2000 e 2010, a taxa de mortalidade infantil no país caiu de 30,6 óbitos por mil nascidos vivos para 16,7 óbitos por mil nascidos vivos. Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015.

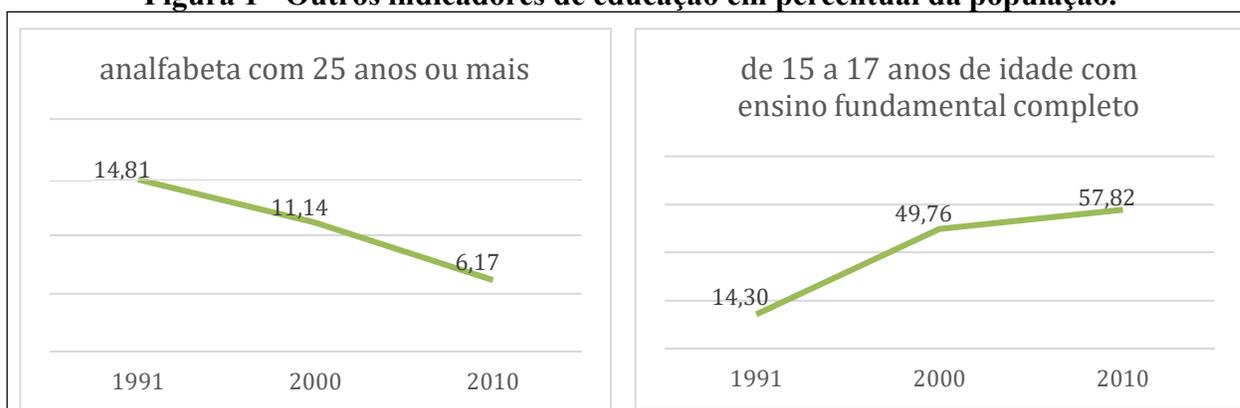
A esperança de vida ao nascer é o indicador utilizado para compor a dimensão Longevidade do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). No município, a esperança de vida ao nascer cresceu 4,8 anos entre 2000 e 2010, passando de 70,3 anos para 75,0 anos. Em 1991, era de 66,3 anos. No Brasil, a esperança de vida ao nascer é de 73,9 anos, em 2010, de 68,6 anos, em 2000, e de 64,7 anos em 1991.

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 98,91%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 93,67%. Em 2010, 84,17% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 17,81% estavam cursando o ensino superior em 2010. Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos

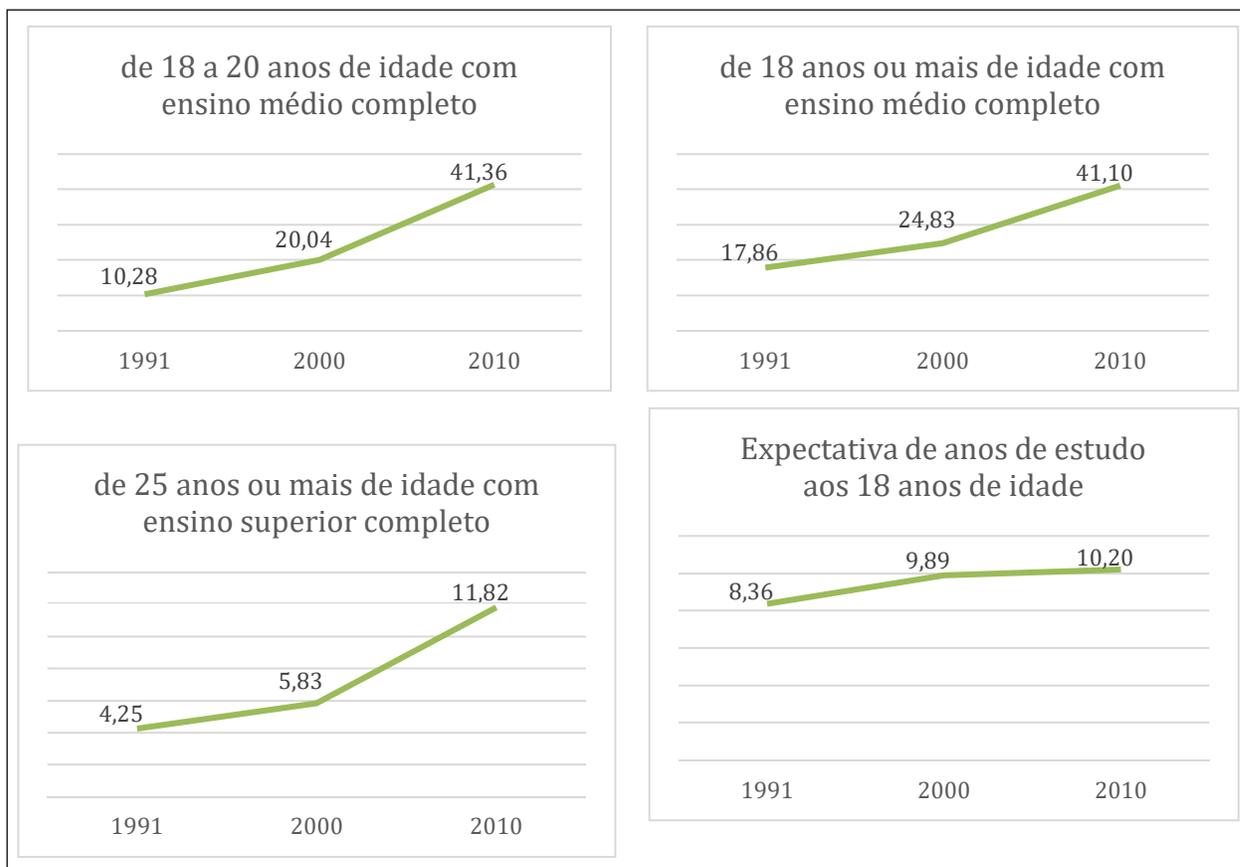
ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma significativa inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Em 2010, esse percentual era de 58,37% no município.

Outros indicadores educacionais mostram os avanços alcançados em Ouro Preto. A Figura 1 mostra a evolução da educação no município a partir de dados dos censos de 1991, 2000 e 2010. O percentual da população analfabeta com 25 anos ou mais sofreu uma redução de 14,81% para 6,17% entre 1991 e 2010. O percentual de ouro-pretanos e ouro-pretanas com idade de 15 a 17 anos que completou o ensino fundamental subiu de 14,30% em 1991 para 57,82% em 2010. Já a parcela da população de 18 a 20 anos de idade com ensino médio completo aumentou de 10,28% para 41,36% no mesmo período. Também houve avanços em relação à parte da população com mais de 18 anos que completou o ensino médio (de 17,86% para 41,10%) e com mais de 25 anos com superior completo (de 4,25% para 11,82%). O indicador Expectativa de Anos de Estudo para os jovens de até 18 anos indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 1991 e 2010, esse indicador passou de 8,36 anos para 10,20 anos, no município.

Figura 1 - Outros indicadores de educação em percentual da população.



PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO



Elaboração: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Pnud Brasil, Ipea e FJP, 2020.

Fontes: dados do IBGE e de registros administrativos, conforme especificados nos metadados disponíveis em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>.

Em síntese, os dados evidenciam a confluência entre disponibilidade e demanda para um curso presencial de Administração Pública ofertado pela Universidade Federal de Ouro Preto. No próximo item, é encontrada a justificativa pela qual o curso apresenta-se relevante e oportuno.

5. JUSTIFICATIVA

O curso de Administração Pública da UFOP, na modalidade presencial, será criado em um contexto de expansão do Campo de Públicas no Brasil. O esforço político-acadêmico para a delimitação e institucionalização deste campo repousa sobre os aspectos sumarizados por Farah

(2016³), que compreendem a delimitação de um objeto específico, a articulação entre ideias e apoio material, e a construção de discursos coerentes e agendas comuns, alicerces da identidade entre os participantes. Neste sentido, o recente crescimento e a consolidação do Campo de Públicas representa o reconhecimento da necessidade, por parte de nossa sociedade, de profissionais preparados para atuar junto ao interesse público segundo os princípios republicanos.

A homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de graduação em Administração Pública, em 2014, marcou o reconhecimento da necessidade de formação de profissionais com conhecimento teórico e técnico específico para atuar na administração pública. A demanda contemporânea em nossa sociedade por profissionais preparados para atuar na gestão das organizações públicas e das organizações sociais envolvidas diretamente com o interesse público cria uma oportunidade para a UFOP realizar sua missão institucional, conforme definida no PDI 2016-2025. Através da criação do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, na modalidade presencial a UFOP, “como agente capaz de contribuir para a construção de uma sociedade justa, plural e pautada na sustentabilidade” (PDI 2016-2025, p. 15), assume o protagonismo na formação de profissionais que atuarão diretamente em questões de interesse público.

A criação pela UFOP do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, na modalidade presencial se insere no movimento de consolidação do Campo de Públicas, bem como no esforço de tornar a Universidade Federal de Ouro Preto uma das referências nacionais também nas Áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas. Igualmente, essa criação é fortalecida pela expertise da UFOP na oferta de cursos a distância especificamente: a graduação em Administração Pública e especialização *lato sensu* em Gestão Pública. Neste contexto, a criação do curso de Administração Pública na modalidade presencial pode permitir que a UFOP venha a exercer protagonismo dentro do Campo de Públicas ao formar futuros profissionais comprometidos como o *ethos* republicano e democrático e empenhados no esforço de construção de uma sociedade justa, democrática e sustentável.

³ FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do “Campo de Públicas”. **Revista de Administração Pública**, n.50, v.6, p.959-979, nov./dez. 2016.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

A criação do curso presencial visa atender à demanda reprimida por profissionais qualificados para atuação no Campo de Públicas. O baixo número de cursos de graduação na modalidade presencial, lado a lado à demanda perene por qualificação dos agentes públicos, indica a inequívoca necessidade de abertura de novos cursos, tal como detalhado no subitem 4.1 deste projeto.

Para além de favorecer a microrregião de Ouro Preto, o curso da UFOP tem o potencial para oportunamente atender parte da demanda não absorvida pelos cursos presenciais da Fundação João Pinheiro e da UFMG em Belo Horizonte, em função da proximidade da capital mineira e das alternativas de transporte coletivo que ligam Ouro Preto a Belo Horizonte.

Nesta perspectiva, evidencia-se a relevância da criação de um curso voltado para colaborar com as demandas dos municípios da microrregião de Ouro Preto e seu entorno. Como ora proposto, o curso abarcará discussões sobre a administração municipal, bem como problemas relacionados à vocação econômica da região baseada na extração mineral e ao imperioso tema do desenvolvimento local. Associa-se a essa preocupação o objetivo de articular as atividades de pesquisa e extensão do DEGEP às demandas da comunidade.

Deve-se considerar ainda que a criação do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, na modalidade presencial está relacionado à expertise adquirida com o curso na modalidade a distância, tendo o DEGEP um corpo estruturado de docentes, com formação multidisciplinar, para início imediato de um curso presencial. Hoje são 14 professores com formação básica e doutorado em diversas áreas, nominalmente: Administração, Administração Pública, Arquitetura, Ciência Política, Economia, Direito, Sociologia, História, Educação, Engenharia de Produção, Engenharia Agrícola. Este corpo docente tem desenvolvido pesquisas e atividades de extensão ligadas ao Campo de Públicas. Deste modo, a criação do curso presencial contribuirá para uma maior imersão dessas ações nas áreas de influência da UFOP.

Além das disciplinas oferecidas pelo DEGEP, o curso contará ainda com disciplinas ofertadas por outros departamentos da UFOP. Deste modo, a criação do curso não incorrerá em nenhum novo custo na folha de pagamento da Universidade, uma vez que não será necessário contratar novos professores. Cumpre ainda destacar que o curso usará a infraestrutura já disponível na UFOP, conforme será descrito na seção 20 deste documento. Assim sendo, a criação do curso

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

se justifica também pelo melhor aproveitamento dos recursos humanos e materiais disponível na UFOP.

Outro ponto que justifica a criação do curso presencial de Administração Pública na UFOP se deve à autonomia da universidade para definir, sem prejuízo das Diretrizes Nacionais para os cursos de Administração Pública, uma matriz que privilegie a atualização dos conteúdos, a integração da tecnologia entre as modalidades a distância e presencial, a incorporação de inovações pedagógicas voltadas para uma maior interação entre pesquisa, ensino e extensão, e a vocação da região de influência da UFOP. A criação do curso pela Universidade Federal de Ouro Preto dará origem a um curso atual, dinâmico e com uma identidade própria se valendo da experiência em EaD em um curso de graduação na modalidade presencial.

Em suma, o curso ora proposto apresenta-se como uma proposta inovadora e modelar no ensino de graduação, fundado no compromisso de incorporar o uso de novas tecnologias de informação e comunicação, bem como lançar mão de metodologias ativas para dinamizar as atividades de ensino. Deste modo, buscará realizar a indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, como será exposto nas seções subsequentes.

Por fim, vale destacar que a experiência do corpo docente no uso de ferramentas *on-line*, adquirida no curso de Administração Pública na modalidade a distância, representa uma vantagem para o grupo de professores e professoras que irão atuar no curso presencial que terá a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância, indo ao encontro da Portaria 2.117, de 06 de dezembro de 2019. Por esta razão, apresenta-se um curso com organização de componentes curriculares baseado em metodologias ativas de aprendizagem que permitam desenvolver módulos de extensão e projetos de pesquisa, realizar atividades de carga horária prática e servir de espaço de experimentação e para o uso de novas práticas pedagógicas.

6. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Quadro 1 - Dados do Curso de Graduação em Administração Pública – Modalidade Presencial

Informação sobre o curso	
Nome do Curso:	Administração Pública
Modalidade	<input checked="" type="checkbox"/> Presencial <input type="checkbox"/> a distância
Turnos de Funcionamento	<input type="checkbox"/> manhã <input checked="" type="checkbox"/> tarde <input type="checkbox"/> noite <input type="checkbox"/> integral - manhã e tarde <input type="checkbox"/> integral - tarde e noite
Endereço de funcionamento:	Prédio do CEAD e EDTM
Unidade Acadêmica:	Centro de Educação Aberta e a Distância
Atos legais de autorização / reconhecimento:	
Titulação conferida aos egressos:	Bacharel em Administração Pública
Número de vagas oferecidas:	40 vagas
Regime de matrícula:	<input checked="" type="checkbox"/> anual <input type="checkbox"/> semestral
Área de conhecimento:	Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas Área Específica: Administração Pública
Tempo mínimo e máximo de integralização (anos e semestres letivos):	Mínimo: 4 anos (8 semestres); Máximo: 6 anos (12 semestres)
Conceito Preliminar do Curso (CPC):	Não se aplica
Nota do Enade:	Não se aplica

7. FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O ingresso no curso de Administração Pública na modalidade presencial dar-se-á de acordo com os procedimentos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOP.

A entrada de alunos acontecerá, preferencialmente, via utilização do Sistema de Seleção Unificada – SISU, por meio do qual são ofertadas vagas aos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio.

As vagas residuais, provenientes de evasão, poderão ser preenchidas pelos Editais de Reopção de Curso, de Transferência e de Portador de Diploma de Graduação (PDG), ou de Reingresso.

Adicionalmente, o Curso poderá ter estudantes oriundos de Programas de Mobilidade Acadêmica Nacional, de Acordos de Dupla Diplomação ou Mobilidade Acadêmica (Internacional), ou do Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G).

Por força do disposto na Lei 9.536 de 11 de dezembro de 1997, serão admitidos alunos por Transferência *ex-officio*, unicamente nos casos previstos na legislação.

Ressalta-se aqui a irrevogável aderência deste Curso às políticas de ações afirmativas, atualmente em vigência ou que porventura venham a ser incorporadas pela Universidade, com vistas à democratização do acesso e sobretudo em favor de grupos historicamente distanciados do ensino superior público, tais como indígenas, quilombolas e afrodescendentes.

8. CONCEPÇÃO DO CURSO

O Curso de Administração Pública da UFOP, tal como proposto neste Plano, apresenta-se como resultado natural de um aprendizado iniciado em 2007. Este processo conjuga as experiências obtidas com a Universidade Aberta do Brasil (UAB) no Programa Nacional de Administração Pública (PNAP) à possibilidade de um percurso formativo sólido e adequado à realidade local, resultando em um Curso presencial.

Por meio de uma estrutura curricular cuidadosamente organizada, atendem-se os requisitos exigidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para cursos de graduação em Administração Pública previstos na Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, bem como os princípios institucionais estabelecidos pela Resolução CUNI nº 1.793, de 14 de dezembro de 2015, que instituiu o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o período de 2016-2025 da UFOP e no Projeto Pedagógico Institucional da Universidade Federal de Ouro Preto.

Deste arcabouço normativo, cumpre salientar o permanente zelo pela manutenção de rígidos valores morais no processo de formação do estudante, como consequência da observação dos mesmos durante a concepção do curso. Conforme o estabelecido nas DCNs, é imperioso garantir

“o *ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado”⁴

Desta forma, entende-se que a Universidade Federal de Ouro Preto reúne todas as condições ideais para proporcionar, com a usual excelência, curso de Administração Pública, em regime presencial. Para tal, estão a seguir detalhados os eixos de formação que compõem o percurso formativo dos estudantes.

8.1. Eixos Temáticos de Formação

Visando a formação de profissionais capacitados para atuar no planejamento, implementação, acompanhamento, controle e avaliação de processos e atividades ligadas à Administração Pública, bem como para a formulação, supervisão e avaliação de políticas públicas, a preparação do egresso se dará por meio de eixos temáticos e conteúdos de formação obrigatória e eletiva.

As unidades curriculares podem ser ofertadas presencialmente ou por meio da modalidade a distância, de acordo com o arranjo que leve o corpo discente à formação mais sólida, consideradas as capacidades institucionais. Para isto, um total de 40% (quarenta por cento) do curso será ofertado na modalidade a distância, o que corresponde a 1200 (mil e duzentas) horas. Dessas horas, 75% (setenta e cinco por cento) são disciplinas obrigatórias e 25% (vinte e cinco por cento) são disciplinas eletivas, tal como detalhado na seção 12.2 deste documento. Este arranjo dar-se-á na estrita observância dos preceitos legais estabelecidos no arcabouço normativo do Ministério da Educação, bem como das DCNs da área, do regimento institucional da Universidade, e, complementarmente, da regulamentação complementar a ser estabelecida pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso.

⁴ BRASIL. Resolução CNE/CES 1/2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 de janeiro de 2014.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Os eixos e conteúdos do curso serão objeto de permanente revisão e atualização e, para a presente proposta, fundamentando-se nos requisitos estabelecidos no Art. 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação e Administração Pública (Resolução CNE/CES nº1/2014), apresentam-se divididos da seguinte forma:

**Quadro 2 - Conteúdos de Formação Básica do Curso de Administração Pública –
Modalidade Presencial**

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA	
Conhecimentos Trabalhados	Componentes Curriculares
I - Conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia.	Introdução a Economia; Matemática para administradores; Ciência política; Teoria Geral da Administração; Macroeconomia; Contabilidade geral; Direito Administrativo; Contabilidade pública; Sociologia organizacional; Introdução ao direito; Teoria social e análise das organizações públicas.
II - Estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados às tecnologias da comunicação e da informação.	Filosofia e Ética; Gestão do conhecimento, Tecnologia e inovação na gestão pública; Governança digital, Sociedade 4.0.
III - Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e Comunicação.	Redação Oficial.
IV - Conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.	Economia brasileira; Cidadania e direitos sociais no Brasil.

**Quadro 3 - Conteúdos de Formação Profissional do Curso de Administração Pública –
Modalidade Presencial**

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
Conhecimentos Trabalhados	Componentes Curriculares
I - Governos e políticas públicas comparadas	Teoria da administração pública I; Teoria da administração pública II; Políticas públicas e sociedade;
II - Conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos.	Matemática financeira; Estatística aplicada a administração; Metodologia científica; Metodologia da pesquisa; Trabalho de

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

	Conclusão de Curso I; Trabalho de Conclusão de Curso II.
III - Conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.	Organização e processos; Teoria das finanças públicas; Gestão de pessoas no setor público; Licitações e contratações públicas; Gestão de operações e logística; Orçamento público; Elaboração, gestão e avaliação de projetos; Gestão de serviços públicos; Gestão social; Controle Governamental; Análise e avaliação de políticas públicas; Gestão ambiental e sustentabilidade; Laboratório de Administração Pública I, II e III.

**Quadro 4 - Conteúdos de Formação Eletiva do Curso de Administração Pública –
Modalidade Presencial**

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (DISCIPLINAS ELETIVAS)	
Conhecimentos exigidos	Componentes Curriculares
I - Conteúdos relacionados à característica multidisciplinar da área Pública.	Relações internacionais; Gestão da regulação; Direito constitucional. Negociação e arbitragem.
II - Estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, TICs.	Comportamento e conduta nas organizações; Cultura e mudança organizacional; Sociologia digital.
III - Conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação.	Libras; Elaboração de textos acadêmicos em administração pública; Métodos qualitativos; Métodos quantitativos.
IV - Conteúdos relacionados, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros.	Controle governamental; Política brasileira; Estado, instituições democráticas e controle social; Burocracia, processos decisórios e arranjos institucionais; Federalismo e governos subnacionais.
V - Governos e políticas públicas comparadas.	Estudos de casos de políticas públicas setoriais; Desenvolvimento em finanças públicas; Termos de parceria, PPPs e outras formas de correalização do interesse coletivo; Estratégia em organizações públicas; Planejamento governamental.
VI - Conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar.	Empreendedorismo e redes de cooperação na esfera pública; Responsabilidade social e terceiro setor; Marketing na administração pública; Marketing em organizações sociais; Gestão de segurança pública; Políticas

	governamentais aplicadas ao agronegócio; Tópicos especiais em gestão municipal.
--	--

9. OBJETIVOS DO CURSO

Esta seção formaliza os objetivos gerais e específicos do Bacharelado em Administração Pública, do CEAD/UFOP, estabelecidos a seguir.

9.1. Objetivo Geral

O objetivo geral do Bacharelado em Administração Pública é proporcionar ao egresso uma formação crítica, humanística e tecnológica, atenta a questões políticas e temáticas contemporâneas, que orientem a sua atuação junto à sociedade, formando pessoas comprometidas com a cidadania por meio de um projeto pedagógico que contemple a flexibilização curricular, a inter e a transdisciplinaridade, a articulação com as demais áreas de formação e atuação profissional conexas ao Campo de Públicas, bem como a qualificação e preparação inicial de pesquisadores acadêmicos.

9.2. Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do Bacharelado em Administração Pública conduzem os envolvidos neste curso ao seu objetivo geral, buscando, ao longo do percurso formativo proposto aos discentes, proporcionar a compreensão e a realização da sua ação nas frentes de ensino, pesquisa e extensão, retratada nos seguintes aspectos.

9.2.1 Propiciar formação integral do egresso, de tal forma a lhe permitir pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações e políticas no campo da Administração Pública, dentro dos princípios éticos, de parâmetros legais, e de acordo com as demandas regionais e locais;

9.2.2 Formar profissionais com amplo e profundo conhecimento em Administração Pública, capazes de atuar em quaisquer poderes nas esferas federal, estadual e municipal, sendo a experiência estrangeira comparada uma possibilidade desejável;

9.2.3 Conceder subsídios para o adequado julgamento ético e inabalável solidez moral no exercício de suas relações profissionais;

9.2.4 Facilitar o despertar do pensamento crítico e reflexivo do profissional nas práticas administrativas e nas relações organizacionais por meio das quais a gestão pública é desenvolvida, buscando desempenhar atividades no interior e exterior das organizações de forma humanística e igualitária;

9.2.5 Educar o estudante para enfrentar os desafios e reconhecer as peculiaridades locais e regionais do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que permeia o exercício de sua profissão, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica;

9.2.6 Despertar no estudante o interesse em capacitar-se permanentemente como gestor público empreendedor, gerente e técnico, estando preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências;

9.2.7 Capacitar profissionais independentes para atuar junto aos órgãos públicos e organizações sociais que desenvolvam ações de interesse público, tais como em projetos de responsabilidade social de empresas privadas ou exercício profissional em concessionárias de serviços públicos e assemelhadas;

9.2.8. Produzir conhecimento de qualidade sobre teorias e prática do funcionamento da administração pública via pesquisas científicas zelando pela permanente elevação da qualidade da produção científica nacional no Campo de Públicas e em áreas correlatas;

9.2.9 Preparar pesquisadores para dar continuidade aos estudos em nível de pós-graduação em Universidades de reconhecida excelência;

9.2.10 Promover a transposição do conhecimento teórico para a prática via projetos de extensão que contribuam para melhoria da administração pública e da qualidade de vida dos cidadãos, em especial nos municípios em que a Universidade Federal de Ouro Preto se faz presente.

10. PERFIL, COMPETÊNCIAS E HABILIDADES PROFISSIONAIS DE EGRESSAS E EGRESSOS

Em sintonia com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e com as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes, o perfil de egressas e egressos do Curso de Bacharelado em Administração Pública na modalidade presencial caracterizar-se-á:

- I. pela competência teórica, técnica, tecnológica, social, política e ética para atuar criticamente na profissão, de modo responsável, produzindo assim seu aprimoramento;
- II. pela capacidade de articulação, negociação e tomada de decisão, além de uma sólida capacitação para tratar de questões que contribuam para uma sociedade mais justa, valendo-se de gestão e políticas públicas como instrumentos para a consecução de finalidades orientadas ao público;
- III. pelo espírito científico e empreendedor, que os(as) motive a produzir pesquisa, conceber, executar e avaliar projetos que respondam às exigências contemporâneas no Campo de Públicas; e
- IV. pelo interesse em adquirir novas habilidades, dado o contexto de acelerada evolução tecnológica, dominando ou desenvolvendo técnicas e atualizando-se permanentemente para melhor e mais assertivamente intervir na sua realidade, e se valendo da tecnologia para seu aprimoramento e exercício profissionais.

Cabe ressaltar que as competências anteriormente estabelecidas se darão em consonância com o conhecimento da realidade regional, com o compromisso social, com o respeito à

diversidade, à ética, à solidariedade, à liberdade, à justiça e à democracia como valores; com a autonomia intelectual, a postura crítica, reflexiva e transformadora, com vistas à competência profissional para o mundo contemporâneo.

Por fim, frisa-se que o perfil e as competências de egressas e egressos do Curso de Administração Pública aqui estabelecidos, dado o caráter complementar ao conjunto normativo pela Resolução nº 1, de 13 de janeiro de 2014, não prescindem da estrita observância dos requisitos arrolados nos incisos I a VII do Art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais.

11. ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

No âmbito administrativo da UFOP, o Conselho Universitário (CUNI) é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE) é órgão superior de deliberação em matéria de ensino, de pesquisa e de extensão. O CEPE é o órgão da UFOP com competência para a autorizar a criação de cursos de graduação. Ambos os conselhos são presididos pelo agente público em exercício da Reitoria. A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) é o órgão da universidade responsável gerir a política de graduação da UFOP, tendo entre suas atribuições a seleção de alunos e o gerenciamento acadêmico dos cursos de graduação.

O CEAD é a Unidade Acadêmica a qual o *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, na modalidade presencial é vinculado. A Unidade possui como instância máxima o Conselho Departamental, composto pelos chefes de Departamento da Unidade, coordenadores de curso e presidentes de colegiado, representantes dos docentes e discentes e representante do corpo técnico administrativo.

A comissão responsável pela proposição do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, na modalidade presencial é composta por docentes lotados no Departamento de Gestão Pública do CEAD. A assembleia departamental é a instância máxima do DEGEP e é presidida por agente público que exerce sua chefia. O Departamento tem a função de organizar as atividades administrativas, didático-científicas e de alocação de recursos humanos que viabilizam ensino, pesquisa e extensão nas suas áreas de conhecimento, especificamente o Campo de Públicas.

11.1. Colegiado do Curso e Núcleo Docente Estruturante

O *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, funcionará por meio da atuação de seus órgãos colegiados, nominalmente: o Colegiado do Curso de Administração Pública (CCAP) e o Núcleo Docente Estruturante (NDE). Nesses órgãos se garantirá a representatividade dos segmentos vinculados ao curso. Neles serão realizadas reuniões periódicas para o acompanhamento acadêmico e administrativo do curso. O CCAP e o NDE serão devidamente regulamentados e institucionalizados na UFOP, observando o devido arquivamento de registros e o encaminhamento das decisões colegiadas.

Colegiado do Curso

O Colegiado do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* (CCAP) será o responsável pela coordenação administrativa e pela execução política, didática e pedagógica das disciplinas constituintes do Projeto Pedagógico do Curso. As suas funções e atribuições estão expressas nos artigos de 23 a 25, do título VI do Estatuto da UFOP aprovado pela Resolução CUNI nº. 414, de 11 de novembro de 1997.

O Colegiado será constituído por representantes dos Departamentos que oferecem disciplinas do Curso, eleitos pelas respectivas Assembleias, em proporção ao número de créditos das disciplinas ministradas, na forma do Regimento Geral da UFOP, com mandato de dois anos, permitida uma recondução, conforme reza o Estatuto da UFOP no parágrafo primeiro do artigo 23. A representação discente será parte constitutiva do colegiado do curso, conforme orientações do Estatuto e Regimento da UFOP, garantindo ao corpo discente direito a voz e a voto na execução política, didática e pedagógica do curso.

A presidência do CCAP será exercida por um docente indicado pelo próprio colegiado dentre os seus membros, com mandato de dois anos, sendo permitida uma recondução. Compete ao colegiado do curso:

- I. Compatibilizar as diretrizes gerais dos programas das disciplinas do respectivo Curso e determinar ao Departamento as modificações necessárias;
- II. Integrar os planos elaborados pelo Departamento, relativos ao ensino das várias disciplinas, para fim de organização do programa didático do Curso;

- III. Propor à aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão o currículo pleno do Curso e suas alterações, com indicação dos pré-requisitos, da carga horária, das ementas, dos programas e dos créditos das disciplinas que o compõem;
- IV. Decidir sobre questões relativas à reopção de Cursos, equivalência de disciplinas, jubramento, matrícula em disciplinas isoladas, aproveitamento de estudos, matrícula de portador de diploma de graduação e transferência;
- V. Apreciar as recomendações do Departamento e requerimentos dos docentes sobre assunto de interesse do Curso;
- VI. Exercer atividades de orientação acadêmica dos estudantes do curso, com vistas ao cumprimento dos créditos necessários para candidaturas à colação de grau;
- VII. Indicar, para a Pró-Reitoria de Graduação, os candidatos à colação de grau.

Núcleo Docente Estruturante

A Resolução CEPE nº 4.450, de 29 de abril de 2011 aprovou a instituição de Núcleo Docente Estruturante (NDE) nos cursos de graduação na Universidade Federal de Ouro Preto, na forma definida pela Resolução CONAES nº 1, de 17 de junho de 2010. Cumprindo os requisitos dispostos nas respectivas resoluções, estabelece-se como competência do NDE do Curso de Administração Pública o acompanhamento e a atuação nos processos de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico, com vista à construção da identidade e da consolidação do curso. Neste sentido, o NDE cumprirá papel importante para garantir a vinculação do curso, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, ao Campo de Pública. Para tanto, será fundamental a atuação do NDE junto ao Colegiado de Curso tendo em vista a garantia da qualidade acadêmica que busca imputar sobre a formação dos profissionais egressos e dos serviços oferecidos para a sociedade.

O NDE será o órgão colegiado do curso responsável por promover o processo de reflexividade do curso, mediante o estudo das avaliações institucionais disponíveis, a condução de autoavaliações promovidas no âmbito do curso. Neste processo, o NDE deverá observar às *Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração Pública*, bem como o instrumento de avaliação dos cursos de graduação do INEP.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

O NDE será constituído por cinco docentes atuantes no Curso, escolhidos entre aqueles que exerçam liderança acadêmica no âmbito do curso, percebida na produção de conhecimentos no Campo de Públicas, no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão. O presidente do NDE será eleito entre seus membros para um mandato de 3 anos, podendo ser revogado por decisão de maioria simples. Nos casos de ausência do presidente o membro de maior tempo de exercício do magistério na UFOP assumirá a função.

Os integrantes do NDE serão designados por Portaria da Diretoria do CEAD/UFOP, a partir de uma lista de professores indicados pelo Colegiado do Curso. Em conformidade com a Resolução CEPE nº 4.450, a composição do Núcleo Docente Estruturante do curso deverá ser de:

- I. pelo menos 60% dos membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação stricto sensu;
- II. pelo menos 20% dos membros com regime de trabalho em tempo integral;

Os membros terão mandato de três anos. Será permitida reconduções sucessivas mediante a constatação dos efeitos positivos da atuação dos membros sobre a qualidade do curso. Todavia, será recomendada a prática de renovação do NDE a fim de conferir maior representatividade do corpo docente do curso e garantir o encontro de diversos pontos de vista que podem beneficiar o desenvolvimento do curso. Nos momentos de renovação da composição do NDE será obrigatório manter pelo menos 1/3 dos seus membros atuais, como forma de assegurar a continuidade do processo de acompanhamento do curso. Os membros do NDE poderão ser afastados, por proposta expressa do seu presidente dirigida à Diretoria do CEAD, se perder definitivamente o vínculo empregatício com a UFOP ou interromper temporariamente, de fato ou de direito, o desempenho de suas atividades acadêmicas no curso; deixar de cumprir as tarefas inerentes às atribuições do NDE que lhe forem determinadas; deixar de comparecer a três reuniões do NDE sem justificativa prévia.

De acordo com o artigo 5º da Resolução CEPE nº 4.450, também em observância ao disposto nos artigos 23 e 25 do Estatuto e nos artigos 20 e 22 do Regimento Geral da Universidade Federal de Ouro Preto, as deliberações do Núcleo Docente Estruturante, no que couber, deverão ser referendadas pelo Colegiado de Curso de Graduação correspondente.

A periodicidade dos encontros ordinários do NDE será de uma reunião por mês, tendo em vista as ações desenvolvidas, tais como: elaboração de diagnósticos a partir das avaliações do curso, acompanhamento de egressos, avaliação qualitativa do curso junto aos matriculados e matriculadas, diálogos com os docentes do curso, organização de eventos que contribuam para a consolidação e aperfeiçoamento do curso, em especial do ensino na graduação. Sobre esta última ação deve-se destacar o comprometimento do NDE do curso com o programa Pró-Ativa da Pró-Reitoria de Graduação.

O primeiro Núcleo Docente Estruturante será nomeado a partir da sugestão de uma lista de professores e professoras encaminhada à diretoria do CEAD pelo colegiado. A diretoria do CEAD procederá à nomeação observando o disposto neste PPC e na Resolução CEPE nº 4.450.

11.2. Corpo Docente e Administrativo

O corpo docente dedicado ao curso está completo e capacitado para tal, sendo os professores alocados no Departamento de Gestão Pública (DEGEP), além de possibilidades de interações com professores de outros departamentos da UFOP que dialoguem com áreas componentes do Campo de Públicas.

Hoje o Curso conta com 14 professores com formação básica e doutorado em diversas áreas. O Quadro 5 mostra os professores que atuam no curso, suas respectivas titulações, situação funcional e contato.

Quadro 5 - Docentes dedicados ao curso

Docentes	Titulação	Situação funcional	Carga horária	e-mail
Adriano Sérgio Lopes da Gama Cerqueira	Doutorado	Efetivo	40h	adgama@ufop.edu.br
Antonio Carlos Andrade Ribeiro	Doutorado	Efetivo	40h DE	antonio.ribeiro@ufop.edu.br
Biancca Nardelli Schenatz	Doutorado	Efetivo	40h DE	biancca@ufop.edu.br
Breyner Ricardo de Oliveira	Doutorado	Efetivo	40h DE	breyner@ufop.edu.br
Carlos Alberto Dainese	Doutorado	Efetivo	40h DE	cdainese@ufop.edu.br

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Dulce Maria Pereira	Especialista	Efetivo	40h DE	dulcemariapereira@ufop.edu.br
Getúlio Alves de Souza Matos	Doutorado	Efetivo	40h DE	getulio@ufop.edu.br
Helton Cristian de Paula	Doutorado	Efetivo	40h DE	helton@ufop.edu.br
Lelis Maia de Brito	Doutorado	Efetivo	40h DE	lelis@ufop.edu.br
Luciano Batista de Oliveira	Doutorado	Efetivo	40h DE	luciano.oliveira@ufop.edu.br
Mirian Assumpção e Lima	Doutorado	Efetivo	40h DE	mirian@ufop.edu.br
Rafael de Oliveira Alves	Doutorado	Efetivo	40h DE	rafael.alves@ufop.edu.br
Wellington Tavares	Doutorado	Efetivo	40h DE	wellington@ufop.edu.br
Wilson José de Araújo	Doutorado	Efetivo	40h DE	wilson.jose@ufop.edu.br

O curso conta também com o suporte de seis profissionais, sendo 3 técnicos administrativos, 1 técnico em Tecnologia de Informação, 1 secretária executiva e 1 assistente administrativo, conforme relacionado no Quadro 6.

Quadro 6 - Profissionais Técnicos do Curso

Nome	Função	Situação funcional	Regime trabalho	e-mail
Eduardo Carvalho Chagas	Suporte servidores/ infraestrutura	Técnico Administrativo efetivo	40 h	suporte.cead@ufop.edu.br
Gilberto Correa Mota	Suporte vídeo /web conferência	Técnico Administrativo efetivo	40 h	gilberto.mota@ufop.edu.br
Guilherme José Anselmo Moreira	Suporte <i>Moodle</i>	Técnico em Tecnologia da Informação efetivo	40 h	moodle.cead@ufop.edu.br

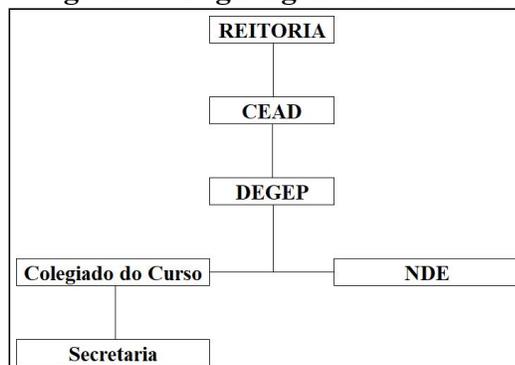
PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Martinelly Vieira Martins	Secretária da Direção do CEAD	Secretária Executiva efetivo	40 h	martinelly.martins@ufop.edu. br
Roger Davison Bonoto	Suporte vídeo /web conferência	Técnico Administrativo efetivo	40 h	roger@ufop.edu.br
Weber Lasaro de Oliveira	Secretário dos cursos CEAD	Administrador efetivo	40 h	secretaria.ensino.cead@ufop. edu.br

11.3. Organograma do Curso

O organograma do Curso situa as instâncias referidas ao longo do item 11 na estrutura da Universidade, representadas na Figura 2.

Figura 2 - Organograma do Curso



Fonte: elaboração própria

12. ESTRUTURA CURRICULAR

Os componentes curriculares da matriz do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, levam em consideração: (1) as DCNs da área, nas especificidades e demandas nacionais e regionais; (2) o perfil de egresso desejado; (3) o percurso formativo e a experiência dos professores do Curso de Administração Pública da UFOP; (4) a diversidade de percepções, expectativas, áreas de formação e atuação de seu corpo docente em relação à pesquisa e extensão universitária como complemento à formação dos estudantes e possibilidades de formação

continuada; e, (5) o emprego da modalidade a distância na oferta das disciplinas, de acordo com a Portaria do MEC nº 2117 de 06 de dezembro de 2019.

Visando à formação de profissionais capacitados para atuar no planejamento, controle e avaliação de processos e atividades ligadas à Administração Pública, bem como para a formulação, supervisão e avaliação de políticas públicas, a preparação do egresso se dará por meio de eixos e conteúdos de formação segundo o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que instituiu as *Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração Pública*. Esses eixos são classificados como sendo de formação básica e de formação profissional, sendo organizados por grupos de conteúdos que abrangem disciplinas semelhantes e complementares, como se vê na sequência:

Formação Básica:

- Fundamentos Acadêmicos para Formação Superior - Metodologia científica; Filosofia e ética; Estatística aplicada a administração; Metodologia da pesquisa; Métodos qualitativos; Métodos quantitativos.
- Formação Básica em Ciências Sociais Aplicadas – Introdução a economia; Matemática para administradores; Ciência política; Matemática financeira; Macroeconomia; Cidadania e direitos sociais no Brasil; Contabilidade geral; Introdução ao direito; Direito administrativo; Economia brasileira; Sociologia organizacional; Gestão do conhecimento; Relações internacionais; Sociologia digital.

Formação Profissional:

- Teorias em Administração Pública – Teoria geral da administração; Teoria da administração pública I; Teoria da administração pública II; Teoria das finanças públicas.
- Gestão e Planejamento – Contabilidade pública; Organização e processos; Gestão de pessoas no setor público; Licitações e contratações públicas; Gestão de operações e logística; Orçamento público; Tecnologia e inovação na gestão pública; Governança digital; Controle Governamental; Laboratório de administração pública I; Laboratório de administração pública II; Laboratório de administração pública III; Marketing na administração pública; Comportamento e conduta nas

organizações; Marketing em organizações sociais; Cultura e mudança organizacional; Burocracia, processos decisórios e arranjos institucionais; Desenvolvimento em finanças públicas; Federalismo e governos subnacionais; Redação oficial; Estratégia em organizações públicas; Negociação e arbitragem; Planejamento governamental; Tópicos especiais em gestão municipal.

- Políticas Públicas – Elaboração, gestão e avaliação de projetos; Políticas públicas e sociedade; Análise e avaliação de políticas públicas; Gestão de segurança pública; Políticas governamentais aplicadas ao agronegócio; Estudos de casos de políticas públicas setoriais.

- Estado, Governo e Sociedade – Gestão de serviços públicos; Gestão social; Gestão ambiental e sustentabilidade; Responsabilidade social e terceiro setor; Empreendedorismo e redes de cooperação na esfera pública; Gestão da regulação; Elaboração de textos acadêmicos em administração pública; Direito constitucional; Política brasileira; Estado, instituições democráticas e controle social; Termos de parceria, PPPS e outras formas de correalização do interesse coletivo.

Desta forma, a matriz curricular apresenta oferta semestral, duração ideal de oito semestres (quatro anos) letivos e carga horária total de 3.000 horas, que corresponde ao mínimo exigido pela Resolução CNE/CES nº 2, de 2007, incluindo disciplinas obrigatórias e eletivas, Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACCs), Estágio e Trabalho de Conclusão de Curso.

12.1. Descrição sobre a Articulação entre Teoria e Prática: ensino, pesquisa e extensão.

A articulação entre teoria e prática e as ações que envolvem o ensino, a pesquisa e a extensão do Curso de Bacharelado em Administração Pública permeiam duas áreas de discussão, a Administração Pública e a Gestão Pública. Essa é uma observação importante, pois é a partir dessa ótica que a estruturação do curso foi proposta, visando compreender as discussões teóricas que cercam as linhas de pesquisa na área e desenvolver um raciocínio analítico, junto aos discentes, para que se possa integrar tais abordagens ao contexto prático. Esse debate sobre essas duas áreas é realizado sob a perspectiva de Misoczky (2004, p. 2). Para a autora, a Administração Pública está relacionada à visão prática, à perspectiva da gestão dentro de instituições públicas. Além disso, essa área possibilita a “análise da formação de políticas públicas, incluindo aqui práticas sociais e relações políticas entre coletivos e organizações”. Por outro lado, a Gestão Pública abrange

“relações com outros setores, como no mix público privado e nas parcerias com organizações não governamentais, sob a marca da governança”.

Nesse sentido, é importante dizer que na Administração Pública a visão teórica e prática caminham juntas, se relacionam tanto no aspecto operacional das ações públicas quanto num sentido mais teórico sobre o papel do Estado para a sociedade e o mercado. Gillroy (1997) ressalta essa pluralidade no campo da Administração Pública, argumentando que as mudanças sociais e políticas levam a mudanças na motivação e nas reações ao que nos cerca e que, em virtude disso, a teoria precisa ser constantemente transformada para acompanhar tais mudanças. Contudo, as suposições teóricas não devem ser assumidas sem reflexão e análise.

As teorias e pesquisas na Administração Pública vêm acompanhando o que acontece no cenário nacional na prática das ações. Isso quer dizer que a perspectiva teórica alinhada às pesquisas nessa área se articula “com a história de formação do setor público brasileiro, ou seja, o desenvolvimento da produção científica da área é influenciado pelas agendas de governo” (FADUL, SILVA e CERQUEIRA, 2011, p.164).

No entendimento de Silva e Passador (2015, p. 2) existem múltiplas visões e interpretações sobre o que é administração pública no Brasil, o que torna as interpretações variadas e carentes de “significações baseadas na própria dinâmica histórica, social e política brasileira, ou seja, de lentes analíticas que considerem as especificidades do contexto nacional, o que tornaria assim os estudos, análises e ações do campo mais fidedignos”.

Pode-se compreender, diante dessas observações, que é preciso aprofundar a relação entre teoria e prática levando em consideração o contexto político, econômico e social que o país vivencia. A integração entre os eixos de ensino, pesquisa e extensão é valorizada e fortalecida por meio das disciplinas, atividades de pesquisa, extensão universitária, estágio curricular supervisionado e atividades acadêmico científico-culturais. A ideia é que seja possível proporcionar aos discentes uma visão crítica diante das abordagens teóricas e das suas relações com o ambiente prático da administração pública no Brasil e em referência a outros países.

Os eixos de ensino, pesquisa e extensão podem ser compreendidos sob as perspectivas da teoria, da técnica e da prática. A visão teórica compreende “análises e constatações importantes sobre o desenvolvimento teórico do campo considerando não apenas a produção de novas teorias

ou incremento das existentes, mas também referentes à atuação da comunidade científica que é capaz de produzi-la”. A técnica, por sua vez, reforça o “viés empresarial, seguindo a ideia de que “fazer gestão” independe do objeto”. Já a prática “guarda forte correlação com a ação dos funcionários governamentais na prática administrativa, de modo que está ligado aos problemas relacionados à burocracia” (SILVA e PASSADOR, 2015, p. 4).

Assim, todas essas questões servem para ampliar a discussão teórica e prática sobre o papel do administrador público como agente capaz de analisar e solucionar problemas na esfera pública. Essa discussão será proposta de maneira integrada entre todos os elementos didáticos do curso e entre docentes, discentes e técnicos da Universidade e demais instituições públicas, privadas e da sociedade civil que participarão, direta ou indiretamente, do desenvolvimento do curso.

12.2. Oferta de Disciplinas a Distância

O curso está organizado em uma matriz com componentes curriculares na modalidade presencial, mas permite ao(à) discente cursar disciplinas na modalidade à distância, de acordo com a Portaria nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019. Como apoio para a realização dessas atividades e disciplinas a distância, a UFOP disponibiliza a plataforma *Moodle*, já amplamente conhecida e utilizada por cursos a distância e presenciais.

O *Moodle* é utilizado pela gestão do curso como Área Virtual de Aprendizagem – AVA, possibilitando que uma série de documentos sejam disponibilizados e comunicações sejam realizadas de forma virtual, possibilitando melhorias na gestão do curso, bem como para a realização de atividades das disciplinas a distância e suporte para disciplinas presenciais.

Entre as disciplinas obrigatórias estão as disciplinas: GEP104 – Metodologia científica; GEP106 - Cidadania e direitos sociais no Brasil; GEP116 – Organização e processos; GEP119 - Gestão de pessoas no setor público; GEP124 – Gestão de serviços públicos; GEP125 – Gestão do conhecimento; GEP128 – Gestão social; GEP129 – Governança digital; GEP131 – Metodologia da pesquisa; GEP132 – Políticas públicas e sociedade; GEP133 – Análise e avaliação de políticas públicas; GEP134 – Controle governamental; GEP135 – Gestão ambiental e sustentabilidade; GEP137 - Trabalho de Conclusão de Curso I; e, GEP139 - Trabalho de Conclusão de Curso II,

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

perfazendo o total de 900 horas de componentes curriculares obrigatórios que serão ofertados na modalidade a distância.

As disciplinas GEP128 – Gestão social e GEP132 – Políticas públicas e sociedade, que são de natureza de Prática Parcialmente Extensionista (PPE), são também consideradas neste projeto dentro do grupo de disciplinas na modalidade a distância, considerando-se que a utilização dessa modalidade para a interação entre docentes e estudantes, tendo em vista que tanto as horas teóricas quanto a orientação nas práticas extensionistas serão lecionadas/realizadas na modalidade a distância. Contudo, a prática extensionista será realizada presencialmente pelos(as) estudantes nas atividades de extensão nas quais estiverem inseridos(as).

Em relação às disciplinas eletivas, essas estão previstas para serem ofertadas na modalidade a distância, respeitando o máximo permitido na Portaria nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019. Tendo em vista que são necessárias 05 disciplinas eletivas para a formação dos(as) discentes (Eletiva I, Eletiva II, Eletiva III, Eletiva IV, Eletiva V), está prevista a oferta de até 300 horas de disciplinas eletivas na modalidade a distância. O curso está estruturado de forma a permitir o uso de 40% (quarenta por cento) da carga de disciplinas na modalidade a distância, o que corresponde a 1.200 horas. Deste total, 75% (setenta e cinco por cento) é formado por disciplinas obrigatórias e 25% (vinte e cinco por cento) por disciplinas eletivas. A oferta de disciplinas eletivas na modalidade a distância é válida apenas para disciplinas ofertadas pelo DEGEP com códigos iniciados pelas siglas “GEP”, tendo em vista a necessidade de discutir a oferta e manter o controle sobre tal, avaliando periodicamente a utilização da metodologia no curso. As disciplinas eletivas de outros departamentos serão ofertadas na modalidade registrada no sistema acadêmico da UFOP. Portanto, caso o(a) discente escolha disciplinas presenciais para cursar dentro da carga de eletivas, utilizará uma porcentagem menor que os 40% de disciplinas a distância previstas no total do curso.

As disciplinas obrigatórias seguirão o fluxo ordinário de oferta. Já as disciplinas eletivas, como parte de sua própria natureza diante das necessidades pontuais do curso e dos(as) discentes, serão definidas pelo Colegiado do Curso a cada semestre letivo anterior à oferta e levadas para discussão e aprovação na assembleia do DEGEP. Após aprovadas as eletivas a serem ofertadas pelo DEGEP, estas serão disponibilizadas no sistema de matrícula, sendo facultado aos(as)

discentes a escolha das disciplinas a cursar no semestre seguinte, sendo elas ofertadas na modalidade a distância.

Ou seja, a oferta de disciplinas eletivas por parte do DEGEP (com códigos iniciados em “GEP”) será realizada na modalidade a distância. As disciplinas ofertadas por outros departamentos serão realizadas na modalidade em que seus programas de disciplinas estiverem registrados no sistema acadêmico, podendo ser na modalidade presencial, como no caso das disciplinas Sociologia urbana (CSO006), Sociologia da Cultura (CSO009), Sociologia do conhecimento (CSO010) e Territórios e sujeitos (CSO012).

A oferta das disciplinas na modalidade a distância leva em consideração a necessidade de os(as) discentes realizarem atividades práticas de ensino, pesquisa e extensão nos semestres finais do curso, necessitando de acompanhamento por parte dos(as) docentes responsáveis por tais disciplinas, que pode ser atendido via plataforma de ensino on-line, no ambiente do *Moodle*, já amplamente utilizado na UFOP como apoio às atividades didáticas dos cursos de graduação e de conhecimento dos(as) estudantes. Dessa forma, visa permitir maior independência e autonomia dos(as) estudantes em suas práticas de leituras e atividades das disciplinas, tendo o(a) professor(a) como um tutor que orienta seu aprendizado ao longo do semestre nos conteúdos e atividades previamente planejados.

Sendo assim, a oferta de disciplinas a distância será realizada pelos docentes por meio da organização e estruturação de plataformas on-line com materiais para leitura, videoaulas gravadas que possibilitem orientar e discutir os temas em questão, espaço para apresentação e acompanhamento de atividades realizadas pelos(as) discentes. Além disso, a oferta das disciplinas contará com atividades síncronas realizadas a partir de videoconferências, para que os docentes e discentes tenham momentos de integração, permitindo melhorar a comunicação entre estes.

Os momentos síncronos serão realizados nos horários definidos previamente na matrícula na disciplina, devendo os(as) estudantes se atentarem para os horários de aulas previamente definidos. Além disso, para evitar prejuízos aos(as) estudantes que eventualmente não possam acompanhar os momentos síncronos, os docentes serão orientados a gravar as aulas e disponibilizá-las para os estudantes em espaços para armazenamentos de vídeos. No final de cada semestre letivo as avaliações finais das disciplinas serão realizadas, obrigatoriamente, de forma presencial,

atendendo ao disposto na Portaria MEC nº 2.117 de 06 de dezembro de 2019. A metodologia de apoio às disciplinas realizadas na modalidade a distância está descrita de forma mais aprofundada na seção 13 desse PPC.

12.3. Flexibilidade Curricular

Seguindo as orientações do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOP (2016-2025) que aponta a necessidade de maior flexibilização das estruturas dos cursos, esse PPC se estrutura permitindo que os(as) discentes tenham participação no ritmo e na direção de suas formações, seguindo o curso de forma interdisciplinar.

A Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, aponta em seu Art. 2º a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais. Igualmente, aponta que esses cursos devem se atentar para que a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade garantam a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua interseção com outros cursos, como demonstrado na subseção 8.1 Eixos Temáticos de Formação.

A estrutura curricular contempla essa flexibilidade prevista nas DCNs, apresentando-se como um instrumento para explorar maneiras diferentes de organizar os conteúdos de formação e seus componentes curriculares, desenvolvendo um trabalho de diferenciação pedagógica, de natureza interdisciplinar, de desenvolvimento de projetos e de aprofundamento dos conhecimentos adquiridos.

Há que se reforçar que os programas curriculares de graduação, especialmente os desenvolvidos no Campo de Públicas, devem ser flexíveis para acomodar o amplo interesse dos alunos em atuar em diferentes áreas e esferas da Administração Pública. Além disso, tais programas, especialmente os desenvolvidos com apoio da modalidade a distância, devem buscar maior flexibilidade em relação à sua estrutura, sendo por isso que aqui se apresenta uma estrutura com poucos pré-requisitos para as disciplinas, no total de 6 em todo o curso.

A flexibilidade curricular também considera como inerentes ao processo de formação de administradores(as) públicos(as) a realização de atividades práticas aplicadas ao campo de atuação profissional, tanto por meio de projetos de extensão e pesquisa, como por meio de atividades acadêmicas, científicas e culturais em distintas áreas do conhecimento que permitam desenvolver uma visão holística da administração, especialmente no Campo de Públicas.

Dessa maneira, a flexibilização curricular do curso será desenvolvida por meio do oferecimento de *Disciplinas Eletivas*, conforme apresentado na subseção 12.3, que oferece aos(às) discentes a possibilidade de escolha de disciplinas que possam contribuir com o processo formativo traçado e que lhes interessa.

A flexibilização curricular do curso também será possibilitada por meio do *Estágio Curricular Supervisionado* que permite que o(a) discente selecione distintas áreas de atuação prática em diferentes níveis de governo e em organizações sociais, o que visa permitir maior flexibilização para a realização de atividades práticas em sua formação. Além disso, é permitido ao(à) discente dividir a carga horária total exigida, de 180 horas, em diferentes estágios, desde que o mínimo de cada estágio seja de 60 horas. Assim, o(a) estudante pode eleger diferentes oportunidades de atuação e aprendizagem, permitindo que a flexibilização seja atendida.

Também as *Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACCs)*, constituem outra forma de flexibilização curricular, que representam um processo de natureza pedagógica complementar importante para a integração da teoria com o exercício da profissão, buscando aumentar a qualidade na formação dos discentes por meio de atividades e participação em eventos de interesse de cada discente, além da participação em projetos de pesquisa, a exemplo de iniciação científica. Além disso, as *Atividades Acadêmico Científico-Culturais Extensionistas (AACCEs)*, orientadas para programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços de extensão universitária, constituem outra forma de flexibilização curricular.

Outra possibilidade de flexibilização se encontra no aproveitamento de créditos cursados pelos estudantes em outros cursos e universidades, de acordo com avaliação realizada pelo Colegiado de Curso, que levará em consideração os conteúdos das ementas, números de horas cursadas, tempo decorrido dos créditos quando da solicitação da validação, equivalência com disciplinas do curso de Administração Pública, entre outros critérios que apontem para a qualidade

dos créditos e utilização dos mesmos para cômputo de créditos no histórico acadêmico do(a) discente.

12.4. Curricularização da Extensão

A curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação expressa a compreensão da experiência extensionista como elemento formativo, pois compreende os(as) estudantes como protagonistas de sua formação. Desse modo, os(as) discentes se tornam participantes ativos(as) de seu processo de ensino-aprendizagem em Administração Pública. Nesse sentido, a extensão sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a UFOP e outros setores da sociedade.

A curricularização da extensão é o processo de inserção de atividades e/ou disciplinas de Extensão na formação dos(as) discentes como componente curricular obrigatório, para a integralização do curso de graduação no qual esteja matriculado(a) o(a) discente, nos termos da *Lei Federal n.º 3.005/2014*, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). A Estratégia 7 da Meta 12 do Plano assegura que, no mínimo, 10% dos créditos dos cursos de graduação devem ser utilizados em ações de Extensão. Além do PNE, a curricularização da extensão se fundamenta na Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014.

Na prática, a curricularização da extensão é regulamentada no âmbito da UFOP pela *Resolução CEPE 7.609/2018* - que informa que as ações de extensão se dão por meio de disciplinas (totalmente ou parcialmente extensionista) e/ou atividades complementares extensionistas (programas, projetos, cursos, eventos, e prestação de serviços) - e pela *Resolução CEPE 7.852/2019* - que orienta para o cadastro de todas as ações de extensão dos cursos na Pró-reitoria de Extensão (PROEX) e que os cursos de graduação devem definir no PPC os componentes curriculares de extensão, de no mínimo 10% da sua carga horária total.

Visando implantar a curricularização da extensão no *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* na modalidade presencial, apresenta-se a seguir a proposta de implantação e

implementação de atividades integradas à matriz curricular, que se dá por meio de um programa que abrange distintas atividades acadêmicas extensionistas, que representam 10% da carga horária total do curso.

A extensão será contemplada por meio do *Programa de Extensão em Administração Pública (PEAP)*, o qual se baseia em disciplinas extensionistas e atividades complementares, sendo divididas em três grupos de atividades: Prática Totalmente Extensionista (PTE); Prática Parcialmente Extensionista (PPE); e, Atividades Acadêmico Científico-Culturais Extensionistas (AACCEs).

A PTE será realizada sobre a forma de laboratórios de Administração Pública, que visam levar os(as) discentes em período integral dessas disciplinas às práticas extensionistas, tanto no âmbito das instituições públicas dos diversos níveis de governo, como também em organizações da sociedade civil de interesse público, de acordo com as escolhas realizadas pelos(as) discentes em concordância com os(as) docentes responsáveis por ministrar tais disciplinas. Entre as PTEs figuram as disciplinas: Laboratório de Administração Pública I (GEP130), Laboratório de Administração Pública II (GEP136) e Laboratório de Administração Pública III (GEP138). Estas disciplinas apresentam carga horária semestral de 60 horas/aula cada (4 créditos cada), totalizando 180 horas/aula (12 créditos), que equivalem a 60% do PEAP. Visando a melhor organização das disciplinas, as documentações referentes às atividades extensionistas serão disponibilizadas no ambiente *Moodle* pelo(a) docente responsável pelo acompanhamento da disciplina, bem como servirá como ambiente para comunicação entre docentes e discentes.

Em relação à PPE, a carga horária extensionista é parte da carga horária total da disciplina, sendo alternada com horas teóricas que dão base para tratar de temas específicos e discussões sobre atividades e aprendizagem. Contudo, caberá ao(a) docente a organização das horas teóricas e extensionistas em seus planos de ensino, podendo alternar entre aulas teóricas e extensionistas em uma mesma semana, ou mesmo realizar uma divisão por etapas teóricas e extensionistas ao longo do semestre acadêmico. As disciplinas de PPE são consideradas neste projeto dentro do grupo de disciplinas na modalidade a distância, considerando-se que a utilização dessa modalidade para a interação entre docentes e estudantes, tendo em vista que tanto as horas teóricas quanto a orientação nas práticas extensionistas serão lecionadas/realizadas na modalidade a distância. Contudo, a

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

prática extensionista será realizada presencialmente pelos(as) estudantes nas atividades de extensão nas quais estiverem inseridos(as).

Entre as PPEs figuram as disciplinas: Gestão social (GEP128) e Análise e avaliação de políticas públicas (GEP133). Estas disciplinas apresentam carga horária semestral de 60 horas/aula cada (4 créditos cada), porém, destas, 30 horas/aula semestrais são dedicadas à prática extensionista em cada disciplina (2 créditos cada). Portanto, considerando as duas disciplinas com 30 horas/aula de prática extensionista (2 créditos), totalizam 60 horas/aulas (4 créditos) extensionistas, o que representa 20% do PEAP.

As Atividades *Acadêmico Científico-Culturais Extensionistas* (AACCEs) são atividades extensionistas de distintas naturezas, tais como: programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços. No caso das atividades, o(a) estudante tem maior flexibilidade para elencar e selecionar as atividades que optar por realizar, desde que amparadas e constantes na resolução das AACCEs para esse curso, conforme disposto do Anexo E deste documento. Diferentemente das disciplinas onde existe a necessidade de matrícula para serem cursadas em determinados semestres letivos, as AACCEs poderão ser realizadas conforme descrição constante no Anexo E.

Os(as) discentes devem efetuar a comprovação do cumprimento das referidas atividades por meio da apresentação da documentação comprobatória, conforme orientações e formulário disponibilizados na “Área de Interação Virtual” do curso, disponível no *Moodle*. O(a) discente solicitará a inclusão das horas obtidas no sistema de controle acadêmico, por meio de documentação comprobatória das atividades realizadas entregues à Comissão Permanente de Avaliação das AACCEs. A partir da avaliação e aprovação por parte dessa comissão, as horas de AACCEs serão incluídas no histórico escolar do(a) discente com o código ATV200. Os(as) discentes deverão realizar no mínimo 60 horas de atividades extensionistas (AACCEs), o que representa 20% da prática extensionista do PEAP.

Portanto, o *Programa de Extensão em Administração Pública (PEAP)* está estruturado para atender às exigências legais de 10% da carga horária total do curso em atividades extensionistas, sendo 300 horas destinadas à extensão inseridas no curso estruturado em 3000 horas no total, sendo distribuídas da seguinte forma: 180 horas/aula em PTEs - 60% da carga horária extensionista total; 60 horas/aula em PPEs - 20% da carga horária extensionista total; e, 60 horas em AACCEs - 20%

da carga horária extensionista total. Esse programa promoverá a interação transformadora entre os(as) discentes do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* na modalidade presencial, da UFOP e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Destaca-se que a regulamentação do registro e da inclusão de atividades e/ou disciplinas de Extensão nos currículos de graduação da Universidade, com relação à curricularização da extensão *no curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* na modalidade presencial, está sendo regulamentada pela UFOP.

12.5. Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular supervisionado é uma atividade estruturada de acordo com a Resolução CNE/CES 001/2014, que estabelece as diretrizes curriculares do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, em especial em seu art. 7º.

A realização de estágios curriculares supervisionados visa permitir a integração entre teoria e prática em momentos de vivência do(a) discente(a) em seu campo de atuação profissional, podendo contribuir para sua formação em uma perspectiva crítica e reflexiva. Dessa forma, os estágios permitem a utilização dos conhecimentos de natureza teórica e prática na ação, bem como a elaboração de novos saberes e fazeres para a formação discente.

O estágio do presente curso busca a articulação da teoria e prática para permitir aos(as) discentes vivenciarem seus aprendizados imersos na realidade do trato com a causa pública. Neste sentido, o estágio curricular supervisionado (obrigatório) é permitido quando o(a) discente tiver cursado no mínimo 1200 horas do curso. Para sua conclusão é necessário que o(a) discente realize no mínimo 180 (cento e oitenta) horas de estágios no total, que podem ser divididas em estágios realizados com no mínimo 60 (sessenta) horas cada, devidamente documentados e cumpridos conforme com Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, e com a Regulamentação de Estágio do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, apresentada no Anexo B.

Para realização do estágio curricular supervisionado, o(a) discente pode optar por realizar as horas em organizações públicas dos diferentes poderes públicos (executivo, legislativo e

judiciário), das três esferas (federal, estadual e municipal), ou mesmo em empresas e organizações públicas, autarquias, organizações concessionárias de serviços públicos ou em organizações sociais de interesse público. Além disso, o(a) professor(a) supervisor(a) pode autorizar a realização de estágio em empresas privadas, desde que seja justificado o vínculo entre a atividade que o(a) discente estagiário(a) irá realizar com a Administração Pública. A instituição concedente, por sua vez, indicará um profissional capacitado, preferencialmente ligado à área de administração, para supervisionar e acompanhar as atividades do(a) discente estagiário(a) na organização.

Após a seleção do local e das atividades que serão realizadas por parte do(a) discente, o(a) professor(a) supervisor(a) responsável por sua orientação e acompanhamento deverá ser consultado para verificar a pertinência da experiência prática em relação às teorias aprendidas ao longo do curso, bem como em relação à pertinência para a formação profissional. Além disso, o(a) professor(a) supervisor(a) acompanha o(a) discente desde a elaboração do Termo de Compromisso de Estágio (TCE) e Plano de Atividades de Estágio (PAE) até a finalização das atividades de estágio por meio de avaliação de relatórios, como o Relatório de Avaliação de Estágio (RAE) e Relatório Final de Estágio (RFE), e inserção das horas de estágio no sistema acadêmico/aprovação nas disciplinas de estágio.

A partir do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFOP (2016-2025) foi estabelecido que Coordenadoria de Estágios (CEST) da PROGRAD é o órgão que regula e apoia as atividades de estágios dos estudantes da Universidade, zelando pela relação entre os(as) estagiários(as) e as organizações concedentes de estágio, viabilizando os termos de compromisso, os convênios e a divulgação de oportunidades de estágio e de programas de *trainee*. Dessa forma, atua especialmente no que tange à elaboração de convênios com organizações que recebem estudantes estagiários, bem como no que tange à realização de Termos de Compromisso de Estágio (TCE) entre estudantes e organizações concedentes, e Plano de Atividades de Estágio (PAE) elaborado junto aos(as) professores(as) supervisores(as).

Para a realização das atividades o(a) estagiário(a) atuará nos espaços e atividades apropriados e de acordo com as orientações e definições das organizações concedentes de estágio. Em relação à supervisão por parte dos(as) docentes, as atividades são realizadas presencialmente em acordo com os(as) discentes e/ou a distância por meio do ambiente *Moodle*, o qual serve

também de espaço para registro e movimentação de documentos inerentes ao estágio, tais como o TCE e PAE mencionados anteriormente, o Relatório de Avaliação de Estágio (RAE) e Relatório Final de Estágio (RFE), conforme orientado pela Regulamentação de Estágio apresentada no Anexo B.

12.6. Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) está previsto como componente curricular obrigatório pelo art.9º da Resolução CNE/CES nº 1/2014, sendo requisito indispensável para a colação de grau no *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* da UFOP.

Por meio do TCC, o(a) discente demonstra sua capacidade de analisar criticamente a bibliografia e os trabalhos existentes sobre o tema escolhido e de realizar um trabalho científico relacionado à Administração Pública com base em pesquisa (bibliográfica e/ou de campo). Nessa direção, o TCC cria oportunidades para a realização de pesquisas cujos resultados sejam significativos e relevantes para a comunidade local e/ou esferas mais abrangentes, bem como para o avanço do Campo de Públicas.

O desenvolvimento do TCC ocorrerá por meio das disciplinas GEP137 (Trabalho de Conclusão de Curso I) e GEP139 (Trabalho de Conclusão de Curso II), exclusivamente no Ambiente Virtual de Aprendizagem (ambiente virtual *Moodle*). Estas disciplinas possuem carga horária de 60 horas cada.

A disciplina GEP137 - Trabalho de Conclusão de Curso I - prevê discussões sobre a atividade de pesquisa, delimitação do enfoque da pesquisa para o TCC, a revisão da literatura e o detalhamento do projeto de TCC. Na disciplina GEP139 - Trabalho de Conclusão de Curso II - espera-se que o(a) discente implemente o projeto de pesquisa elaborado no semestre anterior com o desenvolvimento da metodologia proposta, a discussão das considerações finais e a finalização e apresentação da pesquisa.

As disciplinas GEP137 e GEP139 serão ministradas, preferencialmente, por docentes efetivos do Departamento de Gestão Pública do CEAD/UFOP ou vinculados ao *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*. Os(as) docentes responsáveis por tais disciplinas têm o papel de acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos(as) discentes em

relação às suas etapas e normas, sem necessariamente ser o(a) orientador do projeto de pesquisa, já que a escolha da orientação se dá em virtude de interesses de áreas e pesquisas congruentes entre discentes e docentes. Caso o(a) discente opte por um(a) orientador(a) do próprio curso/departamento, esse orientador, em anuência com a escolha, deverá acompanhar a elaboração do trabalho até o término do processo por meio de banca de avaliação, contribuindo para a concessão da nota final que o(a) discente obterá na disciplina, bem como sua situação de aprovação/reprovação.

Caso o(a) discente opte por um(a) orientador(a) de outro curso/departamento deverá apresentar solicitação de anuência ao Colegiado do Curso de Administração Pública. Após aprovação, orientadores(as) e discentes devem seguir as mesmas orientações descritas no parágrafo anterior.

Os trabalhos são avaliados, em TCC I, pelo(a) orientador(a) da pesquisa, que atribui a nota final da disciplina ao estudante. Na disciplina TCC II, a avaliação é realizada em banca examinadora definida pelo(a) orientador(a), ao final do semestre. A banca é composta por dois membros (orientador(a) e convidado(a)), que atribuem em conjunto uma nota para o(a) discente. Em caso de revisões, o(a) discente conta com até 15 dias corridos para a entrega da versão final, desde que não ultrapasse o último dia letivo do calendário acadêmico do semestre.

O TCC, sempre que possível, deve estar associado às atividades desenvolvidas nos projetos de pesquisa, de extensão e no estágio supervisionado aos quais o(a) discente estiver envolvido(a) ou que tenha desenvolvido durante o curso. O TCC deve ser elaborado em formato de monografia, artigo científico ou caso de ensino, e deverá ser realizado individualmente.

O trabalho deve atender, obrigatoriamente, às diretrizes do “Guia para Normalização Bibliográfica de Trabalhos Acadêmicos” do BDTCC – SISBIN, de acordo com as instruções e padrões estabelecidos pela Resolução CEPE Nº 7.210, de 29 de junho de 2017. O Anexo C traz a Resolução 06/2020 que regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso.

12.7. Atividades Acadêmico Científico-Culturais

As *Atividades Acadêmico Científico-Culturais* (AACCs) são atividades complementares obrigatórias no curso e a sua incorporação curricular parte do pressuposto de que a formação de

administradores(as) públicos(as) não se realiza exclusivamente nos espaços acadêmicos formais de ensino. Além disso, entende-se que essa formação supõe, também, a autoformação por meio da capacidade de, conscientemente, os(as) discentes produzirem escolhas que correspondam aos seus interesses e que sejam adequadas à profissão de administrador(a) público(a).

Estas atividades teóricas e práticas totalizam 60 horas, correspondentes a 2% da carga horária total, conforme o Regulamento das Atividades Acadêmico Científico-Culturais, disposto no Anexo D. As AACCs visam o enriquecimento da formação dos(as) discentes por meio da participação em atividades acadêmicas, científicas e culturais, que serão desenvolvidas no decorrer do curso, devendo englobar as atividades de iniciação científica, pesquisa e extensão, participação em eventos científicos e culturais, participação em órgãos colegiados da UFOP e em processos de avaliação do curso, dentre outras, desenvolvidas dentro e fora da universidade.

Assim, as AACCs são práticas acadêmicas apresentadas em múltiplos formatos, tendo em vista: a) complementar a formação dos alunos, possibilitando o aprofundamento em áreas específicas do curso; b) fomentar a iniciativa dos(as) discentes em participar de atividades culturais, profissionais e acadêmicas relacionadas ao curso e ao campo de atuação dos(as) administradores(as) públicos(as); c) incentivar a participação dos(as) discentes nas atividades de ensino, extensão e pesquisa realizadas na UFOP; e, d) estimular a tomada de iniciativa e investimento profissional dos(as) discentes, incitando-os(as) a participarem da vida acadêmica e cultural da Universidade.

Essas atividades devem ser desenvolvidas no decorrer do curso, dentro ou fora do turno regular das aulas, sem prejuízo, no entanto, de qualquer outra atividade formativa, sendo que estão devidamente regulamentadas em concordância com o PPC. Os(as) discentes devem efetuar a comprovação do cumprimento das referidas atividades por meio da apresentação da documentação comprobatória, conforme orientações e formulário disponibilizados na “Área de Interação Virtual” do curso, disponível no *Moodle*. O(a) discente solicitará a inclusão das horas obtidas no sistema de controle acadêmico, por meio de documentação comprobatória das atividades realizadas entregues à Comissão Permanente de Avaliação das AACCs. A partir da avaliação e aprovação por parte dessa comissão, as horas de AACCs serão incluídas no histórico escolar do(a) discente com o código ATV100. Os(as) discentes deverão realizar no mínimo 60 horas de AACCs.

A comprovação das AACCs será realizada em qualquer período do curso, devendo, o(a) estudante, apresentar as atividades desenvolvidas no semestre letivo corrente ou aquelas realizadas no semestre anterior. Após passados dois semestres letivos de realização das atividades e sem sua devida avaliação e validação, estas caducam e não podem mais ser aproveitadas para cômputo das horas de AACCs.

12.8. Temas Transversais

O grupo de componentes curriculares denominado de Temas Transversais tem como objetivo assegurar o cumprimento do PDI da UFOP e da *Resolução CNE/CES nº 1/2014* no tocante ao disposto no art. 5º, que exige a inserção no PPC de “conteúdos que revelem, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural”. Igualmente, que atendam às disposições legais previstas:

- I. Resolução CNE/ CP nº1/ 2014, que trata das relações étnico-raciais;
- II. Resolução CNE/CP nº1/ 2012, que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em Direitos Humanos;
- III. Decreto nº 4281/ 2002, que regulamenta a Lei nº 9795/1999, que institui a política nacional de educação ambiental;
- IV. Decreto nº 5626/ 2005, que inclui Libras como disciplina curricular;
- V. Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Portanto, a formação transversal constitui-se num espaço institucional destinado à abordagem de temáticas relacionadas à:

- I. educação das relações étnico-raciais,
- II. direitos humanos,
- III. educação ambiental,
- IV. inclusão e diversidade,
- V. Língua Brasileira de Sinais – Libras, e
- VI. dentre outros requisitos legais.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Essas temáticas encontram respaldo: a) na relevância desse tipo de trabalho para a formação acadêmica, profissional e social dos(as) estudantes; b) na necessidade de se desenvolver uma política de respeito ao ser humano e à diversidade sociocultural no interior na Universidade; e, c) na necessidade de se cumprir as diretrizes nacionais da educação.

O Quadro 7 destaca as atividades formativas relacionadas com a formação transversal. Entretanto, cabe ressaltar que esta temática é abordada de maneira sistemática no trato de diversos componentes curriculares afetos às políticas públicas.

Quadro 7 - Formação Transversal			
CÓDIGO	DISCIPLINA	CHS	PERÍODO
GEP101	Filosofia e ética	60	1
GEP106	Cidadania e direitos sociais no Brasil	60	2
GEP128	Gestão social	60	6
GEP135	Gestão ambiental e sustentabilidade	60	7
LET966	Introdução a Libras	60	Eletiva
GEP163	Responsabilidade social e terceiro setor	60	Eletiva
TOTAL		360	

Fonte: Elaboração Própria

Assim, as atividades de formação transversal são ofertadas na forma de componentes curriculares que perfazem um total de 360 horas para atender as temáticas relacionadas com a Educação para as Relações Étnico-Raciais e os Direitos Humanos nas disciplinas GEP101 e GEP106, a Educação Ambiental na disciplina GEP135, a Inclusão e Diversidade nas disciplinas GEP128 e GEP163 e a Libras na disciplina LET966.

Ressalta-se, contudo, que do total de 360 horas, 120 horas são relativas a disciplinas eletivas, sendo 60 horas de GEP163 e 60 horas de LET966. Ou seja, faculta a cada estudante a escolha das disciplinas na sua formação.

12.9. Mobilidade Acadêmica

As políticas para a graduação na UFOP, contempladas pelo PDI, buscam investir nas possibilidades de flexibilização curricular, como já dito anteriormente. Em sintonia com isso, a Universidade valoriza a importância das atividades extracurriculares no processo de formação

acadêmica, incluindo aí o incentivo à mobilidade acadêmica, por meio do aporte de verbas e bolsas. A Coordenadoria de Assuntos Internacionais (CAINT) é o setor que apoia os projetos de internacionalização da UFOP e que cuida de assuntos ligados a parcerias e apoio para os(as) discentes e colegiados de cursos, facilitando e colaborando para o acesso de discentes à programas e bolsas de incentivo à mobilidade acadêmica internacional.

Dessa forma, o presente PPC reforça a importância das atividades de mobilidade acadêmica, seja nacional ou internacional, como forma de conhecer e aprender conteúdos da mesma área e de áreas correlatas à Administração Pública. Assim, a vivência em diferentes culturas, realidades socioeconômicas e experiências podem ampliar as lentes para melhorar a visão de mundo dos(as) discentes, contribuindo para a formação de profissionais com olhares mais ampliados sobre os dilemas e possibilidades encontrados nos contextos em que atuarão.

Portanto, o(a) discente tem a possibilidade de realizar disciplinas obrigatórias, eletivas ou facultativas, oferecidas em outra instituição de ensino superior reconhecida pelo MEC ou com a qual a UFOP mantém convênio, sejam elas nacionais ou internacionais. O aproveitamento da carga horária realizada por meio de mobilidade acadêmica como créditos no curso ou mesmo como atividades complementares didáticas depende, no caso das disciplinas, da apresentação de documentação comprobatória da instituição de ensino, carga horária e aprovação registradas ou, no caso dos cursos para a formação de competências práticas, de documentação comprobatória, incluindo carga horária do curso, emitida pela organização promotora.

12.10. Relação com a Pesquisa

O curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, tem como um de seus pilares a contribuição para a formação de cidadãos capazes de atuar através da pesquisa em processos ligados à gestão pública e à sociedade, por meio do desenvolvimento de competência crítica e científica. Dessa forma, espera-se que a formação propiciada permita aos profissionais conduzir pesquisas que deem base para a concepção, execução e avaliação de projetos que respondam às demandas públicas e sociais nas realidades em que atuarem.

Há uma série de conteúdos obrigatórios que visam estimular e desenvolver as habilidades básicas de pesquisa nos(as) discentes, como por exemplo, por meio das disciplinas: *Metodologia*

científica; Estatística aplicada a administração e Metodologia da pesquisa. E outras disciplinas que buscam focar técnicas de pesquisas aplicadas à Administração Pública, tais como: *Elaboração, gestão e avaliação de projetos; Análise e avaliação de políticas públicas; Trabalho de conclusão de curso I e Trabalho de conclusão de curso II*, entre outras que desenvolvem tais habilidades de forma complementar ao longo do curso. Além disso, as possibilidades de realização de pesquisas a partir de projetos de iniciação científica (remunerados com bolsa de incentivo ou mesmo de forma voluntária), bem como de atividades complementares como participação em eventos de pesquisa, criam um ambiente propício à formação de pesquisadores.

Assim, a sistematização da visão humanística e da visão técnica propiciada por meio do curso permite que os profissionais possam atuar investigando suas próprias práticas profissionais, dos grupos e setores onde atuam, bem como sobre os impactos de tais práticas nas organizações e sociedade. Ressalta-se que além de os conteúdos e dinâmica do curso permitirem que o(a) discente desenvolva habilidades voltadas para a prática profissional, esses colaboram e preparam os(as) estudantes para o investimento na área de pesquisa acadêmica, preparando-os(as) para ingressarem em programas de pós-graduação lato e stricto sensu.

Nesse sentido, o enfoque do curso em pesquisa permite que se construa e reconstrua o conhecimento sobre o Campo de Públicas em geral, além de possibilitar a consideração de novas e diferentes perspectivas no processo de aprendizagem, tendo em vista que a pesquisa não deve ser compreendida apenas como uma etapa posterior à graduação, mas sim a partir do próprio processo de ensino como componente essencial das práticas pedagógicas e formação profissional.

Os conteúdos dos componentes curriculares estão, em larga medida, voltados às linhas de pesquisa desenvolvidas pelos(as) docentes do curso. Nesse sentido, o(a) discente(a) poderá desenvolver, durante todo o curso e em especial no *Trabalho de Conclusão de Curso*, estudos relativos às quatro linhas de pesquisa na qual o curso e o corpo docente se dividem:

1. Instituições, Políticas e Governo

Estado, política, governo, instituições, federação, orçamento, finanças públicas.

Esta linha de pesquisa procura compreender os processos de constituição e organização do Estado bem como as relações reflexivas e determinantes entre Política, Governo e Instituições.

Acrescem a esse campo os estudos sobre o federalismo brasileiro e os desafios de gestão do orçamento, da dívida e das finanças públicas.

2. Estratégia, Gestão e Organização

Estudos organizacionais, avaliação de políticas públicas, processos e agentes.

Esta linha visa recorrer aos estudos organizacionais para analisar e avaliar os processos e especificidades do Estado brasileiro, suas capacidades e estratégias para melhoria dos processos de planejamento e implementação de políticas públicas e prestação de serviços públicos. São focos desta linha de pesquisa:

- I. Os processos no nível organizacional e os fenômenos de gestão em organizações no âmbito público e no âmbito da gestão corporativa;
- II. As ferramentas de apoio do desenvolvimento das análises: teoria das organizações, estratégia competitiva, internacionalização, governança e controle, cultura organizacional, processos de gestão, economia do setor público, métodos quantitativos;
- III. O desenvolvimento socioeconômico das sociedades a partir da contribuição do setor público;
- IV. As possibilidades e metas de bem-viver, as formas produtivas e de comercialização autônomas de comunidades bem como os sistemas circulares de moedas;
- V. Estudo dos impactos dos grandes projetos, dos processos e métodos dos projetos extrativistas e da relação de tecnologias, desenvolvimento, distribuição de riqueza e de pobreza com deslocamentos forçados, racismo ambiental e natureza;
- VI. Aplicação das ferramentas de gestão ambiental no contexto das demais políticas, processos e ações de agentes públicos no espaço e ao longo do tempo.

3. Transformações do Estado, da Sociedade e de Políticas Públicas

Relações Estado e sociedade, novos arranjos, redes de cooperação, políticas e território.

Objetiva-se, com essa linha de pesquisa, compreender as transformações do mundo contemporâneo e seus desdobramentos sobre os arranjos do Estado e da sociedade. Um dos seus

desdobramentos refere-se à construção/ desconstrução e compreensão de ideologias, sentidos políticos e históricos que emergem a partir das ações de seus atores sociais e que são capazes de impactar a produção do conhecimento e nas práticas cotidianas no âmbito da Administração Pública. O que representa uma mudança de perspectiva ao atribuir olhar atento às regras, princípios, teorias, teses, argumentos capazes de se reproduzir no cotidiano das relações sociais, políticas e administrativas, ganhando sentidos e instruindo uma organização pragmática da sociedade e suas instituições.

Com mesmo vigor, propõe-se investigar as dimensões do território e da sustentabilidade ambiental na definição da gestão das políticas públicas nacionais e locais além de compreender a extensão das interferências humanas no ambiente.

4. Gestão Pública, Tecnologias e Inovação

Inovação, tecnologias, metodologias, qualidade serviço público.

O objetivo desta linha é pesquisar processos, metodologias e tecnologias voltadas à inovação institucional da Gestão Pública. Nesse sentido, são objetos de atenção as práticas, projetos e processos de inovação e implementação de qualidade nos serviços públicos como também seus impactos socioambientais e na perda ou ganho dos bens e serviços ecossistêmicos.

12.11. Matriz Curricular

A matriz curricular foi elaborada em conformidade com a *Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), n. 1, de 13/01/2014*, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Os componentes curriculares desta matriz estão distribuídos em oito semestres e são de natureza:

- I. Obrigatória – conteúdos considerados mínimos para a formação em Administração Pública, incluída a carga horária destinada ao TCC (120 horas) e ao Estágio Supervisionado (180 horas), totalizando 2.700 horas;
- II. Eletiva – conteúdos que remetem a temas emergentes, possibilitando um enriquecimento cultural e/ou aprofundando a atualização de conhecimentos específicos, bem como

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO**

adequação da formação do(a) administrador(a) público(a) à demanda regional, totalizando 300 horas;

- III. Atividades Acadêmico Científico-Culturais – demais atividades do curso totalizando 60 horas, conforme disposto no item 12.7 deste projeto.
- IV. Atividades Acadêmico Científico-Culturais Extensionistas – atividades de prática extensionista totalizando 60 horas, conforme disposto no item 12.4.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* está representada nas Tabelas 6 a 9:

Tabela 6 - Matriz Curricular Obrigatória

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ- REQUISITO	CHS	CHE	CHA	AULA		PER
						T	P	
GEP100	Ciência política		60	0	72	4	0	1
GEP101	Filosofia e ética		60	0	72	4	0	1
GEP102	Introdução a economia		60	0	72	4	0	1
GEP103	Matemática para administradores		60	0	72	4	0	1
GEP104	Metodologia científica		60	0	72	4	0	1
GEP105	Teoria geral da administração		60	0	72	3	1	1
GEP106	Cidadania e direitos sociais no Brasil		60	0	72	4	0	2
GEP107	Contabilidade geral		60	0	72	4	0	2
GEP108	Introdução ao direito		60	0	72	4	0	2
GEP109	Macroeconomia	GEP102	60	0	72	4	0	2
GEP110	Matemática financeira		60	0	72	4	0	2
GEP111	Teoria da administração pública I		60	0	72	4	0	2
GEP112	Contabilidade pública	GEP107	60	0	72	4	0	3
GEP113	Economia brasileira		60	0	72	4	0	3
GEP114	Direito administrativo		60	0	72	4	0	3
GEP115	Estatística aplicada a administração	GEP103	60	0	72	2	2	3
GEP116	Organização e processos		60	0	72	2	2	3
GEP117	Teoria da administração pública II	GEP111	60	0	72	3	1	3
GEP118	Gestão de operações e logística		60	0	72	3	1	4
GEP119	Gestão de pessoas no setor público		60	0	72	3	1	4
GEP120	Licitações e contratações públicas		60	0	72	2	2	4
GEP121	Sociologia organizacional		60	0	72	4	0	4
GEP122	Teoria das finanças públicas		60	0	72	4	0	4
	Eletiva I		60		72			4
GEP123	Elaboração, gestão e avaliação de projetos		60	0	72	2	2	5
GEP124	Gestão de serviços públicos		60	0	72	3	1	5
GEP125	Gestão do conhecimento		60	0	72	4	0	5
GEP126	Orçamento público		60	0	72	2	2	5

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO**

GEP127	Tecnologia e inovação na gestão pública		60	0	72	3	1	5
	Eletiva II		60		72			5
GEP128	Gestão social (PPE)		60	30	72	2	2	6
GEP129	Governança digital		60	0	72	3	1	6
GEP130	Laboratório de administração pública I (PTE)		60	60	72	0	0	6
GEP131	Metodologia da pesquisa		60	0	72	2	2	6
GEP132	Políticas públicas e sociedade		60	0	72	3	1	6
	Eletiva III		60		72			6
GEP133	Análise e avaliação de políticas públicas (PPE)	GEP132	60	30	72	2	2	7
GEP134	Controle governamental		60	0	72	2	2	7
GEP135	Gestão ambiental e sustentabilidade		60	0	72	4	0	7
GEP136	Laboratório de administração pública II (PTE)	GEP130	60	60	72	0	0	7
GEP137	Trabalho de conclusão de curso I		60	0	72	2	2	7
	Eletiva IV		60		72			7
GEP138	Laboratório de administração pública III (PTE)	GEP136	60	60	72	0	0	8
GEP139	Trabalho de conclusão de curso II	GEP137	60	0	72	2	2	8
	Eletiva V		60		72			8
	TOTAL		2700					

AULA: T – teórica; P – prática

PTE – Prática Totalmente Extensionista; PPE – Prática Parcialmente Extensionista

A carga horária referente às atividades de extensão (CHE), tanto as disciplinas parcialmente extensionistas quanto as disciplinas totalmente extensionistas, está incluída na carga horária semestral (CHS) do componente curricular.

Tabela 7 - Matriz Curricular de Disciplinas Eletivas

CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHE	CHA	AULA		PER
						T	P	
GEP140	Burocracia, processos decisórios e arranjos institucionais		60	0	72	4	0	
GEP141	Comportamento e conduta nas organizações		30	0	36	2	0	
GEP142	Cultura e mudança organizacional		60	0	72	4	0	
GEP143	Desenvolvimento em finanças públicas		30	0	36	2	0	
GEP144	Direito constitucional		30	0	36	2	0	
GEP145	Empreendedorismo e redes de cooperação na esfera pública		60	0	72	4	0	
GEP146	Elaboração de textos acadêmicos em administração pública		30	0	36	2	0	
GEP147	Estado, instituições democráticas e controle social		30	0	36	2	0	
GEP148	Estratégia em organizações públicas		60	0	72	4	0	
GEP149	Estudos de casos de políticas públicas setoriais		30	0	36	2	0	

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO**

GEP150	Federalismo e governos subnacionais		30	0	36	2	0	
GEP151	Gestão da regulação		30	0	36	2	0	
GEP152	Gestão de segurança pública		60	0	72	4	0	
LET966	Introdução a Libras		60	0	72	2	2	
GEP153	Marketing em organizações sociais		30	0	36	2	0	
GEP154	Marketing na administração pública		30	0	36	2	0	
GEP155	Métodos qualitativos		30	0	36	2	0	
GEP156	Métodos quantitativos		30	0	36	2	0	
GEP157	Negociação e arbitragem		60	0	72	4	0	
GEP158	Planejamento governamental		60	0	72	4	0	
GEP159	Política brasileira		30	0	36	2	0	
GEP160	Políticas governamentais aplicadas ao agronegócio		30	0	36	2	0	
GEP161	Redação oficial		30	0	36	2	0	
GEP162	Relações internacionais		60	0	72	4	0	
GEP163	Responsabilidade social e terceiro setor		60	0	72	4	0	
CSO009	Sociologia da cultura		60	0	72	4	0	
GEP164	Sociologia digital		60	0	72	4	0	
CSO010	Sociologia do conhecimento		60	0	72	4	0	
CSO006	Sociologia urbana		60	0	72	4	0	
GEP165	Termos de parceria, PPPs e outras formas de correalização do interesse coletivo		30	0	36	2	0	
CSO012	Territórios e sujeitos		60	0	72	4	0	
GEP166	Tópicos especiais em gestão municipal		30	0	36	2	0	

Tabela 8 - Matriz Curricular de Atividades

CÓDIGO	ATIVIDADES	PRÉ-REQUISITO	CARÁTER	CHS
ATV100	Atividades acadêmico científico-culturais		Obrigatório	60
ATV200	Atividades acadêmico científico-culturais extensionistas		Obrigatório	60
ATV500	Estágio curricular supervisionado	Integralização de 1.200 horas de curso	Obrigatório	180

Tabela 9 - Componentes Curriculares

Componentes curriculares exigidos para integralização do curso	Carga horária
Disciplinas obrigatórias*	2400
Disciplinas eletivas	300
Atividades acadêmico científico-culturais	60
Atividades acadêmico científico-culturais extensionistas	60
Estágio curricular supervisionado	180
Total	3000

* Incluídas as 120 horas de TCCI e TCCII

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Tabela 10 – Disciplinas Ofertadas a Distância

CÓDIGO	DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHE	CHA	AULA		PER
						T	P	
GEP104	Metodologia científica		60	0	72	4	0	1
GEP106	Cidadania e direitos sociais no Brasil		60	0	72	4	0	2
GEP116	Organização e processos		60	0	72	2	2	3
GEP119	Gestão de pessoas no setor público		60	0	72	3	1	4
GEP124	Gestão de serviços públicos		60	0	72	3	1	5
GEP125	Gestão do conhecimento		60	0	72	4	0	5
GEP128	Gestão social (PPE)		60	30	72	2	2	6
GEP129	Governança digital		60	0	72	3	1	6
GEP131	Metodologia da pesquisa		60	0	72	2	2	6
GEP132	Políticas públicas e sociedade		60	0	72	3	1	6
GEP133	Análise e avaliação de políticas públicas (PPE)	GEP132	60	30	72	2	2	7
GEP134	Controle governamental		60	0	72	2	2	7
GEP135	Gestão ambiental e sustentabilidade		60	0	72	4	0	7
GEP137	Trabalho de conclusão de curso I		60	0	72	2	2	7
GEP139	Trabalho de conclusão de curso II	GEP137	60	0	72	2	2	8
CÓDIGO	DISCIPLINAS ELETIVAS	PRÉ-REQUISITO	CHS	CHE	CHA	AULA		PER
						T	P	
GEP140	Burocracia, processos decisórios e arranjos institucionais		60	0	72	4	0	
GEP141	Comportamento e conduta nas organizações		30	0	36	2	0	
GEP142	Cultura e mudança organizacional		60	0	72	4	0	
GEP143	Desenvolvimento em finanças públicas		30	0	36	2	0	
GEP144	Direito constitucional		30	0	36	2	0	
GEP145	Empreendedorismo e redes de cooperação na esfera pública		60	0	72	4	0	
GEP146	Elaboração de textos acadêmicos em administração pública		30	0	36	2	0	
GEP147	Estado, instituições democráticas e controle social		30	0	36	2	0	
GEP148	Estratégia em organizações públicas		60	0	72	4	0	
GEP149	Estudos de casos de políticas públicas setoriais		30	0	36	2	0	
GEP150	Federalismo e governos subnacionais		30	0	36	2	0	
GEP151	Gestão da regulação		30	0	36	2	0	
GEP152	Gestão de segurança pública		60	0	72	4	0	
GEP153	Marketing em organizações sociais		30	0	36	2	0	
GEP154	Marketing na administração pública		30	0	36	2	0	
GEP155	Métodos qualitativos		30	0	36	2	0	
GEP156	Métodos quantitativos		30	0	36	2	0	
GEP157	Negociação e arbitragem		60	0	72	4	0	
GEP158	Planejamento governamental		60	0	72	4	0	

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

GEP159	Política brasileira		30	0	36	2	0	
GEP160	Políticas governamentais aplicadas ao agronegócio		30	0	36	2	0	
GEP161	Redação oficial		30	0	36	2	0	
GEP162	Relações internacionais		60	0	72	4	0	
GEP163	Responsabilidade social e terceiro setor		60	0	72	4	0	
GEP164	Sociologia digital		60	0	72	4	0	
GEP165	Termos de parceria, PPPs e outras formas de correalização do interesse coletivo		30	0	36	2	0	
GEP166	Tópicos especiais em gestão municipal		30	0	36	2	0	

Como se pode verificar nas tabelas acima, as disciplinas obrigatórias são ofertadas exclusivamente pelo DEGEP. Já entre as eletivas, além das ofertadas do DEGEP, o Curso conta com o apoio e participação do Departamento de Ciências Sociais (DECSO) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) por meio das disciplinas CSO006, CSO009, CSO010 e CSO012, e do Departamento de Letras (DELET) do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) por meio da disciplina LET966.

13. METODOLOGIAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

Dadas as especificidades do curso de *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, o projeto pedagógico do curso fundamenta-se na ideia de uma educação democrática e emancipatória, partindo da premissa que os e as estudantes são sujeitos no processo de formação e corresponsável pela gestão de sua trajetória acadêmica. Neste contexto, as metodologias de aprendizagem, além de base de todo o processo de educacional, são instruídas a partir de dois polos diversos e fundamentais: docentes e discentes. Torna-se necessário que cada polo seja devidamente estimulado a exercer o protagonismo necessário dentro do papel que lhe cabe no processo de ensino-aprendizagem.

Em relação aos docentes, é importante destacar o respeito a sua liberdade de cátedra, que consta na liberdade que possui ao ensinar, pesquisar, divulgar seu pensamento, o saber, dentro do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas admitidas pelo projeto pedagógico do curso ao qual

está vinculado e, é claro, do estabelecido pela Constituição Federal de 1988, especialmente em seu artigo 206, além de legislações afins. Dito de outro modo, os professores e as professoras possuem liberdade para expor seu raciocínio e apresentar suas concepções na condução do processo de ensino-aprendizagem dentro da disciplina que estiver ministrando, desde que não ultrapasse os limites da ética-profissional.

Consoante à concepção pedagógica, soma-se o estímulo a utilização de metodologias de aprendizagem que transformem os e as discentes em protagonistas de seu próprio aprendizado. Para estimular tal feito, o *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, incentivará que a utilização de metodologias ativas seja a principal estratégia de coprodução de conhecimento no processo de ensino-aprendizagem. As estratégias didáticas a serem adotadas no curso serão as seguintes:

13.1. Incentivo ao Protagonismo na Produção do Conhecimento

No *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, o processo de ensino-aprendizagem será desenvolvido de forma ativa e participativa tendo em vista a relação entre docentes e discentes na coprodução do conhecimento. Neste sentido, valorizar-se-á o trabalho com práticas pedagógicas integrativas, nas quais a elaboração de conhecimento teórico e contextual vem alinhada com uma práxis reflexiva das questões que são próprias do campo, nas áreas da política, da economia, da cultura, do meio ambiente, das políticas públicas, do direito, da gestão social, da participação cidadã e da gestão pública.

As metodologias que serão adotadas se orientarão e estarão ancoradas no tripé ensino-pesquisa-extensão. A formação acontecerá a partir da premissa que o discente é um sujeito autônomo, capaz de coletar, registrar, selecionar e interpretar informações a partir dos componentes curriculares ofertados. Ao estimular tal premissa, a formação contribuirá para que os e as estudantes desenvolvam uma visão multidisciplinar do Campo de Públicas, fruto da troca de experiências em universos plurais, em processos de interação virtual e nas atividades presenciais.

Como o Campo de Públicas é múltiplo, o processo de ensino-aprendizagem no *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, contemplará a introdução, discussão e aprofundamento das questões típicas da área e das inovações que lhes são inerentes por meio de

conteúdos que denotem essa diversidade e provoquem uma nova percepção e entendimento das situações que conformam o fazer cotidiano do Administrador Público. Nesse sentido, as discussões e práticas desenhadas para este curso visarão ao desenvolvimento da capacidade de o aluno:

- I. Identificar, analisar e reconhecer suas possibilidades, bem como seus anseios, necessidades, aspirações e limites;
- II. Criar, encaminhar e desenvolver projetos e estratégias (individual e coletivamente);
- III. Examinar, de maneira sistêmica, situações, relações estabelecidas e campos de força;
- IV. Contribuir com atividades coletivas, partilhando saberes e experiências;
- V. Criar, estimular e desenvolver ações coletivas;
- VI. Administrar e superar conflitos;
- VII. Contribuir para a construção de ambientes propícios à construção de normas negociadas de convivência para a superação de diferenças sociais, econômicas, culturais e políticas.

Essas discussões e práticas conduzidas em atividades em salas, no AVA e nos eventos acadêmicos promovidos pelo *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* buscarão potencializar a formação de profissionais comprometidos com o exercício da cidadania para uma sociedade mais justa e menos desigual, abrindo caminho para ações inclusivas.

13.2. Metodologias Ativas de Aprendizagem

Inseridas em um contexto de inversão de protagonismos em sala de aula, as metodologias ativas de aprendizagem têm por objetivo atribuir maior liberdade ao professor, ao processo de instrução da produção do conhecimento e ao aluno no processo de percepção do saber. Neste contexto, dada as especificidades do curso e da universidade, metodologias ativas de ensino-aprendizagem são sugeridas e estimuladas no âmbito das disciplinas do curso como, por exemplo, os *estudos de casos* e os *casos de ensino* (cases)⁵.

⁵ Os casos de ensino tratam de “reconstruções de situações problemáticas gerenciais ou organizacionais para fins didático-educacionais” (CLEMENTE-JÚNIOR,2012). Essas situações são específicas à dada organização e partem do

A utilização de estudos de casos e de casos de ensino nas disciplinas será incentivada desde os períodos iniciais do curso, independente do recorte atribuído ao estudo de casos⁶. O emprego dessas ferramentas estabelece que, antes da aula, o professor tenha disponibilizado um texto de leitura obrigatória, com orientações específicas à sua leitura, em algumas situações estipulando questões para direcionamento dessa leitura para que o texto seja lido de forma mais focada. No início da aula, será fundamental que o professor introduza o tema a ser discutido antes de apresentar o caso. Somente após esse processo, o professor apresentará o caso concreto para discussão.

A etapa seguinte consta na identificação do problema a ser enfrentado no caso em questão. Em prosseguimento, terá início a fase de identificação dos conhecimentos técnicos necessários à melhor compreensão do caso ou ainda a proposição de soluções para ele, momento em que o conteúdo a ser discutido em sala de aula ganharia especial relevo, com discussões conceituais, problematizações, dentre outras questões e práticas que se fizerem necessárias. Por fim, o professor faria uma explanação, concluindo o raciocínio a partir da apresentação de possíveis soluções do caso concreto por meio dos conhecimentos técnicos adquiridos em sala de aula, acompanhado de um breve resumo do conteúdo discutido.

Uma segunda ferramenta no âmbito das disciplinas do curso, em consonância com sua concepção pedagógica, é a utilização de *Aulas expositivas dialogadas*. Nesta abordagem os conteúdos são expostos de maneira a incentivar a participação ativa dos e das estudantes. Para isso, parte-se do conhecimento e das experiências prévias que os alunos e as alunas, de maneira a permitir a todos o compartilhamento de informações, os questionamentos, a interpretação e o debate.

As *Aulas expositivas gravadas* serão ferramentas utilizadas nas disciplinas do curso. Os conteúdos gravados favorecem o desenvolvimento da autonomia dos e das estudantes ao permitir que organizem seus horários e encontrem o melhor momento para trabalhar os conteúdos expostos nas gravações.

⁶ Existem casos: (1) *paradigmáticos*, que marcam determinado fato e orientam que situações semelhantes tenham igual tratamento; (2) *ilustrativos*, que apenas exemplificam determinado fato ou conteúdo, de modo a facilitar a sua percepção e materialização do conteúdo discutido; (3) *geradores*, responsáveis por iniciar uma discussão em que o principal objetivo é identificar os problemas a serem analisados e demarcar os conhecimentos técnicos necessários à sua compreensão e até mesmo resolução; dentre outros.

A fim de motivar que os alunos assumam o protagonismo durante sua formação, o curso adotará também a metodologia de *Trabalhos em equipe*. A constituição de equipes é inerente ao exercício da atividade do profissional que se pretende formar. As atividades em grupo organizam o processo de aprendizagem de conteúdos específicos, além de estimular o diálogo e criar oportunidades para a interação e a participação.

Outra metodologia que promove o protagonismo dos e das discentes no âmbito das disciplinas do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, são os *Seminários*. Em seus diferentes formatos, os seminários serão coordenados pelos professores e pelos próprios alunos, visando não apenas a assimilação dos textos trabalhados, mas o desenvolvimento da capacidade de o aluno organizar, analisar e articular as informações requeridas.

Visitas acadêmicas constituirão uma das metodologias ativas a serem adotadas no âmbito deste curso. Esta metodologia potencializa possibilidades de experimentação e inserção nas diversas instâncias que integram o universo da Administração Pública. Por isso mesmo, estarão ligadas aos ambientes do profissional do “Campo de Públicas”, tais como: o executivo nos três níveis de governo, o legislativo, o judiciário, as esferas de atuação da sociedade civil, os equipamentos públicos, a cidade, as periferias e o meio rural, aqui compreendidos como espaços em que as tensões se materializam e se estruturam. As visitas também envolverão projetos de extensão e de pesquisa e simulação de situações que permitam aos alunos o exercício da escuta, da mediação e da intervenção. Contudo, esse tipo de visita não acarretará qualquer tipo de custo à Universidade, já que estas poderão ocorrer dentro do próprio município no qual o curso é ofertado.

As palestras e os eventos serão incorporados entre as metodologias de ensino-aprendizagem do curso como atividades institucionais que permitirão ao(a) aluno(a) ampliar sua formação, redes de relacionamento e sua inserção no campo. A participação em eventos, cada vez mais programados pelas Instituições conexas ao “Campo de Públicas”, proporcionarão aos alunos e alunas transitarem pelas áreas de formação, elevando seu capital cultural e acadêmico. Em especial, o NDE convidará um par de docentes que atuam no curso para coordenar a organização da Jornada Acadêmica do Campos de Públicas do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* da UFOP. O evento será realizado a cada 2 anos, sendo o primeiro no terceiro ano de funcionamento do curso. Além da coordenação a organização do evento envolverá,

obrigatoriamente, a participação dos alunos do curso de duas formas: 1) participação na comissão organizadora; 2) participação como colaboradores.

13.3. Uso de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle UFOP

A evolução dos recursos interativos provocou mudanças estruturais nos processos de ensino-aprendizagem em Administração Pública, pois a mídia é percebida como um recurso e, também, como um instrumento de acesso ao conhecimento. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) possui diversas ferramentas tecnológicas para apoiar os professores e as professoras no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, disponibilizadas por meio da plataforma *Moodle*. O curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, na modalidade presencial herdou do curso na modalidade a distância oferecido pelo DEGEP aspectos positivos relacionados ao AVA. Entre esses, a experiência dos e das docentes na plataforma *Moodle* UFOP facilitará o uso do AVA a fim de promover o desenvolvimento da autonomia dos e das estudantes, ampliar interação entre docentes e discentes e apoiar a aplicação de atividades assíncronas no decorrer das disciplinas.

No curso presencial, o *Moodle* UFOP será utilizado para disponibilizar o plano de ensino descrevendo a metodologia do curso, bibliografia, cronograma de atividades e de aulas e fontes de consultas como vídeos, áudios e textos. Para além da disponibilização de conteúdo, a plataforma permite que atividades extraclases sejam elaboradas e acompanhadas pelos professores e pelas professoras do curso. Em conformidade com a concepção pedagógica que orienta este PPC, o AVA será utilizado na realização de fóruns de debate, trabalhos em grupo, avaliações, discussões de caso e coprodução de textos.

Cabe destacar que a plataforma *Moodle* vem sendo utilizada em processos autônomos de coprodução do conhecimento devido as possibilidades que oferece para criar meios efetivos de interação entre docentes e discentes. A incorporação da plataforma *Moodle* na modalidade presencial visa inserir vantagens do modelo a distância de ensino-aprendizagem. A ferramenta permitirá que o uso do tempo em sala de aula se volte inteiramente para o desenvolvimento de habilidades cuja interação presencial é indispensável.

13.4. Estratégias de Apoio e Acompanhamento aos Discentes

O acompanhamento aos discentes no curso se dará, essencialmente, em três frentes: (1) atuação do Colegiado, (2) Coordenação de Curso e (3) Supervisão de Estágio Curricular. O acompanhamento será realizado por meio da avaliação do desenvolvimento e progressão dos alunos pelo presidente do Colegiado e coordenador do curso, por meio do coeficiente semestral, do desenvolvimento curricular ao longo do curso e da análise dos históricos escolares. Isso será realizado para avaliar e refletir sobre o percurso acadêmico e as perspectivas de conclusão da graduação. No caso de alunos que se encontrarem em risco de jubramento ou desligamento, o presidente do Colegiado realizará reuniões de planejamento para definir as disciplinas que serão ofertadas dentro do prazo a que o aluno tem direito, bem como de suas necessidades pedagógicas. O Colegiado manterá um canal de comunicação aberto com os alunos e professores para intermediar e auxiliar na solução de problemas relativos à progressão acadêmica dos discentes e a dificuldades didáticas das disciplinas.

A Coordenação de Curso acompanhará o trabalho dos professores e o desempenho acadêmico do aluno, a fim de discutir e disponibilizar recursos humanos e tecnológicos responsáveis por conceder maior apoio em atividades acadêmicas para discentes e docentes. A Supervisão de Estágio monitorará a realização do estágio curricular obrigatório, dentro das atividades previstas na legislação e nas normas acadêmicas definidas pelo CEAD e pela UFOP.

13.5. Conhecimento Científico, Autonomia e Cidadania

Para além do estímulo à utilização de metodologias ativas, os métodos de ensino-aprendizagem do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, pautarão, em especial, na disponibilização de tecnologias de interação que promovam o ensino, a aprendizagem e a construção do conhecimento de modo a ampliar a visão de mundo dos alunos e das alunas e melhor inseri-los na dinâmica do mundo do trabalho e na sociedade. Ao integrar todas essas dimensões formativas e avaliativas, espera-se que o estudante de Administração Pública, a partir das estratégias didáticas e pedagógicas que orientam sua formação na UFOP, sinta-se provocado a refletir acerca das realidades que serão objeto de sua intervenção no exercício da profissão.

A relação entre conhecimento científico, autonomia e cidadania no âmbito do curso será desenvolvida a partir do caráter indissociável das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Sustentadas neste tripé, as ações do curso buscam qualificar os alunos e as alunas para o desenvolvimento de pesquisas científicas cujos resultados devem, necessariamente, ser transpostos para linguagem acessível e incorporados nas ações de extensão e ensino desenvolvidas no âmbito do curso. Busca-se que o profissional formado no curso desenvolva autonomia para aplicar o conhecimento científico como responsabilidade cidadã. Para que este fim seja alcançado, o processo de formação dos sujeitos no curso atenta-se para esse objetivo desde o primeiro período.

13.6. Atendimentos Educacionais Especializados

O Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) oferece apoio às pessoas com deficiência e transtorno global do pensamento ou superdotação. O NEI dispõe de recursos tecnológicos e apresenta metodologias específicas para que, de acordo com a especificidade de deficiência ou necessidade, o aluno possa desenvolver as atividades acadêmicas. A coordenação do curso e os docentes atuarão em conjunto com os profissionais do NEI para atender as especificidades demandadas pelos alunos com deficiência. Todas as ações são realizadas em sintonia com estudantes, família, professores e colegiados de curso

14. AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Esta seção tratará da avaliação de aprendizagem a ser desempenhada no *Curso de Graduação em Administração Pública – bacharelado*. Inicialmente, apresentar-se-á a concepção de avaliação adotada e, posteriormente, os instrumentos que serão utilizados neste processo.

14.1. A Concepção de Avaliação no Curso

A avaliação não é um processo meramente técnico, pois implica em um posicionamento político que inclui valores e princípios. No *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, a avaliação será entendida como uma atividade político-acadêmica que tem por função básica subsidiar as tomadas de decisão em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Neste sentido, pressupõe as análises e reflexões sobre o desempenho dos bacharelados, bem como das dimensões estruturais e organizacionais do Curso e os aspectos políticos do processo de formação de administradores públicos.

Em uma concepção interacionista do conhecimento, o Curso se apoia no entendimento sobre como os alunos e as alunas atuarão, efetivamente, como agentes de construção de seu próprio conhecimento, construindo significados e definindo o sentido e a representação da realidade, a partir de suas experiências e vivências em diferentes contextos de interação com outros indivíduos. Nessa perspectiva, os processos de ensino-aprendizagem e de avaliação constituirão articulações indissociáveis.

A função da avaliação, portanto, deve ser percebida em um contexto sociocultural mais amplo, historicamente situada, transformadora e emancipadora. Nessa visão, a avaliação possibilita elaborar diagnósticos sobre a situação dos e das estudantes em relação aos objetivos propostos, bem como identificar as dificuldades desses e dessas. Ao mesmo tempo, a avaliação propicia aos docentes a oportunidade para refletir sobre as metodologias adotadas por eles na realização de seu trabalho. Assim, a principal função da avaliação no *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, é auxiliar discentes e docentes na elaboração de estratégias para o desenvolvimento de um processo ensino-aprendizagem pautado no respeito às necessidades particulares dos sujeitos em formação.

Baseado nesta concepção de avaliação, desencadear-se-á um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza o envolvimento dos alunos em seu cotidiano. Também como obter informações sobre o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e experiência, a partir dos referenciais teóricos e metodológicos trabalhados no Curso. Assim, o modelo de avaliação da aprendizagem adotado orientará aos professores e professoras que ministrarão disciplinas no curso a utilizar diferentes modelos de avaliação, tendo em vista o desenvolvimento de competências cognitivas, habilidades e atitudes que possibilitem aos alunos e às alunas alcançarem os objetivos propostos neste *PPC*. Desta forma, as avaliações serão concebidas como processo de verificação de aprendizagem de caráter processual. Terão a finalidade de verificar e acompanhar o progresso dos e das estudantes e criar motivação para que esses atuem como sujeitos na construção do próprio conhecimento no Campo de Públicas.

Os mecanismos que promoverão o permanente acompanhamento do corpo discente se articularão com o intuito de identificar eventuais dificuldades na aprendizagem e saná-las ainda durante o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem em curso, inicialmente em cada disciplina e de forma mais ampla em cada trajetória de formação. Um aspecto relevante no processo de avaliação de aprendizagem será analisar o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica dos sujeitos estudantes frente a suas próprias experiências, a fim de que possam atuar sobre o que os impede de agir para transformar aquilo que julgam limitado no Campo de Públicas. Deste modo, será importante suscitar um processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não apenas o envolvimento desses sujeitos nos seus cotidianos, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de suas práticas e experiências, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

O sistema de avaliação proposto neste PPC visa contemplar a construção e apropriação do conhecimento no Campo de Públicas, bem como a elaboração de projetos investigativos em linhas identificadas com a pesquisa nesse campo que possam ser aplicados não só à gestão pública, mas às suas interlocuções. Serão utilizados diversos instrumentos com o objetivo de avaliar o processo de ensino-aprendizagem vivenciados pelos sujeitos estudantes ao longo do curso. Essa avaliação terá por objetivo acompanhar a forma como estes estudantes compreenderão e se apropriarão criticamente dos conteúdos das disciplinas no sentido teórico e prático e das perspectivas de atuação acadêmica e profissional no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Neste sentido, as avaliações no curso serão o instrumento que orientará o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem de modo a explorar as potencialidades de cada sujeito cursante e auxiliar as escolhas das metodologias utilizadas pelos ministrantes das disciplinas.

14.2. Os Instrumentos de Avaliação

O curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, utilizará especialmente os seguintes instrumentos de avaliação e acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem: avaliações individuais e em grupo, provas escritas ou orais, elaboração de ensaios e artigos acadêmicos, produção de casos de ensino, resenhas, fichamentos, desenvolvimento e apresentação de trabalhos práticos, apresentação de projetos, provas fechadas que explorem a interpretação de

textos, gráficos, mapas e tabelas. A utilização desses instrumentos será feita por meio de seminários, debates, apresentações, aulas expositivas, vídeo aulas, moderação de atividades via AVA, dentre outras que o professor julgar necessária e conveniente ao aprendizado do aluno, respeitando ritmo de desenvolvimento acadêmico dos sujeitos estudantes no curso. Destaca-se que, na etapa de avaliação e em outros momentos do processo de ensino-aprendizagem, os professores e as professoras que atuarão no curso poderão solicitar apoio do Núcleo de Educação Inclusiva (NEI) para afiançar o direito dos e das discentes que necessitarão de atenção especial que lhes garantirá condições de igualdade e oportunidade de formação. O recurso ao NEI permitirá que os materiais didáticos e pedagógicos, bem como os instrumentos de avaliação sejam adequados às necessidades dos alunos e das alunas para potencializar a trajetória de formação dos sujeitos cursantes.

O indicador utilizado no processo de acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem no curso será mensurado pelos instrumentos de avaliação acima citados e quantificados em nota conforme as regulamentações dos Conselhos Superiores da UFOP. Todos os instrumentos utilizados possibilitarão aos docentes responsáveis pelas disciplinas atribuírem notas individuais a cada aluno e aluna. O acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem será feito em cada disciplina do curso. Conforme o artigo 59 do Regimento Geral da UFOP:

“A cada trabalho escolar será atribuída uma só nota, na escala de zero a dez, inclusive frações com aproximações de um décimo, arredondando-se para mais os valores iguais ou acima de cinco centésimos e desprezados os inferiores”.

Na concepção de avaliação adotada no *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, os e as docentes responsáveis por disciplinas do curso realizarão, no mínimo, duas avaliações ao longo do semestre. Deste modo, será possível identificar problemas não previstos durante o planejamento do processo de ensino-aprendizagem e aperfeiçoar as escolhas pedagógicas inicialmente propostas a fim de potencializar as experiências vivenciadas por docentes e discentes ao longo das disciplinas.

Os alunos e as alunas serão considerados aprovados nas disciplinas do curso quando obtiverem média igual ou superior a 6 pontos e 75% de frequência⁷. Nos casos em que a nota final for menor que a média 6 e atendida a exigência de frequência, será concedido um Exame Especial conforme regulamento pela Resolução 2.280, de 08 de maio de 2006, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFOP. O Exame Especial é de caráter substitutivo e poderá compreender dois tipos:

- 1) Exame Especial Integral (EET): consiste em uma única avaliação abrangendo a totalidade do conteúdo programático da disciplina.
- 2) Exame Especial Parcial (EEP): consiste em uma ou mais avaliações abrangendo o conteúdo programático de cada uma das avaliações previstas no Plano de Ensino da disciplina.

Os tipos de Exame Especial serão aplicados conforme as condições previstas no artigo 3º da referida resolução, quais seja:

- a) os alunos presentes em todas as avaliações previstas no Plano de Ensino farão, obrigatoriamente, o EET;
- b) os alunos que se ausentarem em até 50% das avaliações parciais previstas no Plano de Ensino da disciplina escolherão entre o EET e o EEP relativo à(s) avaliação(ões) em que estiveram ausentes, devendo essa escolha ser comunicada ao professor em até dois dias antes da realização do Exame Especial;
- c) os alunos que se ausentarem em mais de 50% das avaliações parciais previstas no Plano de Ensino da disciplina farão, obrigatoriamente, o EET.

A nota do EEP substituirá a nota da avaliação prevista no plano de ensino da disciplina e não realizada pelo ou pela estudante. A nota do EET substituirá a média de pontos alcançada na disciplina durante o semestre.

Para a diplomação, os discentes deverão obter desempenho satisfatório em todos os componentes curriculares e atividades indispensáveis à sua formação acadêmica e profissional, em

⁷ A realização das atividades em AVA será computada como registro de frequência nas disciplinas com previsão de carga horária a distância.

todos os períodos, de acordo com as regras explicitadas neste PPC e nas regulações dos órgãos superiores da UFOP.

15. AVALIAÇÕES PROMOVIDAS PELO CURSO

As avaliações promovidas pelo *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, conduzidas pelo Núcleo Docente Estruturante focarão nas percepções de três grupos de atores: (1) Discentes com matrícula ativa; (2) Egressos e Egressas; e (3) Docentes atuantes no curso. Considerando o caráter formativo dos processos avaliativos, nas avaliações promovidas pelo curso será garantida a participação de discentes nas etapas de construção e análise dos dados.

As avaliações promovidas pelo curso serão realizadas de dois em dois anos nos seis meses que antecedem a Jornada Acadêmica do Campo de Públicas do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* da UFOP. Com objetivo de dar publicidade as informações e incorporar contribuições dos estudantes e profissionais do Campo de Públicas, os resultados das avaliações serão apresentados e discutidos na abertura do evento. Os apontamentos feitos durante o debate serão analisados na primeira reunião do NDE pós Jornada e um documento com recomendações para o aperfeiçoamento do curso será encaminhado ao Colegiado do Curso para deliberação.

15.1. Pesquisa com Discentes

A pesquisa com os discentes adotará duas abordagens: qualitativa e quantitativa. Do ponto de vista qualitativo o NDE do curso designará um representante para coordenar a realização de dois grupos focais com estudantes do curso. Os alunos serão sorteados aleatoriamente com base na lista de matrículas ativas no curso e convidados para participar da atividade.

O grupo focal é uma técnica para coleta de dados qualitativos sobre a avaliação que um grupo faz de um tema em foco a partir da exposição e debate de percepções individuais dos participantes. Recomenda-se que sejam convidados para a atividade no máximo doze pessoas. O Pesquisador oferece tópicos relevantes relacionados ao tema de interesse para os participantes opinarem e estimula a intervenção dos convidados e das convidadas. O responsável pela condução do grupo focal deve estimular o debate sem perder de vista o objetivo do trabalho. O registro sonoro

e de vídeo é essencial pois nos detalhes das falas e na linguagem gestual dos participantes há um material rico para ser interpretado.

Embora não permita a realização de inferência estatística, a o grupo focal fornece meios para o pesquisador acessar as significações e estados mentais revelados no processo de verbalização e nos gestos. Por tanto, trata-se de uma técnica utilizada para identificar opiniões, gostos, crenças e expectativas dos informantes. No âmbito do acompanhamento da implementação deste PPC, o grupo focal será aplicado para conhecer a percepção dos alunos e das alunas, em diferentes períodos dos cursos, sobre as possibilidades e limites do curso segundo o ponto de vista discente. Serão identificadas as concepções sobre o que é a profissão de administrador público construídas pelos (as) discentes ao longo do curso, bem como a forma como percebem e associam a oferta de disciplinas à prática profissional do administrador público. Pretende-se conhecer a avaliação dos e das estudantes sobre as decisões pedagógicas e administrativas no âmbito do curso, por exemplo, sobre a oferta de eletivas, atualidade das ementas, horários das ofertas, uso de metodologias ativas, conteúdo na modalidade a distância, trabalhos de campo, oportunidades de pesquisa e extensão etc.

A segunda a abordagem a ser utilizada pelo curso para acompanhar a implementação deste PPC é a pesquisa quantitativa por meio de questionário *on-line*. O objetivo dessa parte da avaliação será realizar um censo com todos os matriculados no curso a fim de produzir dados para orientar as ações e as atividades que darão materialidade ao *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*, da UFOP. Neste sentido, será possível identificar como os alunos e as alunas estão se apropriando das oportunidades no âmbito do curso e planejar ações estratégicas para fortalecer os pontos positivos e corrigir os negativos.

Segundo Vaz e Ribeiro (2020, p. 29) “a metodologia online surge para mudar as pesquisas anteriores que se utilizavam de formulários impressos em papel e levados a campo para ser preenchido pelos sujeitos entrevistados ou pelo pesquisador”. Os autores destacam pontos vantagens e desvantagens em relação ao emprego desta técnica, quais sejam:

vantagens como: (1) menores custos, pois não é necessário a impressão do questionário em papel; (2) maior rapidez e capacidade de atingir públicos específicos já que para alcançar as pessoas basta enviá-los por e-mail, sendo assim podem ser enviados diversas vezes com maior velocidade; (3) permite estímulos ao entrevistado porque junto com o questionário é possível anexar imagens e vídeos para que seja mais interativo para o respondente; (4) não precisa necessariamente de um entrevistador no local; (5) maior

confiabilidade dos dados tendo em vista que os dados são atualizados automaticamente no banco de dados, sem precisar de transcrição; (6) respostas com maior qualidade porque esse método garante anonimato ao respondente por isso ele se sente mais à vontade para responder o questionário honestamente; (7) comodidade ao respondente já que ele pode acessar o questionário pelo dispositivo que preferir e responder no tempo em que lhe seja mais confortável e não precisa ter o trabalho de enviá-lo de volta; (8) acompanhamento em tempo real da taxa de resposta; (9) facilidade para trabalhar com grandes amostras.

... desvantagens como: (1) em alguns casos podem gerar baixa taxa de resposta; (2) falta de familiaridade com a ferramenta online; (3) exclusão de analfabetos digitais; (4) não existe algum tipo de auxílio em caso do respondente não entender alguma pergunta; (5) não conhecimento da circunstância em que o questionário foi respondido; (6) problemas com a definição da amostra pois como é necessário ter em mãos os e-mails dos possíveis respondentes, pode acontecer de eles terem alterado o e-mail ou o desativado o que o pesquisador coletou; (7) o e-mail pode ser jogado para caixa de Spam (VAZ; RIBEIRO, 2020, p. 29)

Além das vantagens do baixo custo, da velocidade na realização da pesquisa e da comodidade na coleta, destaca-se que o emprego da técnica de construção de dados para os fins de realização da avaliação do acompanhamento do curso, não sobre o risco das principais desvantagens destacadas na citação acima. Nota-se que as desvantagens 2, 3, 6 não se colocam para o levantamento de dados pretendido em função do público alvo da pesquisa. E os riscos associados as desvantagens 1, 4 e 7 podem ser tranquilamente contornados em função da facilidade de acesso aos participantes da pesquisa pela equipe responsável pela construção dos dados.

O questionário da pesquisa quantitativa produzirá informações sobre a situação socioeconômica e cultural, a trajetória escolar, expectativas quanto ao futuro, percurso acadêmico no curso, condições de moradia e situação familiar ao longo da graduação, acesso às políticas de assistência estudantil da universidade, participação em eventos acadêmico, pesquisas e atividades de extensão, interação com movimento estudantil, uso dos espaços da universidade, uso do tempo etc. Deste modo, o questionário deverá desenvolver uma abordagem ampla cujos resultados auxiliaram de forma complementar às avaliações institucionais, internas e externas, no acompanhamento e no aperfeiçoamento do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado*.

15.2. Pesquisa com Egressos e Egressas

Dentre as avaliações promovidas pelo curso a Pesquisa com Egressos e Egressas pretende produzir dados sobre trajetórias acadêmicas concluídas e a relação dos sujeitos formados no curso

com o mercado de trabalho. Por meio de questionários *on-line* a pesquisa será realizada de 2 em 2 anos sobre a coordenação de um docente convidado ou uma docente convidada pelo NDE e conta com a participação de discentes do curso na equipe de execução.

A produção de dados buscará informações sobre a formação recebida e a contribuição do curso para o desenvolvimento cultural e pessoal dos ex-alunos e das ex-alunas. Na dimensão profissional o foco recairá sobre a participação dos componentes curriculares sobre o desempenho no mundo do trabalho, sinalizando para a necessidade de atualização dos componentes e para o oferecimento de possíveis atividades de formação continuada.

Os dados da pesquisa com egressos e egressas permitirão verificar: (1) como os alunos e as alunas se apropriarão das oportunidades ao longo do curso; (2) como as ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pelos professores receberão a adesão dos alunos e das alunas ao longo de sua formação; (3) como estudantes do curso aproveitarão as oportunidades de internacionalização oferecidas pela universidade e de inserção em eventos acadêmicos locais, nacionais e internacionais, tais como jornadas científicas, seminários, encontros de estudantes etc...

A pesquisa será um importante balizador para análise da relação do curso com o mercado de trabalho. Neste sentido, será importante para verificar a proporção de profissionais formandos nos cursos atuando direta ou indiretamente como o interesse público em organizações públicas e civis. Por meio, da participação dos egressos e das egressas na pesquisa, o NDE encontrará condições para propor revisões nas atividades de ensino, pesquisa e extensão que atendam aspectos de formação profissional atuais do mercado de trabalho.

O instrumento de pesquisa da avaliação com os egressos e as egressas buscará identificar as lacunas, os pontos críticos, os pontos positivos e as oportunidades associadas ao funcionamento do curso concebido neste PPC e ao mercado de trabalho dos profissionais no Campo de Públicas. A pesquisa será realizada por meio de questionário *on-line*. Observadas as vantagens citadas acima, a adoção da metodologia permitirá a um baixo custo realizar a cada 2 anos um censo com os egressos e egressas do curso. Todavia, deve-se observar que para a população de egressos e egressas os riscos inerentes à essa metodologia podem ter um efeito maior sobre os resultados da pesquisa.

Para contornar tais riscos e fortalecer a relação dos egressos e das egressas com o curso, durante a realização da Jornada Acadêmica do Campos de Públicas do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado* da UFOP será organizada a roda de conversa com os egressos e as egressas do curso. O evento criará um espaço para os ex-alunos e as ex-alunas apresentarem suas experiências no Campo de Públicas, estabelecendo a oportunidade de interação com os e as estudantes em processo de formação. É importante destacar que a realização da roda de conversa durante a Jornada Acadêmica visa motivar a participação dos egressos e das egressas nas atividades do evento, contribuindo assim para sua formação continuada.

15.3. Diagnóstico Participativo com os Docentes do Curso.

A terceira forma de acompanhamento do curso será realizada por meio de um diagnóstico participativo com os docentes do curso. Este momento de avaliação proposto pelo curso tem por objetivo identificar aspectos positivos e negativos a partir das percepções de professores e professoras que atuarem no curso. O diagnóstico será realizado em uma assembleia de pauta única convocada pelo NDE. A assembleia será iniciada com a apresentação do diagnóstico do curso, baseado nas avaliações anteriores e nas avaliações institucionais. A partir dos dados serão debatidas as interpretações do corpo docente sobre a situação do curso e definidas as prioridades a serem trabalhadas até a realização do próximo diagnóstico. Ao longo de 2 anos, o NDE será responsável por propor estratégias para o fortalecimento dos aspectos positivos e correção dos negativos identificados.

16. AVALIAÇÕES INSTITUCIONAIS

O NDE tem como principal função realizar o acompanhamento do curso tendo em vista sua consolidação e constante atualização. Enquanto órgão consultivo deverá propor ações estratégicas para garantir a qualidade do curso. Nas reuniões do NDE as avaliações internas e externas do curso serão analisadas e tomadas como bases para o acompanhamento do mesmo. Deste modo, o Núcleo Docente Estruturante utilizará as avaliações institucionais e realizará avaliações complementares, quando necessário, para propor ações que assegurem que o curso realize seus objetivos.

16.1. Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas

Semestralmente docentes e discentes são consultados para avaliação do grau de satisfação com ensino-aprendizagem, ao serem convidados a preencher os formulários da Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas dos cursos de graduação presenciais da UFOP. Os relatórios gerais se encontram na página da UFOP em <https://www.prograd.ufop.br/%3Cnolink%3E/pesquisa-de-desenvolvimento-de-disciplinas-da-graduacao>. Os dados construídos pela referida pesquisa sobre o ensino-aprendizagem no curso presencial de Administração Pública da UFOP serão analisados em reunião de pauta única do NDE do curso. Nestes momentos, os docentes realizarão o diagnóstico de problemas e elaborarão estratégias para superação das dificuldades encontradas. O NDE poderá designar uma comissão de até 3 docentes para realizar procedimentos complementares a fim de produzir dados com objetivo de confirmar os diagnósticos identificados e/ou subsidiar as estratégias de correção. A comissão, se instituída, terá oportunidade, por exemplo, de aplicar técnicas de pesquisa qualitativa para melhor esclarecer possíveis deficiências identificadas.

Em função da importância da Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplinas dos cursos de graduação presenciais, o NDE orientará, a cada semestre letivo, os professores e as professoras que ministrarem aulas no curso a abordar em suas disciplinas o papel desta avaliação institucional para o desenvolvimento do curso. Destaca-se que o curso de Administração Pública oferece oportunidade única para motivar os e as discentes a participar da pesquisa, uma vez que ao longo de sua formação os alunos e as alunas tomarão ciência sobre a importância de dados produzidos em avaliações institucionais para subsidiar decisões. Neste sentido, os professores e as professoras de disciplinas como Análise de Políticas Públicas e aquelas de caráter metodológico poderão, mais de uma vez, reforçar o papel relevante que a participação na Pesquisa de Desenvolvimento de Disciplina representa para orientar melhorias no curso.

16.2. Comissão Própria de Avaliação

Outro instrumento que será utilizado pelo NDE do curso presencial de Administração Pública para propor o aperfeiçoamento do mesmo corresponde à avaliação institucional realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Conforme se lê no PDI-UFOP 2016-2025

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Em conformidade com a Lei 10.861, de 04 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a Universidade Federal de Ouro Preto tem buscado uma permanente melhoria da qualidade acadêmica, científica e cultural, considerando as características nacionais e regionais das cidades onde se encontram seus campi (Ouro Preto, João Monlevade e Mariana). Nesse contexto, a avaliação institucional é uma importante medida que produz novos conhecimentos e permite um diagnóstico contínuo e uma constante reflexão acerca das práticas educacionais e administrativas da instituição. O processo de autoavaliação permite a análise e a tomada de decisões estratégicas que auxiliam no processo de gestão acadêmica e administrativa. A partir da compreensão dos processos e da realidade da instituição, é possível desenvolver uma gestão democrática e participativa, com ações que corroborem com seu desenvolvimento e qualificação. Nesse sentido, o Comitê de Avaliação e a Comissão Própria de Avaliação (CPA) desempenham importantes papéis e tornam-se aliados na condução dos processos de autoavaliação, assegurando a participação de toda a comunidade acadêmica e também a integração das dimensões internas e externas que compõem a universidade em sua integralidade. (Plano de Desenvolvimento Institucional, Universidade Federal de Ouro Preto | 2016-2025, página 139).

O NDE realizará uma reunião anual para análise dos dados da avaliação institucional bem como para planejar estratégias no âmbito do curso para incorporar as recomendações da CPA tendo em vista os objetivos e metas estabelecidos no PDI-UFOP 2016-2025.

Do mesmo modo que no item anterior, a participação dos e das discentes na avaliação institucional será motivada pelos professores e pelas professoras que estiverem ministrando disciplinas no curso à época da realização da avaliação institucional. O NDE fornecerá a orientação aos professores e às professoras destacando a importância da participação de toda a comunidade acadêmica na atividade.

17. AVALIAÇÕES EXTERNAS

As avaliações externas do curso serão discutidas em reuniões do NDE para identificação de pontos a melhorar e dos pontos fortes do curso. Em um segundo momento as análises das avaliações serão apresentadas na assembleia do DEGEP, quando serão convidados os professores e professoras que atuam no curso. Após apresentação dos resultados, segue-se um debate para a proposição de ações estratégicas para corrigir falhas e reforçar os pontos positivos.

O principal objetivo desse processo de avaliação será a utilização de uma perspectiva crítica e reflexiva para o desenvolvimento de ações pedagógicas, administrativas e práticas. O acompanhamento do curso permitirá o aperfeiçoamento dos docentes, dos discentes e do corpo técnico-administrativo e, também, do institucional, pelo fato de colocar esses atores em uma

postura crítica e reflexiva, que promove o desenvolvimento da autoconsciência com relação à Universidade.

17.1. Avaliação do Curso

A avaliação externa será realizada pelo SINAES que avalia as instituições, os cursos e o desempenho dos estudantes concluintes. Esse sistema reúne informações do ENADE e das avaliações institucionais e dos cursos. O ENADE avalia, trienalmente, o desempenho dos estudantes concluintes do Curso. Os processos avaliativos do SINAES são coordenados e supervisionados pela *Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior* (CONAES). Destaca-se que o INEP por meio de sua política de dados abertos disponibiliza o banco de dados com os resultados de todos os cursos avaliados no período. O acesso aos dados disponibilizados permitirá ao NDE realizar análises comparativas com outros cursos, o que pode favorecer a identificação de práticas inovadoras a serem adotadas.

17.2. Exame Nacional de Desempenho de Estudante - ENADE

O ENADE é um componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo o registro de participação condição indispensável para integralização curricular, independentemente de o estudante ter sido selecionado ou não no processo de amostragem do INEP. Esse exame está fundamentado nas seguintes leis e portarias:

1. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004: Criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
2. Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004 (Regulamentação do SINAES).
3. Portaria nº 107, de 22 de julho de 2004 (Regulamentação do ENADE).

O NDE do curso promoverá uma reunião anual para discutir práticas de verificação da aprendizagem no âmbito do curso. Nesta ação do NDE algumas questões da prova do último ENADE serão selecionadas e debatidas entre os professores. Por um lado, com essa ação será avaliada a relação entre as disciplinas do curso e os conteúdos cobrados na avaliação ENADE. Por outro lado, servirá para motivar os professores e as professoras do curso a adotar o formato das questões ENADE em parte das avaliações de suas disciplinas. O curso prezarão por diferentes

formatos de verificação de aprendizagem a fim de possibilitar aos alunos e às alunas o desenvolvimento de diferentes habilidades. Neste sentido, os professores e as professoras serão orientados a trabalhar com produção de texto em repostas curtas e longas, bem como na produção de artigos acadêmicos, mas também a trabalhar com questões fechadas que solicite a interpretação de texto, gráficos e figuras.

18. APOIO AOS DISCENTES

Esta seção apresenta as diferentes iniciativas de apoio aos discentes no transcorrer do seu percurso acadêmico no Curso de Administração Pública. Para isso, serão apresentadas, nos itens 18.1 a 18.3, as diferentes formas de Apoio Acadêmico Institucional, o Acompanhamento Acadêmico do Curso e, por fim, a Assistência Estudantil.

18.1. Apoio Acadêmico Institucional

O Curso de Administração Pública – modalidade presencial, almeja lançar mão do rol de oportunidades providas pela UFOP a seus alunos, possibilitando uma formação ampla e diversa, compreensiva em ensino, pesquisa e extensão, sem prejuízo da condição humana de cada estudante. O apoio a cada aluno inicia-se no momento do seu ingresso na UFOP, realizado por meio do Projeto Bem-Vindo Calouro, que integra cada estudante ao contexto universitário, por meio da apresentação dos projetos e ações desenvolvidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE), que visam o seu bem-estar e as boas condições para sua permanência.

A condição humana é promovida pelo Programa Caminhar, e oferece acompanhamento pedagógico, psicológico e social de forma individualizada. Este apoio é preferencial a estudantes já assistidos pela PRACE em ações descritas no item 18.3 deste documento, mas é facultado a todo o corpo discente da Universidade.

A condição humana em suas múltiplas diferenças e necessidades será garantida pela articulação com o Núcleo de Educação Inclusiva – NEI. Criado em 2006, este Núcleo provê suporte para que as Unidades assegurem o fiel cumprimento ao disposto no Decreto nº7.611/2011, por meio de ações e projetos que possibilitem o acesso, a permanência e a participação de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação. As ações de

apoio desenvolvidas na graduação em Administração Pública estão detalhadas na seção 18.2 deste documento.

Especificamente no âmbito do ensino, buscar-se-á a inclusão no Programa de Monitoria, com vistas ao melhor rendimento possível de seus alunos, potencializado pelo reforço dos monitores. De acordo com as Portarias PROGRAD nº07, de 26 de abril de 2017, e nº15, de 09 de agosto de 2016, a monitoria compreende atividades teóricas e práticas, de caráter pedagógico, que atendem estudantes de graduação, para superar as dificuldades no aprendizado. Estas atividades são orientadas a melhorar o processo de ensino e aprendizagem, com vistas a reduzir a reprovação, retenção e evasão de disciplinas nos cursos.

Para além do Programa de Monitoria, a Tutoria constitui-se de atividades de apoio acadêmico-pedagógico para estudantes matriculados em disciplinas dos semestres iniciais. Orientada a alunas e alunos com possíveis defasagens oriundas da formação básica, a Tutoria provê um nivelamento às condições exigidas no início da graduação, colaborando para o aumento da aprovação e redução de trancamentos de disciplinas e evasão dos cursos.

Por sua vez, o Programa Pró-Ativa é orientado à melhoria do ensino, por meio de ações concretas para o aprimoramento das práticas pedagógicas e das condições de oferta das disciplinas da graduação, incluindo a elaboração e organização de materiais e coleções didáticas de suporte, mas não se limitando a estas. Com editais anuais, o Programa se adapta continuamente às necessidades do processo de ensino e aprendizagem, com linhas temáticas periodicamente atualizadas.

O corpo discente do Curso será fortemente encorajado a conhecer e se envolver na realização de pesquisas. Para tal, os programas de Iniciação Científica constituem o primeiro passo da formação destes profissionais. Dentre os programas, destacam-se o Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica – PIVIC/UFOP e Programa de Iniciação à Pesquisa – PIP/UFOP, localmente geridos. Além destes, evidenciam-se imprescindíveis o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico – PIBITI, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científicas – PIBIC, PIBIC – Ações Afirmativas, para a consolidação da formação em pesquisa para o corpo discente.

Por se inserir em um campo multidisciplinar na sua essência (o Campo de Públicas), o Curso de Administração Pública – modalidade presencial apresenta um amplo potencial para atuação extensionista. Por esta razão, o apoio à extensão pode, em larga escala, ser alcançado pelo corpo discente em várias das áreas temáticas estabelecidas pela Resolução CEPE 7609/2018 via ações realizadas pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX).

Em consonância com o alinhamento entre ensino, pesquisa e extensão, o PET – Programa de Educação Tutorial visa, por meio da participação discente voluntária e incentivada por bolsas, desenvolver atividades acadêmicas de excelência com grupos de aprendizagem tutorial com natureza coletiva e interdisciplinar. Embora não haja ainda um grupo do PET proveniente do Curso, é de grande interesse constituir-lo tão logo haja edital para esta finalidade, ou mesmo para outro Programa que venha a substituí-lo.

18.2. Acompanhamento Acadêmico do Curso

O Curso de Administração Pública, por meio de suas instâncias internas, desenvolverá ações para o apoio e acompanhamento de estudantes, a partir do seu ingresso.

No primeiro mês do curso, será realizada uma Semana Integradora com cada turma de novos ingressantes. Esta semana conterà atividades de apresentação ao curso, aos professores, e às instalações da Universidade que serão de uso frequente de discentes, com vistas ao rompimento de barreiras de instalação e situação, à formação de laços de familiaridade com a Universidade e com seus corpos técnico e docente, ao reconhecimento da trajetória acadêmica a ser desempenhada nos anos a seguir, bem como à adequada ambientação à rotina universitária e seus compromissos.

O acompanhamento do desempenho acadêmico de estudantes, por rendimento e frequência, acontecerá de forma semestral, motivando o corpo docente à permanência e a regularidade no curso, evitando atrasos para a formação, jubramento e o desligamento. Caso seja identificada alguma necessidade sistêmica, o Curso proverá monitorias, nivelamento ou turmas extras de disciplinas que apresentem-se como gargalos à fluidez dos alunos no seu percurso formativo.

As ações para viabilizar a máxima inclusão e o pertencimento no âmbito do Curso para pessoas com deficiência dar-se-ão em parceria permanente com o NEI, por meio de: i) promoção de cursos para os docentes; ii) reuniões com a coordenação e com os discentes para a discussão dos

casos e análise conjunta das soluções mais adequadas, inclusive formas e critérios para avaliação de rendimento acadêmico; iii) monitoria especializada; iv) acompanhamento pedagógico individualizado de estudantes; e v) uso de tecnologias assistivas, adequações em materiais para o Braille e traduções para Libras sempre que necessário for. Estas ações poderão, mediante necessidade e disponibilidade do NEI, receber inclusões, mas não exclusões.

18.3. Assistência Estudantil

A Assistência Estudantil, desenvolvida pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, prevê um amplo leque de ações que objetivam melhorar a vida acadêmica do alunado de cursos presenciais, equalizando oportunidades a estudantes em situação socioeconômica desfavorável por meio de condições de acesso e permanência na Universidade. A assistência é provida em diferentes frentes, todas fundamentais para que a condição socioeconômica não seja determinante para a formação.

Por esta orientação inclusiva, a UFOP disponibiliza, inicialmente, o Programa de Moradia Estudantil, com mais de mil vagas para residentes em Ouro Preto, sendo 96 vagas em apartamentos, 150 na Vila Universitária, e mais 794 nas Repúblicas Federais. As vagas dos apartamentos e da Vila Universitária são preenchidas de acordo com critérios socioeconômicos, ao passo que as Repúblicas possuem gestão compartilhada. Além destas, há também 204 vagas na cidade de Mariana, todas preenchidas por critérios socioeconômicos.

Várias das outras ações desempenhadas pela PRACE são materializadas aos alunos sob a forma de bolsas, concedidas individualmente após a realização de avaliação socioeconômica. Como exemplos das bolsas às quais discentes de Administração Pública serão elegíveis, destacam-se a Bolsa Alimentação e a Bolsa Permanência.

A Bolsa Alimentação compreende o depósito de créditos na identidade estudantil durante o período letivo, que proporciona acesso subsidiado aos Restaurantes Universitários da UFOP. Cabe aqui destacar que a Universidade dispõe de Restaurantes Universitários em todos os *campi*. Por sua vez, a Bolsa Permanência visa proporcionar auxílio financeiro ao estudante para a sua permanência na Universidade, com valores disponibilizados diretamente em conta corrente.

Neste sentido, o corpo discente do Curso de Administração Pública torna-se elegível a essa assistência e tem condições suficientes para um bom desempenho acadêmico e baixa evasão, sem prejuízo de outras modalidades de auxílio que já existam ou que venham a existir.

19. CAPACITAÇÃO DO CORPO DOCENTE

A capacitação do corpo docente do Curso se dará em dois aspectos: o pedagógico e o do conhecimento técnico.

A dimensão pedagógica da capacitação compreende a participação no Programa Sala Aberta: Docência no Ensino Superior, que é regulamentado pela Resolução CUNI 1745 e regularmente realizado sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação. O Programa “visa criar e ampliar espaços para o diálogo e a permanente reflexão sobre os desafios da docência universitária, tendo como protagonistas os professores”⁸.

A dimensão técnica, e, portanto, complementar ao Programa Sala Aberta, é orientada ao aprimoramento formativo do professor na sua área de conhecimento, mantendo o corpo docente atualizado e capaz de promover ao alunado cursos sempre coerentes com a sua realidade.

Para esta finalidade, o Curso de Administração Pública incentiva a produção acadêmica relevante, por meio do comprometimento com a liberação do Corpo Docente para a participação em eventos científicos de qualidade reconhecida, em escala nacional ou internacional, durante o período do evento, desde que não represente ônus adicional para a Universidade ou prejuízo às atividades regulares.

Além deste incentivo ao aprimoramento, o Curso estimulará, com os instrumentos que se fizerem disponíveis, publicações científicas em periódicos de qualidade no Campo de Públicas, em abrangência nacional ou internacional.

20. INFRAESTRUTURA

A criação do curso de Administração Pública na modalidade presencial busca otimizar o uso do espaço físico disponível no CEAD. Deste modo, o curso da UFOP nasce tendo à sua

⁸ <https://www.prograd.ufop.br/sala-aberta-docencia-no-ensino-superior>

disposição um auditório, um laboratório de informática e salas de aula disponíveis no espaço ocupado pelo CEAD, juntamente com a EDTM, no *Campus* Morro do Cruzeiro.

As instalações do prédio, bem como das demais edificações da UFOP, asseguram o pleno direito à educação, garantindo condições de acesso e permanência em suas dependências às pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida, tal como preconizado no Art.205 da Constituição Federal e na Norma Técnica de Acessibilidade NBR 9.050/2004 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Sobre a estrutura física disponível destacam-se:

a) Salas de aula e auditório

O CEAD dispõe de um auditório para 120 pessoas que possui uma divisória retrátil, permitindo separá-lo em duas salas/auditórios de aula, com capacidade para 50 pessoas e 70 pessoas quando separados. Esse espaço é climatizado, adequadamente iluminado, com cadeiras acolchoadas e com bancadas para apoio, dispõe de acesso à internet sem fio e de equipamentos audiovisuais e de informática. No mesmo prédio funcionam as Escolas de Direito, Turismo e Museologia, sendo que as atividades letivas do curso de Direito se concentram nos turnos da manhã e noite; do curso de Turismo, tarde e noite, e no curso de Museologia no turno da noite.

b) Salas de professores e de funcionamento técnico-administrativo

O CEAD já comporta, em suas instalações, os corpos técnico-administrativo e docente que compõem o Curso de Administração Pública – modalidade presencial. Por este motivo, não será necessário realizar nenhuma adequação maior, ampliar o espaço existente, ou mesmo buscar mecanismos para uma nova edificação, uma vez que o espaço existente já acomoda os corpos técnico-administrativo e docente em sua atual composição.

c) Laboratórios de informática

O CEAD dispõe de um laboratório de informática com acesso à internet e impressoras para uso dos discentes, que poderão ser utilizados durante o período em que a Unidade Acadêmica se

encontrar aberta, respeitando os horários da Universidade e o calendário acadêmico. Este equipamento também será utilizado nas aulas de metodologia e nas atividades de pesquisa.

d) Instalações de Suporte à Plataforma Moodle

O CEAD/UFOP dispõe de um ambiente específico para o suporte técnico para a Plataforma Moodle, atendendo os professores, os tutores presenciais e a distância, os alunos de graduação, extensão e pós-graduação e os técnicos-administrativos.

e) Sala Multiuso para a Realização de Atividades de Vídeo/Webconferências

O CEAD/UFOP dispõe de uma sala específica para o apoio e a realização de atividades de web/videoconferências, com capacidade para 15 pessoas, podendo ser utilizada para reuniões, transmissões e também para a realização de qualificações e defesas de cursos de graduação e pós-graduação.

f) Biblioteca

O Campus Morro do Cruzeiro, onde se localiza o CEAD/UFOP, dispõe de nove bibliotecas setoriais, que contêm vasto acervo a ser usufruído por estudantes e professores. Destas unidades, destaca-se a Biblioteca da Escola de Minas, que abriga parte significativa do acervo físico a ser utilizado no curso e encontra-se aberta de segunda a sexta-feira entre 08h e 20h. Em adição às unidades do Campus Morro do Cruzeiro, exemplares das obras de referência podem ser encontradas nas bibliotecas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e do Instituto de Ciências Humanas e Sociais, no município de Mariana. Além disso, a partir do site do Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) é possível ter acesso a uma série de teses, dissertações e monografias de distintas áreas, bem como acesso possibilitado a livros digitais a partir do portal “Minha UFOP”.

g) Estúdio de Gravação

O CEAD/UFOP possui um estúdio para gravação de videoaulas que pode ser utilizado por professores e técnicos da UFOP, com agendamento prévio.

Por já dispor destes elementos, entende-se que o CEAD dispõe da infraestrutura necessária para o pleno funcionamento do Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado – modalidade presencial.

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente Projeto Pedagógico constitui-se, na presente versão, como uma primeira proposta para o estabelecimento de um curso de Bacharelado em Administração Pública desenvolvido pela Universidade Federal de Ouro Preto, a ser ofertado na modalidade presencial. Foram apresentados, ao longo das seções anteriores, os aspectos institucionais e conjunturais que orientaram a consecução da proposta, bem como as especificidades do curso e seus elementos técnicos fundamentais.

O presente Projeto apresenta uma matriz curricular que compreende fundamentos acadêmicos para formação superior e, especialmente, para a formação básica em Ciências Sociais Aplicadas, constituindo-se como elementos de formação básica. Já em relação à formação profissional, trata de uma série de temas relacionados às teorias em Administração Pública, Gestão e Planejamento, Políticas Públicas, e Estado, Governo e Sociedade. Esses conteúdos colaboram para uma visão mais ampliada para egressos do curso no Campo de Públicas.

Para além do exposto, esse Projeto se apresenta alinhado às necessidades atuais e modernas para um curso de graduação, com foco especial: na flexibilização curricular para que os(as) discentes possam selecionar, em partes, seus interesses e linha de formação; na curricularização da extensão universitária, a partir da qual os(as) discentes desenvolvem habilidades de responsabilidade social, pública e comunitária, e permitem melhorias na comunidade na qual a Universidade se insere e com a qual se relaciona; na realização de atividades acadêmico científico-culturais com melhorias na aprendizagem em outras nuances da vida pessoal e profissional, como por exemplo no envolvimento na pesquisa, projetos culturais, etc.; na realização de estágios supervisionados que colaborem para o desenvolvimento profissional na prática.

Portanto, fruto da experiência do seu corpo docente em um contexto favorável à sua implementação, este Projeto não almeja ser definitivo, mas adequado às necessidades que se

apresentam e que virão a se apresentar em um horizonte próximo, e suficientemente aberto para melhorias futuras e alterações impostas para a permanente adequação a seu tempo.

Por fim, ressalta-se que este Projeto servirá, entre outras funções, para a avaliação do curso a cada ciclo trienal do Sinaes, e deverá ser integralmente revisto, no máximo, ao transcorrer de dez anos de sua efetiva implementação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 18/10/2020.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 jun 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 14 jan. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Parecer CNE/CP Nº 7/2013. Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado. Diário Oficial da União, Brasília, 19/12/2013.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Parecer CONAES Nº 4, de 17 de junho de 2010, sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE.

CLEMENTE-JÚNIOR, S. dos S. Estudo de Caso x Casos para Estudo: Esclarecimentos a cerca de suas características e utilização. **Anais do VII Seminário de pesquisa em turismo do Mercosul. Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul-Rio Grande do Sul**, 2012.

FADUL, Élvia; SILVA, Lindomar Pinto da; CERQUEIRA, Lucas Santos. Análise do Campo da Administração Pública Através da Produção Científica Publicada nos Anais dos ENAPGS. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, [S.l.], v. 16, n. 59, jul. 2011. ISSN 2236-5710.

FISCHER, Tânia. Administração pública como área de conhecimento e ensino: a trajetória brasileira. **Revista de Administração de Empresas**, n.24, v. 4, p.278-288, 1984.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

GILLROY, John Martin. Postmodernism, efficiency, and comprehensive policy argument in public administration. **American Behavioral Scientist**, v.41, n.1, p.163-190, 1997.

MISOCZKY, Maria Ceci. Uma defesa da reflexão teórico-crítica na pesquisa e prática da administração pública. In: **Encontro de Administração Pública e Governança**, 1, 2004, Rio de Janeiro. Anais... São Paulo: Anpad, 2004.

PIRES, Valdemir Aparecido et al. Campo de públicas no Brasil: definição, movimento constitutivo e desafios atuais. *Administração Pública e Gestão Social*, v. 6, n. 3, p. 110-126, 2014. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124602>>.

SILVA, Victor Corrêa; PASSADOR, Cláudia de Souza. A realidade brasileira e o campo da administração pública: interpretações e carências. In: **V Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração**, Florianópolis, 2015, v. 1. p. 1-15.

VAZ, Vinícius Eduardo Martins Baraldi; RIBEIRO, Antonio Carlos Andrade. Um estudo sobre a teia de instituições de accountability brasileira. *Business Journal*, v.2, n.2, p.22-39, 2020. DOI: <<http://doi.org/10.6008/CBPC2674-6433.2020.002.0003>>.

22. ANEXOS

22.1. Anexo A – Ementário

22.1.1. Disciplinas Obrigatórias

1º Semestre

Ciência política <i>Political Science</i>			Código: GEP100
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
Ementa: O fato administrativo como fenômeno político. Poder e autoridade. Formas de governo e regimes políticos. Evolução do Pensamento Político. Representação e sistemas partidários. Sistema político brasileiro.			
Conteúdo programático: Unidade I Conceito e Evolução do pensamento político Poder e autoridade: definições Unidade II Formas de governo e regimes políticos Organização dos poderes de Estado Unidade III Correntes políticas contemporâneas Sistema político brasileiro			
Bibliografia básica: AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). Sistema político brasileiro: uma introdução . Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2004.			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

BOBBIO, Noberto. **Estado, governo, sociedade**: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

Bibliografia complementar:

NICOLAU, Jairo. **Representantes de quem?** Os (des)caminhos do seu voto da urna à Câmara dos Deputados. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política**: quem manda, por que manda, como manda. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

TAYLOR, Esteven L. **Política**: cinquenta conceitos e teorias fundamentais explicados de forma clara e rápida. São Paulo: Publifolha, 2016.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

Filosofia e ética <i>Philosophy and ethics</i>			Código: GEP101
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Filosofia: natureza e origens</p> <p>Unidade II</p> <p>Filosofia: características e história</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Unidade II</p> <p>Filosofia e limites da razão: falência ou reinvenção da racionalidade</p> <p>Unidade IV</p> <p>Ética: discurso filosófico sobre as crenças e ações humanas</p> <p>Unidade V</p> <p>Ética profissional, política e responsabilidade social.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CHAUI, Marilena. Iniciação à Filosofia. São Paulo: Editora Ática, 2017.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Filosofia: dos Pré-Socráticos a Wittgenstein. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.</p> <p>MARCONDES, Danilo. Textos básicos de Ética: de Platão a Foucault. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>APEL, Karl-Otto. Estudos de moral moderna. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.</p> <p>HADOT, Pierre. O que é a filosofia antiga? 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.</p> <p>SERRANO, Pablo Jimenez. Ética e administração pública. Rio de Janeiro: Alinea, 2017.</p> <p>VASQUEZ, Adolfo Sanchez. Ética. 36. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.</p> <p>WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Martin Claret, 2001.</p>

Introdução a economia			Código: GEP102
<i>Introduction to economics</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

Conteúdo programático:

Unidade I

Conceitos fundamentais da Economia

Unidade II

Evolução do pensamento econômico

Unidade III

Mensuração da atividade econômica

Unidade IV

Introdução à Teoria Monetária

Unidade V

Noções de comércio internacional

Unidade VI

Desenvolvimento econômico e funções do setor público

Bibliografia básica:

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Campus, 2015.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. de; TONELO JR., Rudinei. (org.). **Manual de Economia**. Equipe de Professores da USP. São Paulo: Saraiva, 2013.

Bibliografia complementar:

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; DAVID, Begg. **Introdução à economia**: para cursos de Administração, Direito, Ciências Humanas e Contábeis. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2003.

GREMAUD, Amaury Patrick; DIAZ, Maria Dolores Montoya; AZEVEDO, Paulo Furquim de; TONETO JUNIOR, Rudinei. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2007.

NEVES, Paulo Viceconti Silvério das. **Introdução à Economia**. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à Economia**. São Paulo: Atlas, 2016.

SAMUELSON, Paul A.; NORDAUS, William D. **Economia**. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 2012.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Matemática para administradores <i>Mathematics for administration</i>			Código: GEP103
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Teoria dos conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Conjuntos- Conceituação, Notação, Conjuntos iguais, conjuntos numéricos, Subconjuntos, teoremas, intersecção, números de elementos do conjunto, conjuntos numéricos importantes, valor absoluto de um número real, subconjuntos da reta, Espaço amostral e eventos.</p> <p>Unidade II</p> <p>Matriz e determinante - Matriz, determinante, sistemas lineares.</p> <p>Unidade III</p> <p>Reta – estudo da reta e parâmetros de uma reta.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Funções – Objetivo, conceito, igualdade de funções, operações com funções, domínio de uma função, gráfico de uma função, tipos de funções, representação gráfica de uma função, função do segundo grau, função logarítmica, função exponencial, Equação exponencial, função inversa.</p> <p>Unidade V</p> <p>Introdução ao Cálculo- limites, derivada, aplicações da derivada, máximos e mínimos de uma função, funções marginais.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I.; ASMAR, Nakhle H. Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade. Porto Alegre: Bookman, 2012.</p> <p>SILVA, Fernando César Marra e; ABRÃO, Mariângela. Matemática básica para decisões administrativas. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

TAN, S. T **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Thomson Pioneira, 2011.

Bibliografia complementar:

BRONSON, Gary; BRONSON, Richard; KIEFF, Maureen; YANG, Natalie. **Mathematics for business**: Fourth Edition. Scott Valley: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2017.

CLENDENEN, Gary; SALZMAN, Stanley A. **Business Mathematics**. 13. ed. Pearson, 2014.

GOLDSTEIN, Larry J.; LAY, David C.; SCHNEIDER, David I. **Matemática Aplicada: Economia, Administração e Contabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. **Matemática básica para decisões administrativas**. São Paulo: Atlas, 2007.

TAN, S. T. **Matemática aplicada à administração e economia**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2011.

Metodologia científica <i>Scientific methodology</i>			Código: GEP104
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
Ementa: Ciência e conhecimento. Elaboração de trabalhos acadêmicos. Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Fichamentos. Normas da ABNT.			
Conteúdo programático: Unidade I Ciência e conhecimento. Elaboração de trabalhos acadêmicos. Unidade II Introdução aos Métodos de estudo: técnicas para leitura, análise e interpretação de texto. Unidade III Fichamentos. Normas da ABNT.			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Bibliografia básica:</p> <p>BERNABE, Tierno. As melhores técnicas de estudo. São Paulo: Martins Fontes, 2003.</p> <p>ISKANDAR, Jamil Ibrahim. Normas da ABNT: Comentadas Para Trabalhos Científicos. Curitiba: Juruá, 2015.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas. São Paulo: Atlas, 2014.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria Netto (org.). A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações. São Paulo: Cortez, 2006.</p> <p>BRUNI, José Carlos; ANDRADE, José Aluysio Reis. Introdução às técnicas do trabalho intelectual. Araraquara: UNESP, 1989.</p> <p>ELSON, Adalberto Teixeira. Leitura dinâmica e memorização. São Paulo: Cultura, 2008.</p> <p>GARCIA, Othon. Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.</p> <p>KLEIMAN, Angela. Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura. Campinas: Pontes, 2016.</p>

Teoria geral da administração			Código: GEP105
<i>General theory of administration</i>			
Nome e sigla do departamento:			Unidade acadêmica:
Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 3h	Carga horária semanal prática 1h
<p>Ementa:</p> <p>Introdução à administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição organizacional e processo administrativo. Escolas e evolução do pensamento administrativo. Novas tendências.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Panorama de administração. Escola de administração científica</p> <p>Unidade II</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Americanismo: taylorismo – fordismo. Escola de relações humanas e a dinâmica dos grupos.</p> <p>Unidade III</p> <p>Teoria geral dos sistemas. Administração por objetivos. Toyotismo – Ohnismo: modelo japonês de administração.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Novas tendências da administração.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GURGEL, Claudio; RODRIGUEZ, Martius Vicente R. Administração: Elementos essenciais para a gestão das organizações. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Introdução à Teoria Geral da Administração. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. Teoria Geral da Administração. 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2006.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>DRUCKER, Peter F. Introdução à Administração. São Paulo: Cengage, 2017.</p> <p>LODI, João Bosco. História da Administração. 1. reed. São Paulo: Cengage, 2003.</p> <p>MICKLETHWAIT, John; WOOLDRIDGE, Adrian. A Companhia: História de uma ideia revolucionária. São Paulo: Objetiva, 2003.</p> <p>MOTTA, Paulo Roberto. Transformação Organizacional: A Teoria e a Prática de Inovar. Rio de Janeiro: Quatitymark, 2000.</p> <p>TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de Administração Pública Brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.</p>

2º Semestre

Cidadania e direitos sociais no Brasil			Código: GEP106
<i>Citizenship and social rights in Brazil</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Ementa:

Cidadania, direitos sociais e sistemas de bem-estar social. A tipologia de Marshall: direitos civis, políticos e sociais. Teorias explicativas sobre a emergência das políticas sociais. Crise dos sistemas de bem-estar social. Cidadania, direitos sociais, pobreza e desigualdade no Brasil. Políticas públicas de combate à pobreza e de promoção da igualdade no Brasil. Estudos sobre Direitos Humanos. Relações Etnorraciais.

Conteúdo programático:

Unidade I

Cidadania, direitos sociais e bem-estar social; discussões etnorraciais e políticas sociais; teorias sobre políticas sociais

Unidade II

Crise dos sistemas de bem-estar social; cidadania, direitos sociais, pobreza e desigualdade no Brasil

Unidade III

Políticas públicas: combate à pobreza e promoção da igualdade no Brasil e direitos humanos no Brasil

Bibliografia básica:

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de. Desafios para a política social brasileira. **Texto para discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, n. 985, 2003.

CARVALHO, José Murilo de. **A cidadania no Brasil: o longo caminho**. São Paulo: Civilizações Brasileira, 2001.

IPEA. Vinte Anos da Constituição Federal. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, v. 1, n. 17, Brasília, 2009.

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, Marta. **Estado federativo e políticas sociais: determinantes da descentralização**. Rio de Janeiro: Revan: FAPESPE, 2000.

HENRIQUES, Ricardo (org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PEREIRA, Potyara A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SOLA, Lourdes; LOUREIRO, Maria Rita (org.). **Democracia, Mercado e Estado**. O B de BRICS. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Contabilidade geral <i>Introductory accounting</i>			Código: GEP107
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Contabilidade básica: Conceitos, definições e princípios</p> <p>Unidade II</p> <p>Demonstração Contábil e Relatório Contábil</p> <p>Unidade III</p> <p>Escrituração e Principais Documentos Utilizados pela Contabilidade</p> <p>Unidade IV</p> <p>A Contabilidade na Prática: Estudos de Caso</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens. Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações: (aplicável às demais sociedades). (Com Suplemento). São Paulo: Atlas, 2007/2008.</p> <p>IUDÍCIBUS, Sérgio; KANITZ, Stephen C.; MARTINS, Eliseu; PACCEZ, João D.; CHINEN, Cecília A. K.; CASTILHO, Edison; LISBOA, Lázaro P.; BENATTI, Luiz; CEI, Nena G. Contabilidade introdutória. 11. edição, São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARTINS, Eliseu. Contabilidade de Custos. São Paulo: Atlas, 2010.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **Pronunciamentos**. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>. Acesso em: 2 jun. 2017.

MARION, José Carlos. **Contabilidade empresarial**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariosvaldo dos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: FINECAFI: Atlas, 2013.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral**. Série em foco. São Paulo: Saraiva, 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; RODRIGUES, Fernanda F. **Curso de Contabilidade Básica**. São Paulo: Atlas, 2015.

Introdução ao direito <i>Introduction to law</i>			Código: GEP108
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos fundamentais: direito, moral, ética, justiça. Dogmática jurídica e crítica do direito. Elementos do direito: norma e ordenamento. Autonomia e heteronomia. Hermenêutica jurídica e aplicação do direito. Estado e direito: fenômeno jurídico e fenômeno histórico. Paradigmas do direito e do Estado. Estado de direito e legalidade. Constituição e norma fundamental. Organização do Estado: poder constituinte e poderes constituídos. Direitos humanos e direitos fundamentais. Fundamentos do direito: pessoa, propriedade, contrato. Transformações do direito e da sociedade: direito, democracia, conflitos sociais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Fundamentos do Direito</p> <p>Unidade II</p> <p>Constituição e Organização do Estado</p> <p>Unidade III</p> <p>Direito Fundamentais e Pessoa, Contrato, Propriedade</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Unidade IV Transformações do direito e da sociedade
Bibliografia básica: FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. Introdução ao estudo do direito : técnica, decisão, dominação. São Paulo: Atlas, 2019. LYRA FILHO, Roberto. O que é direito . São Paulo: Brasiliense, 2017. MASCARO, Alysso Leandro. Introdução ao Estudo do Direito . Grupo GEN, 2020.
Bibliografia complementar: BOOBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. COELHO, Luiz Fernando. Curso de introdução ao direito : em 13 aulas. Barueri [SP]: Manole, 2019. MUYLAERT, Eduardo. Direito no cotidiano : guia de sobrevivência na selva das leis. São Paulo: Contexto, 2020 OLIVEIRA, João Rezende Almeida; COSTA, Tágory Figueiredo Martins. Instituições de direito público e privado . Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012. WOLKMER, Antonio Carlos. Introdução ao pensamento jurídico crítico . São Paulo: Saraiva, 2002.

Macroeconomia <i>Macroeconomics</i>			Código: GEP109
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
Ementa: Discutir os fundamentos da análise macroeconômica, os problemas macroeconômicos e os modelos macroeconômicos, culminando com a discussão sobre as formas radicalmente distintas de entender a economia a partir dos ensinamentos de Keynes. Entender a extensão e as diversidades dos conteúdos desta disciplina, sua formação histórica e as correntes de pensamento			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

que deram suporte a seu desenvolvimento teórico; e valorizar o bom senso como um dos ingredientes básicos de condução de ações macroeconômicas.

Conteúdo programático:

Unidade I

Macroeconomia

Unidade II

Contabilidade nacional

Unidade III

Oferta e demanda agregada

Unidade IV

O modelo IS-LM

Unidade V

Inflação e desemprego

Unidade VI

Políticas econômicas

Bibliografia básica:

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. São Paulo: Pearson, 2017.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. **Macroeconomia**. 3. ed. São Paulo: Elsevier: Campos, 2015.

MANKIW, N. Gregory. **Macroeconomia**. 8. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

Bibliografia complementar:

BACHA, Carlos José Caetano; LIMA, Roberto Arruda de Souza. **Macroeconomia: teorias e aplicações à economia brasileira**. São Paulo: Alínea, 2006.

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley; STARTZ, Richard. **Macroeconomia**. 11. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KEYNES, John Maynard. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda: inflação e deflação**. São Paulo: Atlas, 1990.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia: básico e intermediário**. São Paulo: Atlas, 2008.

SAMPAIO, Luiza. **Macroeconomia: esquematizado**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Matemática financeira <i>Financial mathematics</i>			Código: GEP110
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Juro e capitalização simples. Capitalização composta. Desconto simples. Série de pagamentos. Sistema de amortização. Método de avaliação de fluxo de caixa. Classificação das taxas de juros. Sistemas de amortização. Taxa média e prazo médio. Operações financeiras realizadas no mercado.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Introdução à matemática financeira. Juro e capitalização simples. Capitalização composta. Desconto simples. Série de pagamentos. Sistema de amortização. Método de avaliação de fluxo de caixa.</p> <p>Unidade II</p> <p>Classificação das taxas de juros. Sistemas de amortização. Operações financeiras realizadas no mercado.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ASSAF NETO, Alexandre. Matemática Financeira e suas aplicações. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>FARO, Clovis; LACHTERMACHER, Gerson (org.). Introdução a Matemática Financeira. Rio de Janeiro: FGV Editora; São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>PUCCINI, Abelardo de Lima. Matemática financeira: objetiva e aplicada. 10. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: Campos, 2017.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BRUNI, Adriano Leal; FAMA, Rubens. Matemática Financeira: com HP 12C e Excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>FERREIRA, Roberto G. Matemática Financeira Aplicada. São Paulo: Atlas, 2014.</p> <p>TOSI, Armando José. Matemática financeira: com utilização da HP-12C. 2. ed. comp. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>VERAS, Lilia Ladeira. Matemática financeira. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2001.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra. **Matemática financeira**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.

Teoria da administração pública I			Código: GEP111
<i>Public administration theory I</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>O Estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública no campo. Teoria da Burocracia. Dicotomias entre a política e a administração. A administração pública no Brasil: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Políticas de formação da sociedade e Estado brasileiro. Administração pública e suas tipologias. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Federalismo e a administração pública.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública no campo. Teoria da Burocracia. Dicotomias entre a política e a administração.</p> <p>Unidade II</p> <p>A administração pública no Brasil: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Políticas de formação da sociedade e Estado brasileiro. Administração pública e suas tipologias. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública. Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Unidade III</p> <p>Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Federalismo e a administração pública.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Construindo o Estado Republicano. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.</p> <p>COSTIN, Cláudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier, 2010.</p> <p>TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. Fundamentos de administração pública brasileira. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BEHRING, Elaine Rossetti. Brasil em contra-reforma: reestruturação do estado e perda dos direitos. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (org.). Reforma do estado e administração pública gerencial. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.</p> <p>JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). Inovação no campo da gestão pública local: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>MEDEIROS, Paulo César (org.). Avanços e Perspectivas da Gestão Pública nos Estados. São Paulo: Qualitymark, 2008.</p> <p>PAULA, Ana Paula Paes de. Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2007.</p> <p>RIBEIRO, Darcy. O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 3. ed. São Paulo: Global Editora, 2015.</p>

3º Semestre

Contabilidade pública		Código: GEP112	
<i>Public accounting</i>			
Nome e sigla do departamento:		Unidade acadêmica:	
Departamento de Gestão Pública (DEGEP)		CEAD	
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	0h	4h	0h
<p>Ementa:</p> <p>Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Elementos de Contabilidade Geral; Aspectos Fundamentais Contabilidade Pública; Campo de aplicação da Contabilidade Pública; Contabilidade Pública: Métodos e sistema de escrituração; Exercício Financeiro e Patrimônio Público;</p> <p>Unidade II</p> <p>Contabilidade Orçamentária, financeira e patrimonial</p> <p>Unidade III</p> <p>Receita e despesa pública</p> <p>Unidade IV</p> <p>Planificação contábil e lançamentos contábeis; Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas; Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF; Contabilização em empresas públicas.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas. 3. ed. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017. v. 1.</p> <p>BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade Aplicada ao Setor Público: abordagem simples e objetiva. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo as Mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Brasília: Gestão Pública Ed., 2013.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>CARVALHO JR., Antonio Carlos Costa d'Ávila; FEIJÓ, Paulo Henrique. Entendendo os Resultados Fiscais. Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.</p> <p>FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto de; ALMEIDA, Fernando Carlos Cardoso; SANTOS, Vitor Maciel dos; BARBOSA, Diogo Duarte. Entendendo a</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Contabilidade Patrimonial Aplicada ao Setor Público: do Ativo ao Patrimônio Líquido. Brasília: Gestão Pública Ed., 2017.

FEIJÓ, Paulo Henrique; CARVALHO JÚNIOR, Jorge Pinto de; RIBEIRO, Carlos Eduardo Ribeiro. **Entendendo a Contabilidade Orçamentária Aplicada ao Setor Público.** Brasília: Gestão Pública Ed., 2015.

FEIJÓ, Paulo Henrique; RIBEIRO, Carlos Eduardo Inácio; CARVALHO JUNIOR, Jorge Pinto. **Entendendo o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.** Brasília: Gestão Pública Ed., 2014.

MOTA, Francisco Glauber Lima. **Contabilidade Aplicada ao Setor Publico.** Brasília: autor-editor, 2009.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública:** uma Abordagem da Administração Financeira Pública. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

Economia brasileira <i>Brazilian economy</i>			Código: GEP113
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Fundamentos políticos da formação econômica do Brasil</p> <p>Unidade II</p> <p>O processo de industrialização no Brasil</p> <p>Unidade III</p> <p>Desigualdade, inflação e desemprego na economia brasileira</p> <p>Unidade IV</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

A inserção externa da economia brasileira
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GIAMBIAGI, Fabio; CASTRO, Lavínia Barros de; VILLELA, André; HERMANN, Jennifer (org.). Economia brasileira contemporânea. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>GREMAUD, Amaury Patrick; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. Economia brasileira contemporânea. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Economia brasileira. São Paulo: Saraiva, 2013.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1992.</p> <p>BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira. São Paulo: Alínea, 2007.</p> <p>FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.</p> <p>REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (org.). Formação econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva. 2011.</p> <p>WERNER, Baer. A economia brasileira. 3. ed. São Paulo: Nobel, 2009.</p>

Direito administrativo			Código: GEP114
<i>Administrative law</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos fundamentais: Estado, Administração Pública, Paradigmas. Regime jurídico administrativo. Princípios da Administração Pública. Organização Administrativa do Estado brasileiro: órgãos, entidades, novos arranjos. Teoria do ato administrativo: elementos constitutivos, constituição características e extinção. Agentes públicos: classificação, regimes jurídicos, regras constitucionais, controle e responsabilidade. Serviços públicos, concessões e políticas públicas. Formas de intervenção do Estado: ordem econômica, poder de polícia, limitações administrativas, desapropriação.</p>			
Conteúdo programático:			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Unidade I</p> <p>Fundamentos do Direito Administrativo</p> <p>Unidade II</p> <p>Organização Administrativa do Estado</p> <p>Unidade III</p> <p>Teoria do Ato Administrativo</p> <p>Unidade IV</p> <p>Agentes Públicos</p> <p>Unidade V</p> <p>Serviço Público e Formas de intervenção do Estado.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2020.</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2021.</p> <p>MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.</p> <p>OLIVO, Luiz Carlos Cancelier de. Direito administrativo. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2012.</p> <p>SOUSA et al. Direito Administrativo. Porto Alegre: SAGAH, 2019.</p> <p>SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo esquematizado. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.</p> <p>SUNDFELD, Carlos Ari; MONTEIRO, Vera. Direito administrativo: introdução ao direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2008 (Série GVlaw).</p>

Estatística aplicada à administração		Código: GEP115	
<i>Statistics applied to administration</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)		Unidade acadêmica: CEAD	
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	0h	2h	2h
<p>Ementa:</p> <p>Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Definições iniciais; Descrição de populações e amostras com tabelas e gráficos.</p> <p>Unidade II</p> <p>Medidas de tendência central; Medidas de variação; Medidas de assimetria e curtose</p> <p>Unidade III</p> <p>Modelos de distribuição de probabilidade; Amostragem</p> <p>Unidade IV</p> <p>Correlação e regressão; Números índices</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRUNI, Adriano Leal. Estatística aplicada à gestão empresarial. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>BUSSAB, Wilton de O.; MORETTIN, Pedro A. Estatística Básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David D. Estatística para Ciências Humanas. 11. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BISQUERRA, Rafael; SARRIERA, Jorge Castellá; MATÍNEZ, Francesc. Introdução à Estatística: enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>LEVINE, David M.; BERENSON, Mark L.; STEPAHAN, David. Estatística Teoria e Aplicações. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p> <p>LOESCH, Claudio. Probabilidade e Estatística. São Paulo: LTC, 2013.</p> <p>MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e a sua prática. 6. ed. São Paulo: LTC, 2014</p> <p>TRIOLA, Mario. F. Introdução à Estatística. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.</p>			

<p>Organização e processos</p> <p><i>Organization and process</i></p>	<p>Código: GEP116</p>
--	-----------------------

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h
<p>Ementa:</p> <p>Organização e mudança. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico – <i>layout</i>. Processos: fluxogramas e otimização. Desenho organizacional e seus condicionantes e componentes: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Organização e mudança; Organogramas: conceito e implicações; Aproveitamento racional do espaço físico – <i>layout</i>.</p> <p>Unidade II</p> <p>Processos: fluxogramas e otimização; Desenho organizacional e seus condicionantes e componentes</p> <p>Unidade III</p> <p>A departamentalização; A centralização e descentralização; Os métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações; As estruturas alternativas; tendências atuais.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos: administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos: uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2005. v. 1.

ARAÚJO, Luis César G. de. **Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional**. São Paulo: Atlas, 2006. v. 2.

D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. **Organização, sistemas e métodos**. São Paulo: Atlas, 2001.

PEREIRA, Maria José Lara de Bretas; FONSECA, João Gabriel Marques. **Faces da decisão: as mudanças de paradigmas e o poder da decisão**. São Paulo: Makron Books, 1997.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. **Tomada de decisão gerencial: enfoque multicritério**. São Paulo: Atlas, 2002.

Teoria da administração pública II			Código: GEP117
<i>Public administration theory II</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 3h	Carga horária semanal prática 1h
<p>Ementa:</p> <p>Representação e participação: gestão pública e privada. <i>Accountability e responsiveness</i>: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. A noção de valor público. Contexto contemporâneo da atuação do Estado: governabilidade, governança e descentralização do poder. Capacidades institucionais na Administração Pública. O Estado orientado para o cidadão. Novos arranjos: privatizações, agências reguladoras e defesa da concorrência. Novas esferas de participação e controle sociais. Sistemas de controle e transparência. Perspectivas da administração pública brasileira na era digital.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Representação e participação: gestão pública e privada. <i>Accountability e responsiveness</i>: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.</p> <p>Unidade II</p> <p>A noção de valor público. Contexto contemporâneo da atuação do Estado: governabilidade, governança e descentralização do poder. Capacidades institucionais na Administração Pública.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Unidade III

O Estado orientado para o cidadão. Novos arranjos: privatizações, agências reguladoras e defesa da concorrência.

Unidade IV

Novas esferas de participação e controle sociais. Sistemas de controle e transparência.

Unidade V

Perspectivas da administração pública brasileira na era digital

Bibliografia básica:

DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

MADUREIRA, César; ASENSIO, Maria (org.). **Handbook de Administração Pública**. Lisboa: Ina Editora, 2013.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (org.). **Administração pública**: Coletânea. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

Bibliografia complementar:

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**: teoria e questões. Rio de Janeiro: GEN: Método, 2018.

PASCARELLI FILHO, Mário. **A nova administração Pública**: Profissionalização eficiência e governança. São Paulo: DVS, 2011.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

WILSON, Woodrow. The Study of Administration. *Political Science Quarterly*, v. 2, n. 2, p. 197-222, 1887. In: SHAFRITZ, Jay M.; HYDE, Albert C. **Classics of Public Administration**. 4. ed. Forth Worth: Harcourt Brace College Publishers, 1997. p. 14-26.

4º Semestre

Gestão de operações e logística <i>Operations and logistics management</i>	Código: GEP118
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)	Unidade acadêmica: CEAD

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
60h	0h	3h	1h
<p>Ementa:</p> <p>Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Administração de Patrimônio.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais.</p> <p>Unidade II</p> <p>Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração.</p> <p>Unidade III</p> <p>Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Administração de Patrimônio.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: Transporte, Administração de Materiais e Distribuição Física. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. Gestão Logística da Cadeia de Suprimento. 4. ed. São Paulo: McGraw Hill, 2014.</p> <p>CHRISTOPHER, Martin. Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 2012.</p> <p>Bibliografia complementar:</p> <p>CORRÊA, Henrique Luiz. Gestão de Redes de Suprimento. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e Operações Globais. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2011.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

NOVAES, Antonio Galvão. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Distribuição**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

POZO, Hamilton. **Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: uma abordagem logística**. São Paulo: Atlas, 2015.

Gestão de pessoas no setor público <i>Human resources management in public sector</i>			Código: GEP119
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 3h	Carga horária semanal prática 1h
<p>Ementa:</p> <p>O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no serviço público. Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do servidor público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Política e gestão estratégica de pessoas na administração pública. Avaliação de desempenho. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>O pensamento sobre gestão de pessoas. O ciclo da gestão de pessoas: admissão, desenvolvimento, remuneração e desempenho no serviço público.</p> <p>Unidade II</p> <p>Cargos, remuneração, incentivos e benefícios do servidor público. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público.</p> <p>Unidade III</p> <p>Política e gestão estratégica de pessoas na administração pública. Avaliação de desempenho. Gestão de competências e desenvolvimento de pessoas.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho.</p> <p>Unidade V</p> <p>Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Bibliografia básica:</p> <p>LIMA, Paulo Daniel Barreto. A excelência em Gestão Pública. Rio de Janeiro: <i>QualityMark</i>, 2007.</p> <p>LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. Práticas de Recursos Humanos – PRH: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>PANTOJA, Maria Júlia; CAMÕES, Marizaura R. de Souza; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público. Brasília: ENAP, 2010.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ARAÚJO, Luís Cesar G. de. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>BOHLANDER, George; SHERMAN, Arthur; SNELL, Scott. Administração de recursos humanos. 14. ed. São Paulo: Cengage, 2010.</p> <p>DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>SENGE, Peter M. A quinta disciplina: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>ZARIFIAN, Philippe. Objetivo competência: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001</p>

Licitações e contratações públicas			Código: GEP120
<i>Bids and public procurement</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h
<p>Ementa:</p> <p>Fundamentos das licitações: princípios e regras constitucionais. Legislação geral e específicas. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. Tipos e modalidades de licitação. Processo administrativo e fases da licitação. Contratos administrativos: conceitos e distinções. Cláusulas necessárias. Prerrogativas públicas. Fiscalização, rescisão e sanções administrativas. Procedimentos auxiliares e outras formas de contratação. Parcerias entre Estado, sociedade e mercado.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Fundamentos jurídicos das contratações públicas</p> <p>Unidade II</p> <p>Licitações e contratações diretas</p> <p>Unidade III</p> <p>Contratos administrativos</p> <p>Unidade IV</p> <p>Parcerias entre Estado, sociedade e mercado.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL. Lei 14.133, de 1º de abril de 2021. Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm</p> <p>CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2020.</p> <p>OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Nova lei de licitações e contratos administrativos: comparada e comentada. Rio de Janeiro: Forense, 2021.</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Licitações e contratos: orientações e jurisprudência do TCU. Brasília: TCU, Secretaria-Geral da Presidência: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2010.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BARCELLOS, Bruno Maldonado; MATTOS, João Guterres de Mattos. Licitações e contratos. Porto Alegre: SAGAH, 2017</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 2021.</p> <p>MAZZA, Alexandre. Manual de direito administrativo. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.</p> <p>OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2021.</p> <p>SPITZCOVSKY, Celso. Direito administrativo esquematizado. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.</p>

Sociologia organizacional		Código: GEP121	
<i>Organizational sociology</i>			
Nome e sigla do departamento:		Unidade acadêmica:	
Departamento de Gestão Pública (DEGEP)		CEAD	
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	0h	4h	0h
<p>Ementa:</p> <p>As organizações na Sociedade Moderna. Paradigmas sociológicos e estudos organizacionais. O modelo racional e a crítica sociológica. Subjetividades, valores e poder em organizações. Gênese e mudança organizacional. Debates atuais na sociologia organizacional.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Sociologia e estudos organizacionais.</p> <p>Unidade II</p> <p>Estrutura, poder e cultura organizacional.</p> <p>Unidade III</p> <p>Temas contemporâneos na sociologia organizacional.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reinaldo C. Sociologia aplicada à administração. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.</p> <p>BOUDON, Raymond; BAECHLER, Jean. Tratado de sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.</p> <p>CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R.; CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto Costa; FISCHER, Tânia ((Org.)). Handbook de estudos organizacionais: modelos de análises e novas questões em estudos organizacionais. Vol. 1, São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R.; CALDAS, Miguel; FACHIN, Roberto Costa; FISCHER, Tania. Handbook de estudos organizacionais: reflexões e novas direções. Vol. 2, São Paulo: Atlas 2001.</p> <p>CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R.; CALDAS, Miguel P; FACHIN, Roberto Costa; FISCHER, Tânia.]. Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais. Vol. 3, São Paulo: Atlas 2004.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

BERGER, Peter L. **Perspectivas sociológicas**: uma visão humanística. Petrópolis: Vozes 2011.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas; FERNANDES, Floriano de Souza. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis, RJ: Vozes 2002.

CHANLAT, Jean-François; TORRES, Ofelia de Lanna Sette. **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas, Vol. 1, São Paulo: Atlas 2009.

LANER, Aline dos Santos; CRUZ JÚNIOR, João Benjamin da. **Repensando as organizações**: da formação à participação. Florianópolis: Fundação Boiteux 2004.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologia das organizações**: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo. São Paulo: Thomson Learning, 2002.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos**: Durkheim, Marx e Weber. 2.ed. Belo Horizonte (MG): Ed. da UFMG 2002.

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. **Ensaio de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara 1982.

Teoria das finanças públicas <i>Public finance theory</i>			Código: GEP122
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Os setores público e privado</p> <p>Unidade II</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Tributos</p> <p>Unidade III</p> <p>Despesa</p> <p>Unidade IV</p> <p>Déficit e Dívida Públicos: a história da dívida pública no Brasil</p> <p>Unidade V</p> <p>Sistema Previdenciário Brasileiro</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.</p> <p>MUSGRAVE, Richard A.; MUSGRAVE, Peggy B. Finanças públicas: Teoria e Prática. Rio de Janeiro: Campus; São Paulo: Edusp, 1980.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BIDERMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. Economia do Setor Público no Brasil. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.</p> <p>GRUBER, Jonathan. Finanças Públicas e Política Pública. São Paulo: LTC, 2008.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Finanças Públicas: A política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>REZENDE, Fernando. Finanças públicas. São Paulo: Atlas, 2015.</p> <p>REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.</p> <p>ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. Finanças Públicas. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2015.</p>

5º Semestre

<p>Elaboração, gestão e avaliação de projetos</p> <p><i>Project creation, management and evaluation</i></p>		<p>Código: GEP123</p>	
<p>Nome e sigla do departamento:</p> <p>Departamento de Gestão Pública (DEGEP)</p>		<p>Unidade acadêmica:</p> <p>CEAD</p>	
<p>Carga horária semestral</p>	<p>Carga horária extensionista</p>	<p>Carga horária semanal teórica</p>	<p>Carga horária semanal prática</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	0h	2h	2h
<p>Ementa:</p> <p>O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto. Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições. Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.). Avaliação econômica e social de projetos. <i>Softwares</i> para o gerenciamento de projetos.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>O sistema de planejamento e acompanhamento de projeto. Estruturas organizacionais de projeto. Ciclos e fases do projeto.</p> <p>Unidade II</p> <p>Definição das áreas de conhecimento do projeto: escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos, comunicação, riscos, aquisições, partes interessadas e integração do projeto. Identificação de restrições.</p> <p>Unidade III</p> <p>Definição dos controles de planejamento do projeto. Avaliação da eficiência, eficácia e efetividade. Técnicas de planejamento, programação e controle de projetos (técnicas de redes, PERT/CPM, ROY, cronogramas etc.).</p> <p>Unidade IV</p> <p>Avaliação econômica e social de projetos. <i>Softwares</i> para o gerenciamento de projetos.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CLEMENTE, Ademir (org.). Projetos empresariais e públicos. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>CONTADOR, Cláudio R. Projetos sociais: avaliação e prática. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>KEELING, Ralph; BRANCO, Renato Henrique Ferreira. Gestão de projetos: uma abordagem global. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>REBECHINI JR., Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de. (org.). Gerenciamento de Projetos na Prática: Casos brasileiros. 1. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CLEMENTS, James P.; GIDO, Jack. Gestão de projetos. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto; PIMENTA, Roberto da Costa. **Gestão de Programas e Projetos Públicos**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

GENARI, Breno. **Introdução ao PERT básico**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1967.
Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23937/000037033.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

PRADO, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos**. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

Gestão de serviços públicos <i>Public service management</i>			Código: GEP124
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 3h	Carga horária semanal prática 1h
<p>Ementa:</p> <p>Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. O poder regulatório do Estado e concessão de serviços públicos.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço.</p> <p>Unidade II</p> <p>Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações.</p> <p>Unidade III</p> <p>Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Planejamento e gestão da rede de operações e serviço. Estudos sobre serviços públicos: saúde, educação, segurança pública, coleta de resíduos, outros.</p> <p>Unidade V</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

O poder regulatório do Estado e concessão de serviços públicos.
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>FITZSIMMONS, James A; FITZSIMMONS, Mona J. Administração de serviços: operações, estratégia e tecnologia de informação. 2. ed. Porto Alegre, [RS]: Bookman, 2014.</p> <p>JOHNSTON, Robert; CLARK, Grahan. Administração de Operações de Serviço. São Paulo: Atlas, 2002.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos. 6. ed. São Paulo: Atlas 2020. 248p.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>CAMARGO, Ricardo A. L. Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro. Porto Alegre: Fabris, 2000.</p> <p>CARDOSO, Henrique Ribeiro. O Poder Normativo das Agências Reguladoras. Rio de Janeiro: Lumen Juris Direito, 2017.</p> <p>CORRÊA, Henrique Luiz; GIANESI, Irineu Gustavo Nogueira. Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente. São Paulo: Atlas 2018. 312p.</p> <p>GUERRA, Sérgio. Agências reguladoras: da organização administrativa piramidal à governança em rede. Belo Horizonte: Fórum, 2012.</p> <p>LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de serviços. 5. ed. São Paulo: Atlas 2019. 364p.</p> <p>LOZADA, Gisele. Administração de produtos e serviços. Porto Alegre: Sagah, 2016.</p> <p>MELLO, Carlos Henrique Pereira; COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira; TURRIONI, João Batista; SILVA, Carlos Eduardo Sanches. Gestão do processo de desenvolvimento de serviços. São Paulo: Atlas, 2010.</p>

Gestão do conhecimento		Código: GEP125	
<i>Knowledge management</i>		Unidade acadêmica:	
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)		CEAD	
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Ementa:</p> <p>Sociedade do conhecimento. Teoria da gestão do conhecimento organizacional. Conhecimento como fator de inovação. Modelos de gestão. Dimensões da gestão do conhecimento. Inteligência pública.</p>
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Sociedade do conhecimento.</p> <p>Unidade II</p> <p>Teoria da gestão do conhecimento organizacional. Conhecimento como fator de inovação.</p> <p>Unidade III</p> <p>Modelos e dimensões da gestão do conhecimento. Inteligência pública.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ALVARENGA NETO, Rivadávia Correa Drummond de. Gestão do conhecimento em organizações: proposta de mapeamento conceitual integrativo. São Paulo: Saraiva, 2008.</p> <p>BARBIERI, Luiz Fernando S. Como empreender e inovar por meio da gestão por processos e gestão do conhecimento. Rio de Janeiro: UFF, 2009.</p> <p>BATISTA, Fábio Ferreira. Modelo de gestão do conhecimento para Administração Pública. Brasília: IPEA, 2012.</p> <p>ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Ângelo. Administração de sistemas de informação e a gestão do conhecimento. São Paulo: Cengage, 2012.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ANGELONI, Maria Terezinha (org.). Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas privadas. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.</p> <p>DUMONT, Danilo Mozeli; RIBEIRO, José Araújo; RODRIGUES, Luiz Alberto. Inteligência pública na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2006.</p> <p>GATTONI, Roberto Luís Capuruço. Gestão do conhecimento aplicada à prática da gerência de projetos. Belo Horizonte: FUMEC-FACE, 2004.</p> <p>MELO, Ivo Soares. Administração de sistemas de informação. São Paulo: Pioneira, 2006.</p> <p>PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARDT, Kai. Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso. Porto Alegre: Bookmann, 2007.</p> <p>STAIR, Ralph M.; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. São Paulo: LTC, 2016.</p> <p>TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. Gestão do Conhecimento. Porto Alegre: Bookman, 2008.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Orçamento público <i>Public budget</i>			Código: GEP126
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h
<p>Ementa:</p> <p>Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento</p> <p>Unidade II</p> <p>Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Ciclo orçamentário</p> <p>Unidade III</p> <p>Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas: fundamentos e práticas de planejamento, orçamento e administração financeira com responsabilidade fiscal. 3. ed. Brasília: Gestão Pública, 2013.</p> <p>GIACOMONI, James. Orçamento público. 17. ed. ampl. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2017.</p> <p>GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). Planejamento e Orçamento governamental. Brasília: ENAP, 2006. v. 2. Disponível em: <http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213></p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

CORE, Fabiano Garcia. Reformas orçamentárias no Brasil: uma trajetória de tradição e formalismo na alocação dos recursos públicos. **Anais do IX Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Madrid, España, 2004. Disponível em: <<http://www.clad.org.ve/fulltext/0049604.pdf>>

FREITAS, Mário S. N. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia **Análise e Dados**. Salvador, 2003. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/analise_dados/pdf/financas/pag_09.pdf>

GARCIA, Ronaldo C. **Subsídios para Organizar a Avaliações da Ação Governamental**. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt_apoio_ronaldo_garcia.pdf>

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. **Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil: planejamento e políticas públicas**, 2003. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6>>

SOUZA, Alexandre B. Planejamento Governamental no Brasil. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>>

Tecnologia e inovação na gestão pública <i>Technology and innovation in public administration</i>			Código: GEP127
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 3h	Carga horária semanal prática 1h
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Criação, adoção. Implementação e disseminação da tecnologia. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Gestão de mudanças e planejamento estratégico da inovação. Inovação e sustentabilidade. Gestão de projetos de inovação tecnológica nas organizações públicas. Fatores facilitadores e limitadores da inovação. Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na administração pública brasileira: trajetórias, padrões e experiências.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p>			

Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação. Criação, adoção. Implementação e disseminação da tecnologia. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais.

Unidade II

Gestão de mudanças e planejamento estratégico da inovação. Inovação e sustentabilidade.

Unidade III

Gestão de projetos de inovação tecnológica nas organizações públicas. Fatores facilitadores e limitadores da inovação.

Unidade IV

Difusão de inovações. Inovação nos serviços. Disseminação de inovações na administração pública brasileira: trajetórias, padrões e experiências.

Bibliografia básica:

AGUNE, Roberto [et al]. **Gestão do conhecimento e inovação no setor público**. São Paulo: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (org.). **Gestão integrada da inovação**: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2009.

FIGUEIREDO, Paulo N. **Gestão da Inovação**: Conceitos, Métricas e Experiências de Empresas no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

SCHERER, Felipe Ost. **Gestão da inovação na prática**: como aplicar conceitos e ferramentas para alavancar a inovação. São Paulo: Atlas, 2009.

Bibliografia complementar:

DUBOIS, Richard; LINS, João (coord.). **Inovação na Gestão Pública**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2012.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (org.). **Inovação no campo da gestão pública local**: Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MOTTA, Paulo Roberto. **Transformação organizacional**: a teoria e a prática de inovar. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme de; SANTANA, Rafael Liberal Ferreira de; GOMES, Vanessa Cabral. **Inovação no setor público**: uma reflexão a partir das experiências premiadas no Concurso Inovação na Gestão Pública Federal. Brasília: ENAP, 2014. Cadernos ENAP n. 38.

TIDD, Joe; BESSANT, John; PAVITT, Keith. **Gestão da inovação**. 3.ed. Porto Alegre: Bookmann, 2008.

TREFF, Lilian; BATTISTELLA, Linamara Rizzo. **Inovação em gestão de projetos na administração pública**. Rio de Janeiro: Brasport, 2013.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Gestão social <i>Social management</i>			Código: GEP128
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 30h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h
<p>Ementa:</p> <p>Conceito de gestão social. Planejamento social. O planejamento nas esferas públicas e privadas das políticas sociais. Natureza e funções do Estado contemporâneo. Proteção social: conceitos, características e objetivos. Modalidades de intervenção do Estado na área social. Estado de Bem-Estar Social: origem, desenvolvimento e transformações. Caracterização da proteção social no Brasil. Movimentos Sociais. As estratégias participativas e as tendências de descentralização e municipalização. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. A democracia deliberativa e a gestão social. Coprodução de serviços na administração pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática. Disciplina na modalidade de Prática Parcialmente Extensionista (PPE)</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Conceito de gestão social. Planejamento social. O planejamento nas esferas públicas e privadas das políticas sociais.</p> <p>Unidade II</p> <p>Natureza e funções do Estado contemporâneo. Proteção social: conceitos, características e objetivos. Modalidades de intervenção do Estado na área social. Estado de Bem-Estar Social: origem, desenvolvimento e transformações. Caracterização da proteção social no Brasil.</p> <p>Unidade III</p> <p>Movimentos Sociais. As estratégias participativas e as tendências de descentralização e municipalização. A participação e o desenvolvimento humano na sociedade e no trabalho como focos da gestão social. A democracia deliberativa e a gestão social.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Coprodução de serviços na administração pública. Revalorização da esfera local. A arte de construir redes de governança democrática.</p> <p>Unidade V</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Prática extensionista, aplicando conhecimentos teóricos e de discussões no desenvolvimento de atividades de Gestão Social em organizações públicas e sociais, comunidades e demais instituições sociais.

Bibliografia básica:

BEZERRA, Marcos Otavio. **Política, Governo e participação popular**: conselhos, orçamento participativo e outras experiências. Rio de Janeiro: Letras, 2012.

BORDIEU, Pierre. Espaço Social e Espaço Simbólico. *In*: BORDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus Editora, 2001.

FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2003.

Bibliografia complementar:

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora UnB, 2016.

FISCHER, Tânia; ROESCH, Sylvia; MELO, Vanessa Paternostro (org.). **Gestão do desenvolvimento territorial e residência social**: casos para ensino. Salvador: EDUFBA, CIAGS/UFBA, 2006.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. *In*: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. 2. ed São Paulo: Cortez, 2003.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso; SILVA JR., Jeová Torres; RIGO, Ariádne Scalfoni. **Gestão Social e Gestão Pública**: Interfaces e Delimitações. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

TENÓRIO, Fernando G. **Gestão social**: metodologia e casos. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1998.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Governança digital		Código: GEP129	
<i>Digital governance</i>			
Nome e sigla do departamento:		Unidade acadêmica:	
Departamento de Gestão Pública (DEGEP)		CEAD	
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	0h	3h	1h
<p>Ementa:</p> <p>Desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) e a computação social. Internet, ciberespaço e cibercultura. Comunicação digital: portais eletrônicos; mídias sociais. A era digital e o governo aberto. Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação. Governança eletrônica, participação social e democracia. Inclusão Digital.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Desenvolvimento das Tecnologias de Comunicação e Informação (TICs) e a computação social. Internet, ciberespaço e cibercultura.</p> <p>Unidade II</p> <p>Comunicação digital: portais eletrônicos; mídias sociais. A era digital e o governo aberto. A Lei de acesso à informação.</p> <p>Unidade III</p> <p>Governo eletrônico: transparência e prestação de serviços ao cidadão. A Lei de acesso à informação.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Governança eletrônica, participação social e democracia. Inclusão Digital.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>LEMOS, André. Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2004. 295p.</p> <p>LÉVY, Pierre. Ciberdemocracia. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002. 249p.</p> <p>GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, William D. Governar em rede: o novo formato do setor público. Brasília: ENAP, 2006.</p> <p>PINHO, José Antonio Gomes de (org.). Estado, sociedade e interações digitais: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999.</p> <p>CEPIK, Marco, CANABARRO, Diego Rafael (org.). Governança de TI: Transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual**: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

KNIGHT, Peter; FERNANDES, Ciro; CUNHA, Maria Alexandra. **e-Desenvolvimento no Brasil e no Mundo**: subsídios e Programa e-Brasil. São Caetano do Sul, SP: Yendis, 2007.

PIMENTA, Marcelo Soares; CANABARRO, Diego Rafael. (Orgs.) **Governança Digital**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. 212p.

ROVER, Aires José; SANTOS, Paloma Maria; MEZZARROBA, Orides. (Orgs.) **Governo eletrônico e inclusão digital**. Florianópolis: Conceito Editorial, 2014. 319p.

Laboratório de administração pública I <i>Public administration laboratory I</i>			Código: GEP130
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 60h	Carga horária semanal teórica 0h	Carga horária semanal prática 4h
<p>Ementa:</p> <p>A disciplina é uma Prática Totalmente Extensionista (PTE) e tem como objetivo levar à atuação do(a) discente em contextos organizacionais e sociais, por meio de atividades de extensão universitária, sejam elas voltadas para a elaboração de propostas de intervenção ou de intervenção propriamente dita. Os laboratórios buscam aproximar os(as) discentes de organizações e comunidades, especialmente por meio de atividades de natureza extensionista nas modalidades de programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço. Em Laboratório de administração pública I o(a) discente insere-se em uma organização pública ou social, por meio de programas e projetos relacionados ao setor público, de forma a estudar cenários, identificar uma situação e desenvolver uma proposta de intervenção no contexto no qual se insere ou ações de intervenção propriamente dita, sob a orientação do(a) docente responsável pela disciplina. Podem ser foco da atuação do(a) discente os programas, projetos, cursos, eventos e a prestação de serviço em: a) atividades e ambientes de gestão da administração pública em seus vários âmbitos e níveis; b) projetos e organizações de cunho social; c) desenvolvimento de políticas públicas; d) estratégias de flexibilização de gestão pública; e) formas contemporâneas de controle e outras inovações gerenciais; f) realização e implementação de parcerias público-privadas; f) outros de acordo com a anuência do(a) docente.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Apresentação e discussão sobre a prática extensionista</p>			

Apresentação e discussão sobre o caso prático: organização, envolvidos, objetivos, impactos e demais informações pertinentes

Unidade II

Prática de atividades extensionistas sob a orientação do(a) docente orientador(a)

Unidade III

Apresentação dos casos e resultados em relatório de extensão e em seminário de extensão

Bibliografia básica:

EASTERBY-SMITH, M.; ARAUJO, L. **Aprendizagem organizacional: oportunidades e debates atuais.** In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Orgs.) **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática.** São Paulo: Atlas, 2001.p.15-38.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma Agenda. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Belo Horizonte; Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

LIBERALINO, F.N. (Org.). Reforma do Pensamento, Extensão Universitária e Cidadania. XXVI Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Regional Nordeste. 2002, Natal. **Anais...** Natal, RN: EDUFRN, 2002. 112p. 13.

SCHOMMER, P. C; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA,** Salvador, v.1, n.1, p. 203-226 jun./nov. 2010.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, L. (Orgs.) **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática.** São Paulo: Atlas, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 10. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

SCHOMMER, P.C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade. **Tese de Doutorado.** 314p. FGV/EAESP, 2005.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. In: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

SANTOS, B.S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época; v. 120)

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Metodologia da pesquisa <i>Research methodology</i>			Código: GEP131
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h
<p>Ementa:</p> <p>Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Tipos de conhecimento, a ciência e o método científico. Tipos de conhecimento e a ciência. Breve histórico do desenvolvimento da ciência. Tecnologia e ciência. O método científico.</p> <p>Unidade II</p> <p>A pesquisa científica. Conceituação e caracterização de pesquisa científica. Projeto de Pesquisa. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa.</p> <p>Unidade III</p> <p>Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Estrutura e organização de trabalhos científicos: padronização dos trabalhos acadêmicos. Normas gerais da ABNT. Tipos e formas de citações bibliográficas. Elaboração de referências bibliográficas.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

Bibliografia complementar:

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

Políticas públicas e sociedade			Código: GEP132
<i>Public policy and society</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 3h	Carga horária semanal prática 1h
<p>Ementa:</p> <p>Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Conteúdo programático:

Unidade I

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental.

Unidade II

Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social

Unidade III

Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas

Bibliografia básica:

DAGNINO, Eveline. **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática**. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2.

Bibliografia complementar:

HEDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (org.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael.; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: ENAP, 2014. Disponível em:
<<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

7º Semestre

Análise e avaliação de políticas públicas <i>Public policy analysis and evaluation</i>			Código: GEP133
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 30h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h
<p>Ementa:</p> <p>Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de política públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação. Disciplina na modalidade de Prática Parcialmente Extensionista (PPE).</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Introdução à análise e avaliação de políticas públicas</p> <p>Papel da avaliação no ambiente das políticas públicas</p> <p>Unidade II</p> <p>Monitoramento e avaliação de políticas públicas</p> <p>Sistema de indicadores de políticas públicas</p> <p>Métodos de avaliação de políticas públicas: características quantitativas e qualitativas</p> <p>Avaliação de impacto de políticas públicas</p> <p>Unidade III</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Prática extensionista, aplicando conhecimentos teóricos e de discussões no desenvolvimento de atividades de Análise e Avaliação de Políticas Públicas em organizações públicas e sociais, comunidades e demais instituições sociais.
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BANCO MUNDIAL. Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.</p> <p>MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. Metodologia de avaliação em políticas públicas. São Paulo: Cortez, 2007.</p> <p>SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Saraiva, 2012. e-book.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. <i>In</i>: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. (org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.</p> <p>BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de Programas Sociais. São Paulo: Veras, 2000.</p> <p>FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas pública. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 20, n. 59, p; 97-169, 2005.</p> <p>JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. Revista do Serviço Público, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, 2003.</p> <p>LOBO, Thereza. Avaliação de processos e impactos em programas sociais – algumas questões para reflexão. <i>In</i>: RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez - IEE, 1998. p.75-85.</p> <p>RICO, Elizabeth Melo (org.). Avaliação de Política Sociais: Uma Questão em Debate. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.</p>

Controle governamental			Código: GEP134
<i>Government control</i>			
Nome e sigla do departamento:		Unidade acadêmica:	
Departamento de Gestão Pública (DEGEP)		CEAD	
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática
60h	0h	2h	2h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Ementa:

Controle Interno e Externo: Organização das instâncias e procedimentos de controle. Fiscalização Financeira, Orçamentária, Contábil e Patrimonial. Auditoria governamental: conceito e finalidades, modalidades, formas e execução. Controle social e transparência: o princípio da publicidade e o controle social, divulgação governamental, transparência e iniciativas populares.

Conteúdo programático:

Unidade I:

Controle Interno e Externo. Organização das instâncias e procedimentos de controle. Fiscalização Financeira, Orçamentária, Contábil e Patrimonial

Unidade II:

Auditoria governamental. Conceito e finalidades. Modalidades, formas, execução.

Unidade III:

Controle Social e Transparência. O princípio da publicidade e o Controle Social. Transparência: divulgação governamental e iniciativas populares para controle estatal.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: abordagem moderna e completa. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

BOTELHO, Milton Mendes. **Manual de controle interno**: teoria & prática. Curitiba: Juruá, 2011.

LIMA, Luiz Henrique. **Controle externo**: teoria, jurisprudência e mais de 500 questões. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

SILVA, Elderson Ferreira da. **Controladoria na administração pública**: manual prático para implantação. São Paulo: Atlas, 2013.

SLOMSKY, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2005.

Bibliografia complementar:

ARAÚJO, Inaldo. **Auditoria Governamental**: em breves reflexões. Brasília: Gestão Pública, 2013.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

COSTA, A. J. B.; SILVA, H. F. F.; MICHELETTO, M.; GONCALVES, L. A.; NASCIMENTO, L. L. Controle Social: oficina temática como metodologia pedagógica para formação de auditor social. **Participação**, v. 26, p. 27-38, 2014.

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. **Controle interno nos municípios**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

ROCHA, Arlindo Carvalho; QUINTIERE, Marcelo de Miranda Ribeiro. **Auditoria governamental**: uma abordagem metodológica da auditoria de gestão. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

SILVA, Moacir Marques da. **Curso de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

PETER, Maria da Glória Arrais; MACHADO, Marcus Vinícius Veras. **Manual de auditoria governamental**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Gestão ambiental e sustentabilidade			Código: GEP135
<i>Environmental management and sustainability</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>A evolução da gestão ambiental. As políticas de comando e controle. As premissas para a sustentabilidade. Conceitos e propostas referentes a desenvolvimento sustentável. Ética ambiental, precaução e prevenção. Sistemas de gestão ambiental. A evolução da legislação ambiental. O papel dos municípios, dos estados e da união na gestão ambiental pública. O setor público como cliente e seu poder de compra. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). Sustentabilidade e desenvolvimento regional sustentável. As políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental. Territórios, conflitos, projetos e programas para a sustentabilidade local e global.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>A evolução da gestão ambiental. As políticas de comando e controle. As premissas para a sustentabilidade. Conceitos e propostas referentes a desenvolvimento sustentável. Ética ambiental, precaução e prevenção.</p> <p>Unidade II</p> <p>Sistemas de gestão ambiental. A evolução da legislação ambiental. O papel dos municípios, dos estados e da união na gestão ambiental pública. O setor público como cliente e seu poder de compra. A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).</p> <p>Unidade III</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Sustentabilidade e desenvolvimento regional sustentável. As políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental. Territórios, conflitos, projetos e programas para a sustentabilidade local e global.

Bibliografia básica:

BLIACHERIS, Marcos Weiss; FERREIRA, Maria Augusta Soares de Oliveira (coord.). **Sustentabilidade na Administração Pública**: valores e práticas de gestão socioambiental. 1. ed. São Paulo: Fórum, 2012.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental**: Responsabilidade Social e Sustentabilidade. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

JABBOUR, Ana Beatriz Lopez de Sousa; JABBOUR, Charbel José Chiappetta. **Gestão ambiental nas organizações**: fundamentos e tendências. 1. ed. São Paulo, Atlas, 2013.

Bibliografia complementar:

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial**: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BARROS, Ricardo Luiz Peixoto de. **Gestão ambiental empresarial**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

DIAS, Reinaldo. **Sustentabilidade**: Origem e Fundamentos. Educação e Governança global. Modelo de Desenvolvimento. São Paulo: Editora Atlas, 2015.

FENKER, Eloy Antônio; DIEHL, Carlos Alberto; ALVES, Tiago Wickstrom; KALINOWSKI, Carina. **Gestão Ambiental**: Incentivos, Riscos e Custos. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

MENEGAT, Rualdo; ALMEIDA, Gerson; SATTERTHWAITTE, David. Desenvolvimento sustentável e gestão ambiental nas cidades: estratégias a partir de Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. **Gestão Socioambiental Estratégica**. Porto Alegre: Editora Bookman, 2008.

PHILIPPI JR, Arlindo; MALHEIROS, Tadeu Fabrício. **Indicadores de Sustentabilidade e Gestão Ambiental**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Manole, 2012.

Laboratório de administração pública II <i>Public administration laboratory II</i>		Código: GEP136	
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)		Unidade acadêmica: CEAD	
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	60h	0h	4h
<p>Ementa:</p> <p>A disciplina é uma Prática Totalmente Extensionista (PTE) e tem como objetivo levar à atuação do(a) discente em contextos organizacionais e sociais, por meio de atividades de extensão universitária, sejam elas voltadas para a elaboração de propostas de intervenção ou de intervenção propriamente dita. Os laboratórios buscam aproximar os(as) discentes de organizações e comunidades, especialmente por meio de atividades de natureza extensionista nas modalidades de programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço. Em Laboratório de administração pública II o(a) discente insere-se em uma organização pública ou social, por meio de programas e projetos relacionados ao setor público, de forma a estudar cenários, identificar uma situação e desenvolver uma proposta de intervenção no contexto no qual se insere ou ações de intervenção propriamente dita, sob a orientação do(a) docente responsável pela disciplina. Podem ser foco da atuação do(a) discente os programas, projetos, cursos, eventos e a prestação de serviço em: a) atividades e ambientes de gestão da administração pública em seus vários âmbitos e níveis; b) projetos e organizações de cunho social; c) desenvolvimento de políticas públicas; d) estratégias de flexibilização de gestão pública; e) formas contemporâneas de controle e outras inovações gerenciais; f) realização e implementação de parcerias público-privadas; f) outros de acordo com a anuência do(a) docente.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Apresentação e discussão sobre a prática extensionista</p> <p>Apresentação e discussão sobre o caso prático: organização, envolvidos, objetivos, impactos e demais informações pertinentes</p> <p>Unidade II</p> <p>Prática de atividades extensionistas sob a orientação do(a) docente orientador(a)</p> <p>Unidade III</p> <p>Apresentação dos casos e resultados em relatório de extensão e em seminário de extensão</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>EASTERBY-SMITH, M.; ARAUJO, L. Aprendizagem organizacional: oportunidades e debates atuais. In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Orgs.) Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001.p.15-38.</p> <p>FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma Agenda. In: FISCHER, Tânia (org.). Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Belo Horizonte; Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

LIBERALINO, F.N. (Org.). Reforma do Pensamento, Extensão Universitária e Cidadania. XXVI Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Regional Nordeste. 2002, Natal. **Anais...** Natal, RN: EDUFRN, 2002. 112p. 13.

SCHOMMER, P. C; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA**, Salvador, v.1, n.1, p. 203-226 jun./nov. 2010.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, L. (Orgs.) **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem:** desenvolvimento na teoria e na prática. São Paulo: Atlas, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e preposições. 10. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

SCHOMMER, P.C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade. **Tese de Doutorado.** 314p. FGV/EAESP, 2005.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. In: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

SANTOS, B.S. **A universidade no século XXI:** para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época; v. 120)

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Trabalho de conclusão de curso I			Código: GEP137
<i>Undergraduate thesis I</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Ementa:

Atividade de Pesquisa. Delimitação do enfoque da pesquisa para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): problema de pesquisa; objetivos geral e específico; justificativa. Projeto de pesquisa: conceituação, elaboração e estruturação; detalhamento do projeto de TCC; elaboração do referencial teórico; referências para a pesquisa.

Conteúdo programático:

Unidade I

Atividade de pesquisa, especialmente dando ênfase nas pesquisas no campo da Administração Pública.

Unidade II

Delimitação do problema de pesquisa, englobando informações e definições sobre o problema de pesquisa, objetivo geral e objetivos específicos, justificativa da pesquisa.

Unidade III

Conceituação, elaboração e estruturação; detalhamento do projeto e elaboração do referencial teórico.

Bibliografia básica:

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

Bibliografia complementar:

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCANTONIO, A. T. **Elaboração e divulgação do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SALOMON, Délcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015. YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

8º semestre

Laboratório de administração pública III			Código: GEP138
<i>Public administration laboratory III</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 60h	Carga horária semanal teórica 0h	Carga horária semanal prática 4h
<p>Ementa:</p> <p>A disciplina é uma Prática Totalmente Extensionista (PTE) e tem como objetivo levar à atuação do(a) discente em contextos organizacionais e sociais, por meio de atividades de extensão universitária, sejam elas voltadas para a elaboração de propostas de intervenção ou de intervenção propriamente dita. Os laboratórios buscam aproximar os(as) discentes de organizações e comunidades, especialmente por meio de atividades de natureza extensionista nas modalidades de programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço. Em Laboratório de administração pública III o(a) discente insere-se em uma organização pública ou social, por meio de programas e projetos relacionados ao setor público, de forma a estudar cenários, identificar uma situação e desenvolver uma proposta de intervenção no contexto no qual se insere ou ações de intervenção propriamente dita, sob a orientação do(a) docente responsável pela disciplina. Podem ser foco da atuação do(a) discente os programas, projetos, cursos, eventos e a prestação de serviço em: a) atividades e ambientes de gestão da administração pública em seus vários âmbitos e níveis; b) projetos e organizações de cunho social; c) desenvolvimento de políticas públicas; d) estratégias de flexibilização de gestão pública; e) formas contemporâneas de controle e outras inovações gerenciais; f) realização e implementação de parcerias público-privadas; f) outros de acordo com a anuência do(a) docente.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Apresentação e discussão sobre a prática extensionista</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Apresentação e discussão sobre o caso prático: organização, envolvidos, objetivos, impactos e demais informações pertinentes

Unidade II

Prática de atividades extensionistas sob a orientação do(a) docente orientador(a)

Unidade III

Apresentação dos casos e resultados em relatório de extensão e em seminário de extensão

Bibliografia básica:

EASTERBY-SMITH, M.; ARAUJO, L. **Aprendizagem organizacional: oportunidades e debates atuais.** In: EASTERBY-SMITH, M.; BURGOYNE, J.; ARAUJO, L. (Orgs.) **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática.** São Paulo: Atlas, 2001.p.15-38.

FISCHER, T. Poderes locais, desenvolvimento e gestão: introdução a uma Agenda. In: FISCHER, Tânia (org.). **Gestão do desenvolvimento e poderes locais: marcos teóricos e avaliação.** Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Extensão Universitária: organização e sistematização.** Belo Horizonte; Coopmed, 2007. 112p. (Coleção Extensão Universitária; v.6).

LIBERALINO, F.N. (Org.). Reforma do Pensamento, Extensão Universitária e Cidadania. XXVI Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: Regional Nordeste. 2002, Natal. **Anais...** Natal, RN: EDUFRN, 2002. 112p. 13.

SCHOMMER, P. C; FRANÇA FILHO, G. C. de. A metodologia da Residência Social e a aprendizagem em comunidade de prática. **NAU - Revista Eletrônica da Residência Social do CIAGS/UFBA,** Salvador, v.1, n.1, p. 203-226 jun./nov. 2010.

Bibliografia complementar:

ARAUJO, L. (Orgs.) **Aprendizagem organizacional e organizações de aprendizagem: desenvolvimento na teoria e na prática.** São Paulo: Atlas, 2001.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 10. ed. São Paulo. Cortez, 2000.

SCHOMMER, P.C. Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade. **Tese de Doutorado.** 314p. FGV/EAESP, 2005.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais e ONGs no Brasil na era da globalização. In: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** São Paulo: Loyola, 1997.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

SANTOS, B.S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade.** São Paulo: Cortez, 2004. (Coleção questões da nossa época; v. 120)

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação.** 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

Trabalho de conclusão de curso II <i>Undergraduate thesis II</i>			Código: GEP139
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h
<p>Ementa:</p> <p>Elaboração de metodologia: natureza e tipo da pesquisa; coleta de dados. Tratamento e análise de dados. Considerações finais e desdobramentos da pesquisa.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Metodologia de pesquisa: natureza, tipos e coleta de dados.</p> <p>Unidade II</p> <p>Tratamento e análise dos dados.</p> <p>Unidade III</p> <p>Considerações finais. Desdobramentos da pesquisa.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>Bibliografia básica:</p> <p>GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>RICHARDSON, Roberto Jarry; Colaboradores. Pesquisa social: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.</p>			

Bibliografia complementar:

CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

DEMO, Pedro. **Metodologia para quem quer aprender**. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCANTONIO, A. T. **Elaboração e divulgação do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

SALOMON, Dêlcio Vieira. **Como fazer uma monografia**. 11. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015. YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

22.1.2. Disciplinas Eletivas

Burocracia, processos decisórios e arranjos institucionais			Código: GEP140
<i>Bureaucracy, decision-making processes and institutional arrangements</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Organizações e administração. Administração pública e burocracia. Organizações como fenômeno social, cultural e político. Teorias e Processos de tomada de decisão. Tipos de Decisão. Etapas do processo de tomada de decisão. Problema, objetivos e criação de alternativas. Ferramentas para auxílio na tomada de decisão. Intuição e criatividade no processo decisório. Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Papel dos sistemas de</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

informação e ética no processo decisório na gestão pública. A governança das organizações públicas: processos decisórios e processos de controle.

Conteúdo programático:

Unidade I

Organizações e administração. Administração pública e burocracia. Organizações como fenômeno social, cultural e político.

Unidade II

Teorias e Processos de tomada de decisão. Tipos de Decisão. Etapas do processo de tomada de decisão. Problema, objetivos e criação de alternativas. Ferramentas para auxílio na tomada de decisão. Intuição e criatividade no processo decisório.

Unidade III

Sistemas de informação gerencial. Dado e informação: Qualidade, atualidade, confiabilidade e sigilo. Levantamento de dados. Bases de dados. Papel dos sistemas de informação e ética no processo decisório na gestão pública.

Unidade IV

A governança das organizações públicas: processos decisórios e processos de controle.

Bibliografia básica:

BAZERMAN, M. H; MOORE, D. **Processo decisório.**; São Paulo: Elsevier, 2010.

CASSARRO, Antônio Carlos. **Sistemas de Informação para tomada de decisões.** São Paulo: Pioneira, 2011.

FONTES FILHO, J. **Governança Organizacional Aplicada ao Setor Público.** VIII CLAD. Panamá, 2003.

LAUDON, Kenneth, C.; LAUDON, Jane P. **Sistemas de informação gerenciais.** São Paulo: Editora Person, 2014.

SHIMIZU, Tamio. **Decisão nas organizações.** 3. Ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Bibliografia complementar:

ABRAMCZUK, A. **A Prática da Tomada de Decisão.** Rio de Janeiro: Atlas, 2013.

MIRON, P. e LINS, J. (org). **Gestão Pública Melhores Práticas.** Pricewaterhousecoopers, São Paulo, 2009.

O'BRIEN, James A. **Sistemas de informação e as decisões gerenciais na era da internet.** São Paulo: Saraiva, 2011.

PETERS, G.; PIERRE, J. (Orgs.) **Administração Pública: coletânea.** Brasília: ENAP, 2010. pp.229-248.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

ROBBINS, Stephen P. **Administração: mudanças e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2005.

WEATHERFORD, Larry R. e MOORE, Jeffrey H. **Tomada de decisão em administração**. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

YU, A. **Tomada de decisão nas Organizações - Uma Visão Multidisciplinar.**; São Paulo: Saraiva, 2013.

Comportamento e conduta nas organizações <i>Behavior and conduct in organizations</i>			Código: GEP141
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Crimes corporativos (corrupção, crimes contra o consumidor, suborno, fraudes, crimes ambientais e crimes contra o trabalhador). Conspiração e manipulação política (articulações entre governos e corporações). Abuso de poder, agressão, extorsão, violência, suicídio, assassinato, perigo e risco nas organizações. Assédio moral e sexual, discriminação, vitimização, depressão, gestão pelo medo, trabalho escravo. Tragédias, guerra, genocídio, exploração, erros e desastres. Ambição, obsessão, vingança, ganância. Fetichismo da mercadoria, o vício, o uso e abuso de drogas. Depravação, perversão e transgressão. <i>Misbehavior</i> organizacional. Crises em organizações da área de saúde; e outros temas que explorem o lado sombrio das organizações.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Crimes corporativos (corrupção, crimes contra o consumidor, suborno, fraudes, crimes ambientais e crimes contra o trabalhador). Conspiração e manipulação política (articulações entre governos e corporações).</p> <p>Unidade II</p> <p>Abuso de poder, agressão, extorsão, violência, suicídio, assassinato, perigo e risco nas organizações. Assédio moral e sexual, discriminação, vitimização, depressão, gestão pelo medo, trabalho escravo.</p> <p>Unidade III</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Tragédias, guerra, genocídio, exploração, erros e desastres. Ambição, obsessão, vingança, ganância. Fetichismo da mercadoria, o vício, o uso e abuso de drogas. Depravação, perversão e transgressão.

Unidade IV

Misbehavior organizacional. Crises em organizações da área de saúde; e outros temas que explorem o lado sombrio das organizações.

Bibliografia básica:

MEDEIROS, C. R. D. O. Inimigos públicos: crimes corporativos e necrocorporações. **Tese de doutorado**. 2013.

MOKHIBER, R. **Crimes corporativos**: o poder das grandes empresas e o abuso da confiança pública. São Paulo: Página Aberta, 1995.

SILVEIRA, R. A. D.; MEDEIROS, C. R. O. Viver e morrer pelo trabalho: uma análise da banalidade do mal nos crimes corporativos. **Organizações & Sociedade**, 21(69), P. 217-234, 2014.

Bibliografia complementar:

FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (Orgs.). **Cultura e poder nas organizações**. São Paulo: Atlas, 1989.

MORGAN, G. **Images of organization**. London: Sage Publications, 1996.

MARÉCHAL, G.; GRIFFIN, R. W. Theorizing and Researching the Dark Side of Organization. **Organization Studies**, v. 35, 2014.

GRIFFIN, R. W.; O'LEARY-KELLY, A. (Eds.) The dark side of organizational behavior, vol. 24. San Francisco: Jossey-Bass, 2004.

VAUGHAN, D. The dark side of organizations: Mistake, misconduct, and disaster. **Annual review of sociology**, p. 271-305, 1999.

Cultura e mudança organizacional			Código: GEP142
<i>Culture and organizational change</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Ementa:</p> <p>Teorias e modelos para estudo sobre a cultura organizacional. Formação e identificação da cultura organizacional. Cultura e poder nas organizações. Cultura e mudança organizacional. Mudança e aprendizagem organizacional. Cultura e aprendizagem organizacional. A cultura nas organizações públicas.</p>
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Teorias e modelos para estudo sobre a cultura organizacional. Formação e identificação da cultura organizacional.</p> <p>Unidade II</p> <p>Cultura e poder nas organizações.</p> <p>Unidade III</p> <p>Cultura e mudança organizacional. Mudança e aprendizagem organizacional. Cultura e aprendizagem organizacional.</p> <p>Unidade IV</p> <p>A cultura nas organizações públicas.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BERGUE, Sandro Trescastro. Gestão de pessoas em organizações públicas. 2. ed. Caxias do Sul: EDUCS, 2007.</p> <p>BORGES, L.O.; ALBUQUERQUE, F. J. B. Socialização Organizacional. In ZANELLI, J. C.; BORGES; ANDRADE, J. E.; BASTOS, A. V. Psicologia, Organizações, e Trabalho no Brasil. 2004, p. 331-356.</p> <p>CAVEDON, Neusa Rolita. Cultura organizacional: gerenciável, homogênea e quantificável? In: BITENCOURT, Claudia. (Org). Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais. Porto Alegre: Bookman, 2004.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ETZIONI, Amitai. Organizações modernas. São Paulo: Pioneira, 1976.</p> <p>FLEURY, Maria Tereza Leme. O desvendar da cultura de uma organização – uma discussão metodológica. In: FLEURY, Maria Tereza Leme; FISCHER, Rosa Maria (Orgs.). Cultura e poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1989.</p> <p>MACHADO-DA-SILVA, Clóvis Luiz. Nota Técnica: A estratégia e organizações: conversação necessária. In: CLEGG, Stewart R. HARDY, Cynthia e NORD, Walter R. (Orgs.). Handbook de estudos organizacionais: ação e análise organizacionais. v. 3. São Paulo: Atlas, 2004.</p> <p>MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.</p>

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 1996.

Desenvolvimento em finanças públicas <i>Advanced public finance</i>			Código: GEP143
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
Ementa: Fundamentos teóricos para taxação, gasto e endividamento. Finanças Públicas e Federalismo no Brasil: especificidades. Finanças Públicas setoriais: Saúde, Educação e Seguridade Social.			
Conteúdo programático: Unidade I Taxação: fundamentos teóricos e o paralelo constitucional. Possibilidades e limites para o gasto e o endividamento estatais. Gestão intertemporal das finanças públicas. Unidade II Finanças Públicas e federalismo: paralelo entre o financiamento e o ciclo de políticas públicas. As especificidades de relação entre a união e os entes subnacionais. Unidade III Setorialidades no estudo de Finanças Públicas no Brasil: Saúde, Educação e Seguridade Social.			
Bibliografia básica: GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas : teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. OLIVEIRA, Fabricio Augusto de. Economia e política das finanças públicas no Brasil : um guia de leitura. São Paulo: HUCITEC 2009. PINTO, Élide Graziane. Financiamento dos direitos à saúde e à educação : uma perspectiva constitucional. Belo Horizonte: Fórum, 2015.			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

ARRETCHE, Marta. Quem taxa e quem ganha: a barganha federativa na federação brasileira. **Sociologia Política**. N 24. 2005.

ARVATE, Paulo; BIDERMAN, Ciro. **Economia do Setor Público no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA (BRASIL). **Economia pública brasileira**. Brasília (DF): ESAF 2010

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios de finanças públicas: teoria e questões comentadas**. Rio de Janeiro: Ferreira, 2010.

Direito constitucional <i>Constitutional law</i>			Código: GEP144
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos de direito constitucional e de constituição. Direito constitucional. Poder constituinte. História das constituições brasileiras. Teoria do poder constituinte. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Direitos fundamentais. Nacionalidade. Direitos políticos. Organização do Estado: união; estados federados; municípios; Distrito Federal.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Conceitos de direito constitucional e de Constituição. Direito constitucional. Poder constituinte.</p> <p>Unidade II</p> <p>História das constituições brasileiras. Teoria do poder constituinte. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil.</p> <p>Unidade III</p> <p>Direitos fundamentais. Nacionalidade. Direitos políticos. Organização do Estado: União; Estados federados; Municípios; Distrito Federal.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Bibliografia básica:</p> <p>ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Constitucional Descomplicado – 11ª Ed. São Paulo: Método, 2013.</p> <p>BARROSO, Luis Roberto. Curso de Direito Constitucional Contemporâneo –4ª Ed. São Paulo: Saraiva; 2014.</p> <p>BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição do Brasil. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.</p> <p>CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - Col. Saraiva de Legislação. 49ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014.</p> <p>MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 29ª ed., rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2013.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 18ª ed., São Paulo: Malheiros, 2011.</p> <p>BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal anotada. 6ª ed., São Paulo: Saraiva, 2005.</p> <p>BASTOS, Celso Ribeiro. Comentários à Constituição do Brasil. 2. ed. São Paulo: Saraiva.</p> <p>NUNES JUNIOR, Vidal Serrano; ARAUJO, Luiz Alberto David. Curso de Direito Constitucional–18ª Ed. São Paulo: Verbatim, 2014.</p> <p>SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 34. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2011.</p> <p>TAVARES, André Ramos. Curso de direito constitucional. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.</p>

Empreendedorismo e redes de cooperação na esfera pública			Código: GEP145
<i>Entrepreneurship and cooperation networks in the public sphere</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Fundamentos do empreendedorismo. Gestão empreendedora. Empreendedorismo. Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Complementaridade e supletividade nas redes híbridas.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Conteúdo programático: Unidade I Fundamentos do empreendedorismo. Gestão empreendedora. Empreendedorismo. Unidade II Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas. Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias. Unidade III Complementaridade e supletividade nas redes híbridas.
Bibliografia básica: CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico . Rio de Janeiro: UFRJ, 2000. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo : transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro. Campus. 2001. GOLDSMITH, Stephen; EGGERS, Willian (Org.). Governar em rede : o novo formato do setor público. São Paulo: Editora Unesp, 2006. HISRICH, Robert D. Empreendedorismo . 5ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.
Bibliografia complementar: CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.). Redes Sociais e Organizacionais em Administração . Curitiba: Juruá, 2008. CRUZIO, Helnon de Oliveira. Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento . Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. FLEURY, Sonia; OUVENEY, Assis M. Gestão de Redes : a estratégia de regionalização da política de saúde, Rio de Janeiro: FGV, 2007. NETO, João Amato. Redes Entre Organizações . São Paulo: Atlas, 2001. SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. Redes de Desenvolvimento Comunitário : Iniciativas para a transformação social. São Paulo: Global Editora, 2004.

Elaboração de textos acadêmicos em administração pública <i>Preparation of academic papers in public administration</i>	Código: GEP146
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)	Unidade acadêmica: CEAD

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Fatores de textualidade: coerência, situacionalidade, coesão, informatividade, intertextualidade. A construção de sentidos no texto. Leitura, análise e produção de textos acadêmicos. Normas da ABNT. Estudos organizacionais e sociedade. Elaboração de textos acadêmicos em Administração Pública.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Fatores de textualidade: coerência, situacionalidade, coesão, informatividade, intertextualidade. A construção de sentidos no texto.</p> <p>Unidade II</p> <p>Leitura, análise e produção de textos acadêmicos. Normas da ABNT.</p> <p>Unidade III</p> <p>Estudos organizacionais e sociedade. Elaboração de textos acadêmicos em Administração Pública.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ANDRADE, Maria Margarida de. Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p> <p>GOLDSTEIN, M. S; SELTZER, N.; IVAMOTO, R. O texto sem mistério: leitura e escrita na universidade. São Paulo: Ática Universidade, 2009.</p> <p>CASTRO, C. M. A prática da pesquisa. São Paulo: McGraw-Hill, 1978.</p> <p>MAC-ALLISTER, M. Fazer ciência no campo dos estudos organizacionais In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, 2., 2002, Recife. Anais... Recife: Anpad, 2002.</p> <p>MACHADO-DA-SILVA, C. L.; CUNHA, V. C.; AMBONI, N. Organizações: o estado da arte da produção acadêmica no Brasil. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 14., 1990, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Anpad, 1990.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Informação e documentação – referências – elaboração: NBR 6023. Referências bibliográficas – Normas técnicas.** Rio de Janeiro, 2000.

ARAÚJO, Antônia Dilamar. **Identidade e subjetividade no discurso acadêmico: explorando práticas discursivas.** In. LIMA, Paula Lenz Costa & ARAÚJO, Antônia Dilamar (Orgs.). *Questões de Linguística Aplicada: miscelânea.* Fortaleza: Ed. da Uece, 2005. pp. 11-30.

FLEURY, S. et al. **Análise do perfil dos artigos publicados na Revista de Administração Pública — RAP — no período 1992-2002.** Rio de Janeiro: EAESP/FGV, 2003.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J. et al. **Administração pública e gestão social: a produção científica brasileira entre 2000 e 2005.** *Revista de Administração Pública*, n. 42, v. 4, p. 655-680, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos; pesquisa bibliográfica, projeto e relatório; publicações e trabalhos científicos** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas.** São Paulo, Atlas, 2009.

Estado, instituições democráticas e controle social			Código: GEP147
<i>State, democratic institutions and public control</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
Ementa: O Estado: elementos constitutivos, legitimidade e legalidade. Formas e sistemas de Estado e de Governo. Instituições Democráticas: tipificação legal e a ampliação de conceito. Mecanismos de controle e sua expansão recente.			
Conteúdo programático: Unidade I Teoria Geral do Estado. Formas e sistemas de Governo e de Estado. Organização do Estado Brasileiro. Unidade II			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Democracia e Instituições. Conceitos e tipificação das instituições democráticas.</p> <p>Unidade III</p> <p>Aprimoramento democrático: mecanismos de controle e participação.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BARROSO, Luís Roberto. Curso de direito constitucional contemporâneo; Rio de Janeiro: Saraiva, 2011.</p> <p>DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de teoria geral do Estado. 24. ed. São Paulo: Saraiva 2003.</p> <p>PRZEWORSKI, Adam. Democracia e mercado: reformas políticas e econômicas no leste Europeu e na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumara 1994.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BOBBIO, Norberto. Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. São Paulo: Paz e Terra 2009</p> <p>DAHL, Robert Alan. Poliarquia: participação e oposição. São Paulo: Edusp [1997]</p> <p>O'DONNELL, G. Accountability horizontal e as novas poliarquias. Revista Lua Nova. CEDEC. São Paulo, 44, p. 27-52, 1998.</p> <p>OFFE, C. A atual transição da história e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In: BRESSER PEREIRA, L. C. et al (org.). Sociedade e Estado em transformação. Brasília: UNESP, 1999.</p> <p>LOUREIRO, Maria Rita, TEIXEIRA, Marco Antônio Carvalho, PRADO, Otávio. Construção de Instituições Democráticas no Brasil Contemporâneo: transparência das contas públicas. Organizações e Sociedade, v.15 n.47, p.107-119, out.-dez.2008.</p>

Estratégia em organizações públicas			Código: GEP148
<i>Strategy in public organizations</i>			Unidade acadêmica:
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas. Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico. Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

indicadores. Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.

Conteúdo programático:

Unidade I

Evolução da gestão estratégica nas organizações. Planejamento e gestão nas organizações públicas.

Unidade II

Teorias e modelos de gestão estratégica. Métodos, instrumentos e etapas do planejamento estratégico.

Unidade III

Monitoramento e avaliação. Construção e utilização de indicadores.

Unidade IV

Experiências de planejamento e avaliação em organizações públicas, projetos e programas.

Bibliografia básica:

MINTZBERG, Henry; AHLSTRAND, Bruce; LAMPEL, Joseph. **Safári de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público: gestão estratégica no governo**. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: ENAP, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

Bibliografia complementar:

ANSOFF, H. Igor; DECLERK, Roger P.; HAYES, Robert L. (org.). **Do Planejamento Estratégico à Administração Estratégica**. São Paulo: Atlas, 1987.

KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard para criar sinergias corporativas**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

MONTGOMERY, Cynthia A.; PORTER, Michael E. (org.). **Estratégia: a busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

THOMPSON JR., Arthur A.; STRICKLAND III, A. J.; GAMBLE, John E. **Administração estratégica**. 15. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2008.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração Estratégica: Conceitos**. São Paulo: Atlas, 2000.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Estudos de casos de políticas públicas setoriais <i>Case studies of sectorial public policy</i>			Código: GEP149
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
Ementa: Estudos de casos. Estudos de casos de políticas públicas em setores distintos no âmbito do Estado e sociedade.			
Conteúdo programático: Unidade I Estudos de casos. Unidade II Estudos de casos de políticas públicas em setores distintos no âmbito do Estado e sociedade, tais como: saúde e qualidade de vida; educação; cultura; desenvolvimento econômico; ciência e tecnologia; cidadania; meio ambiente; proteção social e direitos humanos; direito e justiça; gestão pública; política.			
Bibliografia básica: AUN, M. P.; CARVALHO, A. M. A.; KROEFF, R. L. Aprendizagem coletiva em arranjos produtivos locais: um novo ponto para as políticas públicas de informação. In: Encontro Latino de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, ENLEPICC 5., 2005, Salvador. Anais... Salvador (BA): Faculdade Social da Bahia, 2005. BENATTI, José Heder; MCGRATH, David G.; OLIVEIRA, Ana Cristina Mendes de. Políticas públicas e manejo comunitário de recursos naturais na Amazônia. Ambiente & Sociedade , Campinas, v. 6, n. 2, p.137-154, Dec. 2003. BONINI, Luci Mendes de Melo; CIANCIARULLO, Tamara Iwanow; PANHOCA, Ivone (Orgs.) Políticas Pública: estudos e casos . São Paulo: Ícone, 2014. 678p. PINTO, Nicanor R. S.; TANAKA, Oswaldo Yoshimi; SPEDO, Sandra Maria. Política de saúde e gestão no processo de (re)construção do SUS em município de grande porte: um estudo de caso de São Paulo, Brasil. Cad. Saúde Pública , Rio de Janeiro, v. 25, n. 4, p. 927-938, Apr. 2009.			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

CONTE, Marta et al. Programa de Prevenção ao Suicídio: estudo de caso em um município do sul do Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 8, p.2017-2026, Aug. 2012.

MARTINS, Humberto Falcão. Uma teoria da fragmentação de políticas públicas: desenvolvimento e aplicação na análise de três casos de políticas de gestão pública. **Tese** (Doutorado em Administração). EBAPE, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. 2003. 254p.

PEREIRA, Vania Martins. Arranjos de Uma Política: Uma Análise Sobre o Programa Ciência Sem Fronteiras. **Revista NAU Social**, v.6, n.10, p. 103-117, mai./out., 2015.

SILVA, Jenniffer Ribeiro. Políticas públicas de turismo: análise do desempenho das instâncias de governança turística e seus reflexos no fomento do turismo cultural no município de Manaus/AM (2003-2014). **Dissertação** (Mestrado em Turismo). Programa de Pós-graduação em Turismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2015.

XAVIER, Marcelo F.; MINADEO, Roberto. Políticas em educação e pobreza: nos últimos tempos um fator que caracteriza as sociedades de Brasília. **UNISANTA, Law and Social Science**, p. 57 - 75; v. 3, n. 2, 2014.

Federalismo e governos subnacionais			Código: GEP150
<i>Federalism and subnational governments</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Federalismo: conceito e história. Implantação do estado federal no Brasil. Centralização e descentralização na evolução do modelo federalista brasileiro. A organização do estado federal e as atribuições dos entes federados. O federalismo brasileiro em perspectiva comparada. Impacto do federalismo e das relações intergovernamentais. Governo e competição em múltiplos contextos: os governadores como veto-players; encargos e responsabilidades federais; e governos subnacionais. Modelos federativos. Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários federais; descentralização e o impacto de políticas em governos subnacionais.</p>			

Conteúdo programático:

Unidade I

Federalismo: conceito e história. Implantação do estado federal no Brasil. Centralização e descentralização na evolução do modelo federalista brasileiro. A organização do estado federal e as atribuições dos entes federados. O federalismo brasileiro em perspectiva comparada.

Unidade II

Impacto do federalismo e das relações intergovernamentais. Governo e competição em múltiplos contextos: os governadores como veto-players; encargos e responsabilidades federais; e governos subnacionais. Modelos federativos. Federalismo e conflitos distributivos: disputa dos estados por recursos orçamentários federais; descentralização e o impacto de políticas em governos subnacionais.

Bibliografia básica:

ABRUCIO, F. L.; COSTA, V.M.F. **Reforma do Estado e o Contexto Federativo Brasileiro**. In Pesquisas, n. 12, São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 1999.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Federalismo, democracia e governo no Brasil: ideias, hipóteses e evidências**. BIB, nº 51, São Paulo, p. 13-34, 2001.

ARRETCHE, Marta. Federalismo e relações intergovernamentais no Brasil. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.45, n. 3, p. 431-458, 2002.

HAMILTON, Alexander; MADISON, James; JAY, John. **O federalista**. Belo Horizonte: Líder, 2003.

RODDEN, Jonathan. Federalismo e descentralização em perspectiva comparada: sobre significados e medidas. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 24, p. 9-27, 2005.

Bibliografia complementar:

ABRUCIO, F. L.; FRANZESE, C. Relações intergovernamentais: a relação de reciprocidade entre federalismo e políticas públicas. In: FILIPPIM, E. S e ROSSETTO, A. M. (orgs.). **Políticas Públicas, Federalismo e Redes de Articulação para o Desenvolvimento**. 1 ed. Joaçaba: Unoesc/Fapesc, 2008, v. 1, p. 61-90.

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO Maria Rita. **O Estado em uma era de reformas: os anos FHC**. Brasília: OCDE/OEA/Ministério do Planejamento, 2002.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Editora FIOCRUZ, 2012.

ISMAEL, Ricardo. **Nordeste - a força da diferença os impasses e desafios na cooperação regional**. Recife, PE: Editora Massangana, 2005.

PRADO, Sérgio. Distribuição intergovernamental de recursos na Federação brasileira. In REZENDE, Fernando e OLIVEIRA, Fabrício A. de. (orgs). **Descentralização e federalismo**

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

fiscal no Brasil: desafios da reforma tributária. Rio de Janeiro, Konrad Adenauer Stiftung, 2003.

SOUZA, Celina. Intermediação de interesses regionais no Brasil: o impacto do federalismo e da descentralização. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, v. 41, n. 3, p. 569-591, 1998.

Gestão da regulação <i>Regulatory management</i>			Código: GEP151
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos. Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Direito e Economia da Regulação e da Concorrência. O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos.</p> <p>Unidade II</p> <p>Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil. Defesa do Consumidor. Defesa da Concorrência.</p> <p>Unidade III</p> <p>O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ARAGÃO, Alexandre Santos de. Agências Reguladoras e a Evolução do Direito Administrativo Econômico. 3. ed. Rio de Janeiro: GEN: Forense, 2012.</p> <p>COUTINHO, Diogo R. Direito e Economia Política na Regulação de Serviços Públicos. São Paulo: Saraiva, 2014.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MOLL, Luiza Helena. **Agências de regulação do mercado**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

Bibliografia complementar:

ARAGÃO, Alexandre Santos de. **A organização e controle social das agências reguladoras**: crítica aos anteprojatos de lei. Porto Alegre: ABAR, 2004.

CAMARGO, Ricardo A. L. **Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro**. Porto Alegre: Fabris, 2000.

SALGADO, Lucia H. **A economia política da ação antitruste**. São Paulo: Singular, 1997.

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. **Direito, Economia e mercados**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

Gestão de segurança pública			Código: GEP152
<i>Public safety management</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Sistema de Segurança Pública Brasileiro: os entes federados e suas competências. As Polícias: Federal, Rodoviária Federal, Militar, Civil e Corpos de Bombeiros. As Guardas Municipais. Aspectos do trabalho policial. O papel da polícia no regime democrático: estratégias adotadas pelas polícias e o paradoxo da polícia da ordem e da polícia da lei, frente a filosofia de polícia comunitária.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Sistema de Segurança Pública Brasileiro: os entes federados e suas competências. As Polícias: Federal, Rodoviária Federal, Militar, Civil e Corpos de Bombeiros. As Guardas Municipais.</p> <p>Unidade II</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Aspectos do trabalho policial. O papel da polícia no regime democrático: estratégias adotadas pelas polícias e o paradoxo da polícia da ordem e da polícia da lei, frente a filosofia de polícia comunitária.

Bibliografia básica:

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia**. Série polícia e sociedade. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. v. 10.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. 241p.

SUXBERGER, Antônio Henrique Graciano; SANTOS, Leonardo Augusto de A. Cezar; BALLAN JUNIOR, Octahydes; SILVA, Rodrigo Monteiro. **Segurança Pública: os desafios da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019. 480p.

Bibliografia complementar:

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise comparativa internacional** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

BITTNER, Egon. **Aspectos do trabalho policial**. São Paulo: Edusp, 2003.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. 2ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazaré. **Do patrulhamento ao policiamento a pé**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O papel da polícia no regime democrático**. São Paulo: Mageart, 1996.

FREITAS, Lauro Soares. **Um estudo do planejamento de novos serviços preventivos de segurança pública na Polícia Militar de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). - Escola de Engenharia da UFMG. Minas Gerais. 2003. Disponível em: <<http://www.dep.ufmg.br/pos/defesas/diss094.pdf>> Acesso: 1º mar. 2007.

Introdução a Libras			Código: LET966
<i>Introduction to the Brazilian Sign Language (LIBRAS)</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Letras (DELET)			Unidade acadêmica: ICHS
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 2h

Ementa:

Princípios básicos do funcionamento da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Estrutura linguística em contextos comunicativos. Aspectos peculiares da cultura das pessoas surdas.

Conteúdo programático:

A) Conceitual

- 1) Adquirir conhecimentos básicos de um conjunto lexical envolvendo a variação dialetal da LIBRAS praticada em Minas Gerais;
- 2) Compreender o código gestual do Alfabeto Manual ou escrita manual datilológica e como a mesma é utilizada em situações comunicativas;
- 3) Adquirir noções básicas da organização fonológica da LIBRAS, expressas através dos Parâmetros Fonológicos da LIBRAS;
- 4) Adquirir noções básicas da organização morfossintática da LIBRAS;
- 5) Refletir criticamente sobre a concepção da LIBRAS enquanto língua com status lingüístico equivalente ao das línguas orais;
- 6) Adquirir noções básicas de dialeto, variação dialetal, idioleto, empréstimo lingüístico e regionalismo em LIBRAS.

B) Procedimental

- 1) Desenvolver estratégias de leitura, interação e compreensão de textos sinalizados e registrados em vídeos;
- 2) Desenvolver estratégias de conversação em LIBRAS;
- 3) Desenvolver estratégias de conversação que utilizem o Alfabeto Manual;
- 4) Desenvolver a habilidade de reconhecer e produzir enunciados básicos em situações comunicativas envolvendo as seguintes temáticas: saudação, apresentação, escolaridade, organização espacial e temporal;
- 5) Princípiar o desenvolvimento da habilidade de produção do sentido em LIBRAS;
- 6) Desenvolver estratégias para aprimorar as habilidades gestuais/motoras e visuais.

C) Atitudinal

- 1) Posicionar-se criticamente enquanto discente que compartilha a sala de aula com um profissional surdo na condição de docente e refletir sobre o respeito e valorização dispensada a este profissional às pessoas surdas em geral;
- 2) Refletir criticamente sobre a pessoa surda como sujeito da enunciação;

- 3) Refletir sobre a importância e o valor linguístico, histórico, social e cultural da LIBRAS;
- 4) Refletir criticamente sobre o respeito e valorização dos hábitos, costumes e tradições culturais das pessoas surdas;
- 5) Reconhecer-se como sujeito que está a desenvolver enunciados em uma modalidade de língua gestual-visual, portanto diferente da modalidade oral que é utilizada predominantemente na sociedade.

Bibliografia básica:

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação**. 4ª ed. Brasil: Autores Associadas, 2000.

GESSER, Audrei. **Libras? que língua é essa?:** crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

GOLDFELD, Márcia. **A criança surda:** Linguagem e cognição numa abordagem sócio-interacionista. 2ª ed. Brasil: Plexus, 2002.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete De Libras:** Em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. 7ª ed. Brasil: Mediação, 2015.

QUADROS, Ronice Müller de; KARNOPP, Lodenir Becker. **Língua de sinais brasileira:** estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

SOUZA, Tanya Amara Felipe de. **Libras em Contexto:** livro do estudante/cursista. Programa Nacional de Apoio à Educação do Surdo. MEC/SEESP, 2001.

Bibliografia complementar:

BRITO, Lucinda Ferreira. **Por uma gramática das línguas de sinais**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte. **Dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira**. 2. Ed. São Paulo: Edusp, Imprensa Oficial, 2001.

CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte; MAURICIO, Aline Cristina. **Novo deit-libras:** dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira: baseado em linguística e neurociências cognitivas. 3. ed., rev. e ampl. São Paulo: EDUSP, 2013.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SKLIAR, Carlos. (Org.) **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. 3.ed. Porto Alegre, [RS]: mediação, 2005.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

STROBEL, Karin. **As Imagens do outro sobre a cultura surda**. 2. ed. ver. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STROBEL, Karin Lilian. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. 3. ed. ver. Florianópolis: Ed. UFSC, 2013.

Marketing em organizações sociais			Código: GEP153
<i>Marketing in social organizations</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Introdução ao marketing. Papel do marketing nas organizações. Ambiente, planejamento e estratégia em marketing. Sistema de marketing. Marketing social. Marketing institucional. Marketing para o terceiro setor. Pesquisa de marketing. Organização do <i>marketing</i> social. O sistema de formação e do planejamento do <i>marketing</i> social. Filosofia, papel e impacto do <i>marketing</i> nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Introdução ao marketing. Papel do marketing nas organizações. Ambiente, planejamento e estratégia em marketing. Sistema de marketing. Marketing social. Marketing institucional. Marketing para o terceiro setor.</p> <p>Unidade II</p> <p>Pesquisa de marketing. Organização do <i>marketing</i> social. O sistema de formação e do planejamento do <i>marketing</i> social.</p> <p>Unidade III</p> <p>Filosofia, papel e impacto do <i>marketing</i> nas organizações e na sociedade. Estudo e tendências da comunidade local e regional para definição do interesse público. Estudos e definições sobre a prestação e utilização dos serviços públicos.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia básica:

- BAKER, M. L. **Administração de Marketing**. Rio de Janeiro: Campus, 5ª edição. 2005.
- DIAS; Sérgio Roberto *et al.* **Gestão de Marketing**. São Paulo: Saraiva, 2011. Recurso eletrônico.
- KOTLER, Philip; KARTAJAYA, Hermawan; SETIAWAN, Iwan. **Marketing 4.0: Do tradicional ao digital**. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2017. Recurso digital.
- MANZIONE, S. **Marketing para o terceiro setor**. São Paulo: Novatec Editora, 2006.
- PRINGLE, H.; THOMPSON, M. **Marketing Social**. São Paulo: Makron Books, 2000.

Bibliografia complementar:

- FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing: Teoria e Casos**. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.
- FONTES, M. **Marketing Social revisado: novos paradigmas do mercado social**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.
- KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.
- PINTO, Djalma. **Marketing: política e sociedade**. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.
- LARA, Rodrigo Diniz. **Marketing de Relacionamento do Setor Público: um modelo de gestão da relação entre os cidadãos e a administração pública**. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Centro do Pós-graduação e Pesquisa em Administração, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.
- RENEDO, J.; CARLINI, A. **Marketing Aplicado às ONG's**. Editora Canal Certo, 2007.
- SINA, A.; SOUZA, P. **Marketing social: uma oportunidade para atuar e contribuir socialmente no Terceiro Setor**. Crescente Editorial. 1999.

Marketing na administração pública			Código: GEP154
<i>Marketing in public administration</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Ementa:

Introdução ao marketing. Papel do marketing nas organizações. Organizações, ambiente e marketing. Conceitos de marketing. Marketing na Administração Pública. Marketing social. Marketing estratégico. Implementação do marketing. Comunicação pública e marketing.

Conteúdo programático:

Unidade I

Introdução ao marketing. Papel do marketing nas organizações. Organizações, ambiente e marketing.

Unidade II

Conceitos de marketing. Marketing na Administração Pública. Marketing social. Marketing estratégico.

Unidade III

Implementação do marketing. Comunicação pública e marketing.

Bibliografia básica:

COUTINHO, Marcelo James Vasconcelos. **Administração pública voltada para o cidadão**: quadro teórico-conceitual. Revista do Serviço Público, ano 51, n.3. jul/set. 2000.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação Pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. São Paulo: Atlas, 2009.

FILHO, Alécio Fiel, KANAANE, Roberto, FERREIRA, Maria das Graças. (Orgs.) **Gestão Pública**: Planejamento, Processos, Sistemas de Informação e Pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.

KOTLER, Philip; LEE, Nancy. **Marketing no setor público**: um guia para um desempenho mais eficaz. Porto Alegre: Bookman, 2008.

Bibliografia complementar:

FERRELL, O. C.; HARTLINE, Michael D. **Estratégia de marketing**: Teoria e Casos. 3. ed. São Paulo: Cengage, 2017.

KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. **Princípios de marketing**. 15. ed. São Paulo: Pearson, 2014.

MEIRA, Paulo Ricardo dos Santos, SANTOS, Cristiane Pizzutti dos. Programas de marketing social: proposição e exame de uma estrutura conceitual de avaliação de resultados. **Revista de Administração Pública**. v. 46, n.2, mar/abr. 2012.

PINTO, Djalma. **Marketing**: política e sociedade. São Paulo: Companhia dos livros, 2010.

RODRIGUES, Maria Magdalena Érica Mischán. Marketing de Serviços Públicos. 1981. **Tese**. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo. 1981.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

SANTOS, Moacir José dos; CARNIELLO, Monica Franchi OLIVEIRA, Edson Aparecida de Araújo Querido. Comunicação digital na gestão pública dos municípios da RMVP: acesso à informação, transparência e mecanismos de participação. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**. v.1, n.1. p.67-184. 2013.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; CAPELÃO, Luiz Gonzaga Ferreira. A nova administração pública e o foco no cidadão: burocracia x marketing? **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v.34(2), 2000.

Métodos qualitativos			Código: GEP155
<i>Qualitative methods</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Tipos de pesquisa qualitativa. Características gerais da pesquisa qualitativa em administração. Estratégias de pesquisa qualitativa: bibliográfica, documental, estudo de caso, pesquisa etnográfica, pesquisa-ação. Técnicas de coleta de evidências, dados e informações: observação participante e não participante, questionário, entrevista, grupo focal, análise de conteúdo, análise do discurso, história de vida. Técnicas de análise de dados qualitativos (codificação, categorização e análise de conteúdo). Critérios éticos, de validade e de qualidade em pesquisa qualitativa. Uso de softwares em pesquisa qualitativa.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Tipos de pesquisa qualitativa. Características gerais da pesquisa qualitativa em administração.</p> <p>Unidade II</p> <p>Estratégias de pesquisa qualitativa: bibliográfica, documental, estudo de caso, pesquisa etnográfica, pesquisa-ação.</p> <p>Unidade III</p> <p>Técnicas de coleta de evidências, dados e informações: observação participante e não participante, questionário, entrevista, grupo focal, análise de conteúdo, análise do discurso, história de vida.</p> <p>Unidade IV</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Técnicas de análise de dados qualitativos (codificação, categorização e análise de conteúdo). Unidade V</p> <p>Critérios éticos, de validade e de qualidade em pesquisa qualitativa. Uso de softwares em pesquisa qualitativa.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>FLICK, U. Uma introdução à pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>OLIVEIRA, M.M. Como fazer pesquisa qualitativa. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.</p> <p>VERGARA, S. C. Métodos de pesquisa em administração. São Paulo: Atlas, 2005.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BAUER, M.W.; GASKELL, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O Planejamento da Pesquisa Qualitativa. Porto Alegre, Artmed Bookman, 2006.</p> <p>HAIR JR, J. F. et al. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.</p> <p>MELO, R. B.; GODOI, C. K.; SILVA, A. B. (Orgs.). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>NEVES, José Luis. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. Caderno de Pesquisa em Administração. v. 1, n. 3, São Paulo, 1996.</p>

Métodos quantitativos			Código: GEP156
<i>Quantitative methods</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Introdução aos métodos quantitativos. Relação entre objeto e método. Conceitos fundamentais de probabilidade. Distribuições de probabilidade. Estatística descritiva. Amostragem. Intervalo de confiança. Testes de hipóteses. Estatística não paramétrica. Análise de correlação e regressão linear, múltipla e logística e análise multivariada de dados. Uso de <i>softwares</i> aplicativos e análise de casos aplicados à gestão.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Introdução aos métodos quantitativos. Relação entre objeto e método.</p> <p>Unidade II</p> <p>Conceitos fundamentais de probabilidade. Distribuições de probabilidade. Estatística descritiva. Amostragem. Intervalo de confiança. Testes de hipóteses. Estatística não paramétrica.</p> <p>Unidade III</p> <p>Análise de correlação e regressão linear, múltipla e logística e análise multivariada de dados. Uso de softwares aplicativos e análise de casos aplicados à gestão.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às Ciências Sociais. 7ª Ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.</p> <p>BOTELHO, Delane; ZOUAIN, Deborah Moraes. (Org.). Pesquisa Quantitativa em Administração. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>STEVENSON, W. J. Estatística aplicada à administração. São Paulo: Harbra, 2001.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BUSSAB, Wilton O.; MORETIN, Pedro A. Estatística Básica. 7ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012.</p> <p>CRESWELL, J. W. Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto. 3a. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.</p> <p>GUNTER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão? Psicologia: Teoria e Pesquisa. Mai-ago, 2006, v. 22, n. 2, pp, 201- 210.</p> <p>TRIOLA, M. F. Introdução à Estatística. São Paulo: LTC, 1999.</p> <p>SPIEGEL, Murray R. Estatística. São Paulo. Editora MCGRAW-Hill do Brasil, 1994.</p> <p>TOLEDO, G.L., OVALLE, I.I. Estatística Básica. São Paulo. Atlas, 1985.</p>

Negociação e arbitragem		Código: GEP157	
<i>Negotiation and arbitration</i>		Unidade acadêmica:	
Nome e sigla do departamento:		CEAD	
Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	0h	4h	0h
<p>Ementa:</p> <p>Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; conflito; negociador; objeto; lugar; modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; e <i>feedback</i>. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Introdução à Mediação e arbitragem. Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios. Conflito. Negociador; objeto; lugar; modelos e estilos. Desenvolvimento da negociação e <i>feedback</i>.</p> <p>Unidade II</p> <p>Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual. Conceito relacionados a arbitragem. A convenção e os tipos de arbitragem. O árbitro e a sentença arbitral. Arbitragem internacional.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CARVALHAL, Eugenio do; ANDRADE, Gersem Martins de; ARAÚJO, João Vieira de; KNUST, Marcelo. Negociação e administração de conflitos. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.</p> <p>FICHTNER, José Antônio; MANNHEIMER, Sérgio Nelson. Novos temas de arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.</p> <p>SPENGLER, Fabiana Marion; SPENGLER NETO, Theobaldo (org.). Mediação, conciliação e arbitragem. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2016.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BARCELLA, Roberto Portugal. Mediação e Arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2016.</p> <p>CAHALI, Francisco José. Curso de arbitragem: mediação, conciliação, Resolução CNJ 125/2010. São Paulo: RT, 2011.</p> <p>HIRATA, Renato H. Estilos de negociação: as oito competências vencedoras. São Paulo: Saraiva, 2007.</p> <p>LEITE, Jaci Corrêa. Negociação. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.</p> <p>SALLES, Carlos Alberto de; LORENCINI, Marco Antônio Garcia Lopes; SILVA, Paulo Eduardo Alves de (coord.). Negociação, Mediação e Arbitragem. 2. ed. São Paulo: Editora Método, 2012.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

SCAVONE JUNIOR, Luiz Antônio. **Manual de Arbitragem: Mediação e Conciliação**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016.

Planejamento governamental			Código: GEP158
<i>Government planning</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico. Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social. Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de indicadores sociais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Conceitos básicos, origens e tipos de planejamento. Modelos, metodologias e instrumentos de planejamento governamental. Experiências nacionais de planejamento e desenvolvimento econômico.</p> <p>Unidade II</p> <p>Planejamento e estado no Brasil: trajetória histórica, planos nacionais, problemas e questões atuais. Experiências de planejamento governamental nos níveis estadual e municipal. Planejamento e participação social.</p> <p>Unidade III</p> <p>Monitoramento e avaliação de políticas públicas, planos e programas governamentais. Elaboração de Indicadores Sociais.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia básica:

CARDOSO JR., José Celso (org.). **A reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil**. Brasília: IPEA, 2011. Série Diálogos para o Desenvolvimento, v. 4. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvol04.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

GIACOMONI, James; PAGNUSSAT, José Luiz (org.). **Planejamento e Orçamento governamental**. Brasília: ENAP, 2006. v.1. Disponível em: <<http://repositorio.enap.gov.br/handle/1/213>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

Bibliografia complementar:

BANCO MUNDIAL. **Monitorização e avaliação**: algumas ferramentas, métodos e abordagens. Washington, 2004.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Brasília: MEPF/INCRA/IICA, 1999.

KON, Anita. **Planejamento no Brasil II**. São Paulo: Perspectiva, 1999.

MARTÍNEZ, Luisa María. La Planificación en el Siglo XXI: **Desafíos Institucionales y Claves para un Nuevo Enfoque**. In: CONFERENCIA IBEROAMERICANA DE MINISTRAS Y MINISTROS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y REFORMA DEL ESTADO, XV, 27-28 jun. 2013, Panamá. **Documento aprobado**. Panamá: CLAD/MEF, 2013. Disponível em: <<http://old.clad.org/documentos/otros-documentos/La%20Planificacion%20del%20Siglo%20XXI.pdf>>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.

Política brasileira <i>Brazilian politics</i>			Código: GEP159
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h

Ementa:

Conceitos Básicos: Poder, instituição, instituição pública e Instituição Política. Determinantes históricos da política brasileira: cultura política, instituições políticas, relações sociais e padrões de interação entre os agentes. Mandonismo, coronelismo, clientelismo, populismo, autoritarismo. Corporativismo e patrimonialismo. Estruturas sociais e sua relação com a política nacional. Regimes políticos, sistemas políticos e estruturas de poder. Comportamento político. Partidos políticos, sindicatos e Forças Armadas. Os condicionantes externos da política nacional. A nova democracia brasileira.

Conteúdo programático:

Unidade I

Conceitos Básicos: poder, instituição, instituição pública e instituição Política.

Unidade II

Determinantes históricos da política brasileira: cultura política, instituições políticas, relações sociais e padrões de interação entre os agentes. Mandonismo, coronelismo, clientelismo, populismo, autoritarismo. Corporativismo e patrimonialismo.

Unidade III

Estruturas sociais e sua relação com a política nacional. Regimes políticos, sistemas políticos e estruturas de poder.

Unidade IV

Comportamento político. Partidos Políticos, Sindicatos e Forças Armadas. Os condicionantes externos da política nacional. A nova democracia brasileira.

Bibliografia básica:

ANASTASIA, Fatima; RANULFO, Carlos. **Brasil: duas décadas de democracia**. Revista de Ciência Política. v. 29, n. 2, 2009.

BRAGA, Maria do S. **Eleições e democracia no Brasil**. RBCP. n. 4, 2010.

COMPARATO, Fábio K. Prefácio. In FAORO, Raymundo. **A república inacabada**. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2007.

PALERMO, Vicente. **Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo**. Dados. v. 43, n. 3, 2000.

RICUPERO, Bernardo. **Sete lições sobre as interpretações do Brasil**; São Paulo: Alameda, 2008.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

BRUHNS, Hinnerk. **O conceito de patrimonialismo e suas interpretações contemporâneas**. Revista Estudos Políticos. n. 4, 2012.

COSTA, Neusa Meirelles. Poder Local e Populismo. In: MELLO, José Marques coord. **Populismo e Comunicação**. 1ª edição. São Paulo: Editora Cortez, 1981.

FERNANDES, Luis. **Democracia e pluralismo: a reforma política no Brasil**. Rio de Janeiro: Faperj, 2002.

LAFER, Celso. **O sistema político brasileiro estrutura e processo**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

NICOLAU, Jairo M. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.

PALERMO, Vicente. **Como se governa o Brasil? O debate sobre instituições políticas e gestão de governo**. Dados. v. 43, n. 3, 2000.

REZENDE, Maria J. **A lógica autoritária do regime militar e os cálculos para controlar a democratização**. RBCP, n. 5, 2011.

Políticas governamentais aplicadas ao agronegócio <i>Government policies applied to agribusiness</i>			Código: GEP160
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Introdução ao agronegócio. O papel da agricultura para o desenvolvimento econômico e social. Políticas públicas direcionadas para o agronegócio. Produção agrícola, alimentação e mercado. Agricultura familiar e mercado. Questões contemporâneas sobre agricultura e sociedade.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Introdução ao agronegócio. O papel da agricultura para o desenvolvimento econômico e social.</p> <p>Unidade II</p> <p>Políticas públicas direcionadas para o agronegócio. Produção agrícola, alimentação e mercado. Agricultura familiar e mercado.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Unidade III</p> <p>Questões contemporâneas sobre agricultura e sociedade.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BACHA, C. J. C. Economia e política agrícola no Brasil. São Paulo: Atlas, 2004. 226p.</p> <p>BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001.</p> <p>LEITE, S. P. Políticas públicas e agricultura no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.</p> <p>NEVES, M. F.; ZILBERSZTAJN, D.; NEVES, E. M. Agronegócio no Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005. 152p.</p> <p>TONNEAU, J. P., SABOURIN, E. Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais - ensinamentos a partir de casos. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BATALHA, M. O. (Coord.). Gestão do agronegócio. São Carlos: Ed UFSCAR, 2005. 465p.</p> <p>PAULILLO, L. F.; ALVES, F. (Orgs.). Reestruturação agroindustrial: políticas públicas e segurança alimentar regional. São Carlos: Ed. UFSCAR, 2002.</p> <p>SCHNEIDER, S. A diversidade da agricultura familiar. São Carlos: Editora da UFRGS, 2006.</p> <p>SCHNEIDER, S.; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. Políticas públicas e participação social no Brasil rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.</p> <p>ZUIN, L. F.; QUEIROZ, T. R. (Coords.). Agronegócios: gestão e inovação. São Paulo: Saraiva, 2006.</p> <p>ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Orgs.). Economia e gestão dos negócios agroalimentares. São Paulo: Pioneira, 2000. 428p.</p>

Redação oficial		Código: GEP161	
<i>Government writing</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)		Unidade acadêmica: CEAD	
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Ementa:</p> <p>Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.</p>
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>As características do texto administrativo.</p> <p>Unidade II</p> <p>A linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Manual de Redação. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2004.</p> <p>BRASIL. Presidência da República. Manual de redação da Presidência da República. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.</p> <p>GOLD, Miriam. Redação Empresarial. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BLIKSTEIN, Izidoro. Técnicas de comunicação escrita. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2016.</p> <p>BUSUTH, Mariangela Ferreira. Redação Técnica Empresarial. 2. ed. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010.</p> <p>LEDUR, Paulo Flávio. Manual de Redação oficial. 1. ed. Porto Alegre: AGE, 2014.</p> <p>MEDEIROS, João Bosco. Correspondência: técnicas de comunicação criativa. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Administração. Diretoria de Patrimônio e documentação. Padronização e redação dos atos oficiais. 2. ed. rev. e atual. Florianópolis: SEA, 2013.</p>

Relações internacionais			Código: GEP162
<i>International relations</i>			
Nome e sigla do departamento:			Unidade acadêmica:
Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			CEAD
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	0h	4h	0h
<p>Ementa:</p> <p>Sistema internacional, equilíbrio do poder e poderes emergentes. Teorias da cooperação internacional. Cooperação para o desenvolvimento. Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional. Cooperação sul-sul. A experiência do Brasil com a cooperação para o desenvolvimento. Cooperação internacional em estados e municípios. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica para o desenvolvimento: projetos, indicadores, acordos e matriz lógica.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Teorias da cooperação internacional. Desenvolvimento e cooperação</p> <p>Unidade II</p> <p>Modelos e experiências de cooperação internacional. Atores e agendas da cooperação internacional.</p> <p>Unidade III</p> <p>Cooperação internacional: papel do Brasil. Desafios, limites e possibilidades da cooperação técnica internacional. Instrumentos da cooperação técnica internacional: projetos, acordos e indicadores</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>RICÚPERO, Rubens. A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016. Rio de Janeiro: Versal, 2017.</p> <p>RODRIGUES, Gilberto Marcos Antônio. O que são relações internacionais. São Paulo: Brasiliense, 2012.</p> <p>ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). Cidades em relações internacionais. São Paulo: Desatino, 2009.</p> <p>SEITENFUS, Ricardo. Manual das organizações internacionais. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.</p> <p>VIZENTINI, Paulo Fagundes. Relações exteriores do Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org.). 30 anos da ABC: Visões da Cooperação Técnica Internacional Brasileira. Brasília: FUNAG, 2017. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/1193-30-anos-ABC_05_05_V_7.pdf>. Acesso em: 22 de janeiro de 2020.</p>			

DIAS, Reinaldo. **Relações internacionais: introdução ao estudo da sociedade internacional global**. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. **Introdução às relações internacionais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LESSA, Antônio Carlos; VIDIGAL, Carlos Eduardo; DORATIOTO, Francisco; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. **História das relações internacionais do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (org.). **Cidades em relações internacionais**. São Paulo: Desatino, 2009.

SARAIVA, José Flávio Sombra. **História das relações internacionais contemporâneas: da sociedade internacional do século XIX a era da globalização**. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). **Dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

Responsabilidade social e terceiro setor			Código: GEP163
<i>Social responsibility and the third sector</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
Ementa: Gestão de projetos sociais. Responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. Terceiro setor: marcos legais e certificações.			
Conteúdo programático: Unidade I Gestão de projetos sociais: concepções e histórico. Unidade II A responsabilidade social: parcerias e empreendedorismo social. O terceiro setor: marcos legais e certificações.			
Bibliografia básica:			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

CABRAL, Eloisa Helena de. **Terceiro setor: gestão e controle social**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LACRUZ, Adonai José. **Gestão de projetos no terceiro setor: uma aplicação prática**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

TACHIZAWA, Takeshy. **Organizações Não Governamentais e Terceiro Setor**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia complementar:

ALBUQUERQUE, Antônio Carlos Carneiro de. **Terceiro setor: História e gestão de organizações**. São Paulo: Summus, 2006.

DRUCKER, Peter F. **Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo: Pioneira, 1994.

QUINTEIRO, Eudósia Acuña (org.). **Um sensível olhar sobre terceiro setor**. São Paulo: Summus, 2006.

SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

ZARPELON, Márcio Ivanor. **Gestão e responsabilidade social**. São Paulo: Qualitymark, 2011.

Sociologia da cultura			Código: CSO009
<i>Sociology of culture</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Ciências Sociais (DECSO)			Unidade acadêmica: ICSA
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Abordagens clássicas e contemporâneas da Sociologia da cultura, evidenciando os processos de reprodução e de transformação das sociedades. Estudos de subáreas específicas da sociologia da cultura para levantar as possibilidades de reflexão dentro deste vasto campo de estudos.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>A cultura nas abordagens clássicas.</p> <p>Unidade II</p>			

Conceitos fundamentais da sociologia da cultura.

Unidade III

Cultura e sociedade.

Unidade IV

Cultura e modernização.

Unidade V

Cultura e arte.

Unidade VI

Estudos de sociologia da cultura.

Bibliografia básica:

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas.** 5. ed. São Paulo, Perspectiva, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1978.

LAHIRE, Bernard. **A cultura dos indivíduos.** São Paulo, Artmed, 2006.

Bibliografia complementar:

BENJAMIN, Walter Benjamin. **Obras escolhidas – Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa.** 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador.** 2 vols., Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1996.

WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. **Ensaio de sociologia.** 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

WEBER, Max. **A Ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Sociologia digital

Digital sociology

Código: GEP164

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Tecnologias e mudança social. A sociedade da informação. Tecnologias e ação social. Relações sociais e tecnologias digitais. Práticas e instituições sociais na era digital. Ação coletiva e internet. Desigualdade social e inclusão digital. Poder nas sociedades informacionais.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I Inovações tecnológicas e mudança social.</p> <p>Unidade II Comportamento social e novas tecnologias.</p> <p>Unidade III Mobilização e comunicação nas mídias sociais.</p> <p>Unidade IV Desafios da sociedade digital.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra 2010.</p> <p>GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan H. Teoria social hoje. São Paulo: Ed. UNESP 1999.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Vigilância líquida diálogos com David Lyon. Rio de Janeiro: Zahar, c2014.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.</p> <p>MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. @internet e #rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre, [RS]: Sulina, 2013.</p> <p>PARISER, Eli. O filtro invisível: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro (RJ): Zahar, 2012.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

RÜDIGER, Francisco. **Introdução às teorias da cibercultura**: tecnocracia, humanismo e crítica no pensamento contemporâneo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

MAIGRET, Éric. **Sociologia da comunicação e das mídias**. São Paulo: SENAC, 2010.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois?** uma teoria crítica das novas mídias. Porto Alegre: Sulina, 2007.

Sociologia do conhecimento <i>Sociology of Knowledge</i>			Código: CSO010
Nome e sigla do departamento: Departamento de Ciências Sociais (DECSO)			Unidade acadêmica: ICSA
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>O conhecimento como fenômeno sociológico. As principais abordagens da sociologia do conhecimento. Impasses metodológicos.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I A sociologia e o conhecimento da vida cotidiana.</p> <p>Unidade II A sociologia da ciência. 1. A sociologia da ciência de Merton. 2. Bourdieu e a sociologia dos campos científicos. 3. T. Kuhn e as Comunidades Científicas.</p> <p>Unidade III A nova sociologia do conhecimento.</p> <p>Unidade IV O Programa Forte de Sociologia do Conhecimento.</p> <p>Unidade V Técnica, tecnologia e Sociedade.</p> <p>Unidade VI</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

<p>Bruno Latour e os estudos sociais da ciência e da tecnologia.</p> <p>Unidade VII</p> <p>Ciência, políticas públicas e participação.</p> <p>Unidade VIII</p> <p>Sociologia dos intelectuais.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BERGER, P.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2002.</p> <p>BOUDON, Raymond. Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.</p> <p>BOURDIEU, Pierre. Para uma sociologia da ciência. Lisboa: Ed. 70, 2001.</p> <p>BURKE, Peter. A história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot. 1. ed.-. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.</p> <p>MANNHEIM, Karl; MILLS, C. Wright; MERTON, Robert King. Sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar 1967.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e ambivalência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, c1999.</p> <p>BAUMAN, Zygmunt. Legisladores e intérpretes sobre modernidade, pós-modernidade e intelectuais. 1. ed.-. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.</p> <p>BERLIN, Isaiah. A Força das ideias. Companhia da Letras. São Paulo. 2005.</p> <p>ELIAS, Norbert. Sociologia do conhecimento: novas perspectivas. Sociedade e Estado, Brasília, v. 23, n. 3, p. 515-554, set./dez. 2008.</p> <p>ELIAS, Norbert. Envolvimento e alienação. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1998.</p> <p>LATOUR, Bruno. Ciência em Ação: Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: UNESP, 2000.</p> <p>WEBER, Max; GERTH, Hans Heinrich; MILLS, C. Wright. Ensaio de sociologia. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.</p>

Sociologia urbana		Código: CSO006	
<i>Urban sociology</i>		Unidade acadêmica:	
Nome e sigla do departamento: Departamento de Ciências Sociais (DECSO)		ICSA	
Carga horária semestral	Carga horária extensionista	Carga horária semanal teórica	Carga horária semanal prática

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

60h	0h	4h	0h
<p>Ementa:</p> <p>Cidade e modernidade. As relações entre metrópole, vida social e economia monetária e alguns de seus efeitos sobre o comportamento humano no meio urbano. A metrópole em movimento: (re)estruturação e (re)organização socioespacial. Vida social na metrópole: experiências e conceituações.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>A cidade e o desenvolvimento da moderna economia ocidental.</p> <p>Unidade II</p> <p>A cidade grande e moderna - economia monetária, comportamentos e estilos de vida.</p> <p>Unidade III</p> <p>A metrópole em movimento ou o equilíbrio instável das cidades grandes.</p> <p>Unidade IV</p> <p>Experiências e conceituações: apropriações e análises sobre lugares e espaços da metrópole.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.</p> <p>BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.</p> <p>CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994, v1.</p> <p>VELHO, Otavio Guilherme. O fenômeno urbano. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.</p> <p>WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: UNB, 1999, v2.</p>			
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BENJAMIN, Walter. Passagens. Edição alemã de Rolf Tiedemann. Organização da edição brasileira Willi Bolle. 1ª Reimpressão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial de Estado de São Paulo, 2007.</p> <p>CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 1994, v2.</p> <p>CHOAY, Françoise. O urbanismo: utopias e realidades: uma antologia. São Paulo: Perspectiva, 1979.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

DAMATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

SIMMEL, Georg; MORAES FILHO, Evaristo de. (Org.) **Georg Simmel: sociologia**. São Paulo: Ática 1983.

WAIZBORT, Leopoldo. **As aventuras de Georg Simmel**. 2. ed. São Paulo: Ed. 34, 2006.

Termos de parceria, PPPs e outras formas de correalização do interesse coletivo			Código: GEP165
<i>Partnership Terms, PPPs and other ways of correalization of collective interest</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>Concepções de Estado e Sociedade Civil. Discussões contemporâneas sobre o conceito de “público”. Termos de parceria. Parcerias público-privadas (PPPs). Efetividade das relações público-privada. Modelos de gestão e parcerias na administração pública: privatização, descentralização, franquias públicas, terceirização, convênio, consórcio público.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>Concepções de Estado e sociedade civil. Discussões contemporâneas sobre o conceito de “público”.</p> <p>Unidade II</p> <p>Termos de parceria. Parcerias público-privadas (PPPs). Efetividade das relações Público-Privada. Modelos de gestão e parcerias na administração pública: privatização, descentralização, franquias públicas, terceirização, convênio, consórcio público.</p>			
<p>Bibliografia básica:</p> <p>DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Parcerias na Administração Pública. Concessão, Permissão, Franquia, Terceirização, Parceria Público-privada e outras formas. São Paulo: Atlas, 2006.</p>			

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

GUIMARÃES, Fernando Vernalha. **Parceria Público-Privada**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

KALIL, Marcus Vinicius Alcântara. **Estado subsidiário, privatizações e parcerias público-privadas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

SUNDFELD, Carlos Ari (Coord.). **Parcerias público-privadas**. São Paulo: Malheiros, 2005.

Bibliografia complementar:

ARAGÃO, Joaquim et al. **Parcerias sociais para o desenvolvimento nacional e fatores críticos para o seu sucesso**. Natal: EDUFRN, 2004.

FERRAZ, Luciano. Parcerias público-público: contrato de programa e execução de serviços públicos municipais por entidade da administração indireta estadual. **Revista Eletrônica de Direito Administrativo Econômico (REDAE)**, Salvador, n. 10, maio/jul. 2007. Disponível em <<http://www.direitodoestado.com.br/redae.asp>>. Acessado em: 22 de janeiro de 2020.

OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. **Administração Pública, Concessões e Terceiro Setor**. 3.ed. São Paulo: Método, 2015.

PINTO E NETTO, Luísa Cristina. **A Contratualização da Função Pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

PIRES, Maria Coeli Simões; BARBOSA, Maria Eliza Braz. (Coord.) **Consórcios Públicos Instrumento do Federalismo Cooperativo**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

SILVA, Marco Aurélio de Barcelos. Concessão de empreendimentos e contratualização da gestão pública no Brasil: a nova abrangência do regime de concessões no direito administrativo e o marco legal das parcerias público-privadas. **Dissertação** (Mestrado em Direito). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Universidade Federal de Minas Gerais. 2009.

SOUTO, Marcos Juruena Villela. **Direito Administrativo das parcerias**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

Territórios e sujeitos <i>Territories and social agents</i>			Código: CSO012
Nome e sigla do departamento: Departamento de Ciências Sociais (DECSO)			Unidade acadêmica: ICSA
Carga horária semestral 60h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 4h	Carga horária semanal prática 0h

Ementa:

Aspectos teóricos, conceituais e práticos vinculados aos processos de construção social do espaço, nos contextos da modernidade e da pós-modernidade, postos em perspectiva em suas dimensões históricas, políticas, econômicas e culturais.

Conteúdo programático:

Unidade I

Fundamentação teórica: Materialidade e representação. Historicidade e espacialidade. Modernidade, pós-modernidade e globalização. Construção política do espaço. Capital e espaço.

Unidade II

Definições conceituais.

2.1. Territórios e territorialidades: Espaço, atores e poder. A construção social do espaço: dimensão política, econômica e cultural. A construção do espaço político na modernidade e o Estado-Nação. As múltiplas formas culturais de organização do espaço. Territorialidades.

2.2. Sujeitos: Identidades, cultura, representação e pertencimento. Construção de categorias sociais em relação aos territórios (povos tradicionais, categorias econômicas, distinções jurídico-legais e o reconhecimento pelo Estado). Múltiplos sujeitos, múltiplos sentidos e relações de poder na disputa territorial.

Unidade III

Problemas práticos.

3.1. Deslocamentos, fluxos e fronteiras.

3.2. Construção política e apropriação do espaço. Homogeneização e resistência. Conflitos e pertencimento.

3.3. Projetos econômicos, desenvolvimento e direitos territoriais.

Bibliografia básica:

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: As consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1999.

BOURDIEU, Pierre. “A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região”. In: Bourdieu, P. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Bibliografia complementar:

FOUCAULT, M. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau, 2002.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano: a arte de fazer**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2000, 2v.

FEATHERSTONE, Mike. **Cultura de Consumo e Pós-Modernismo**. São Paulo: Studio Nobel, 1995.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Editora Record, 2001.

Tópicos especiais em gestão municipal			Código: GEP166
<i>Advanced topics in municipal management</i>			
Nome e sigla do departamento: Departamento de Gestão Pública (DEGEP)			Unidade acadêmica: CEAD
Carga horária semestral 30h	Carga horária extensionista 0h	Carga horária semanal teórica 2h	Carga horária semanal prática 0h
<p>Ementa:</p> <p>O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano. O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O Plano Diretor municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do poder local e da sociedade civil.</p>			
<p>Conteúdo programático:</p> <p>Unidade I</p> <p>O fenômeno urbanização na contemporaneidade: evolução histórica, dinâmica de formação e transformação do espaço municipal/metropolitano.</p> <p>Unidade II</p> <p>O marco legal e instrumentos para o planejamento e gestão municipal. O plano diretor municipal. Financiamento do gasto público municipal. Responsabilidades do poder local e da sociedade civil.</p>			

Bibliografia básica:

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local**. Imperatriz, MA: Ética, 2016.

GONÇALVES, Marcos Flávio R. (coord.). **Manual do Prefeito**. Rio de Janeiro: IBAM, 2016.

VELOSO, João Francisco Alves; MONASTERIO, Leonardo Monteiro; VIEIRA, Roberta da Silva; MIRANDA, Rogério Boueri (org.). **Gestão Municipal no Brasil: um retrato das prefeituras**. Brasília: IPEA, 2011.

Bibliografia complementar:

ANDRADE, Nilton de Aquino (org.). **Planejamento Governamental para Municípios: Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

BRASIL. Presidência da República. **Guia Básico para a Gestão dos Municípios**. Brasília: MP, 2008.

FERRAZ, Luciano. **Direito Municipal Aplicado**. Editora Fórum, 2009.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. Malheiros, 2014.

PINHEIRO, Otilie Macedo (coord.). **Acesso à terra urbanizada: implementação de planos diretores e regularização fundiária plena**. Florianópolis: UFSC; Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: FAPESP: Nobel, 2016.

22.2. Anexo B – Regulamento do Estágio Supervisionado

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO NA MODALIDADE PRESENCIAL, DO CEAD/UFOP.

Regulamento do estágio supervisionado do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial, do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O estágio supervisionado é uma atividade estruturada estabelecida nas disposições constantes da Lei nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio), e na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) Nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado.

Art. 2º. O estágio supervisionado é um procedimento curricular obrigatório de natureza pedagógica que visa proporcionar formação complementar integrando teoria e prática, ações de ensino, pesquisa, extensão e atividades acadêmico-culturais e sociais inerentes ao curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, do CEAD/UFOP.

Parágrafo 1º: O estágio supervisionado pode ser classificado em dois tipos:

- I. Estágio supervisionado obrigatório: Estágio, curricular, no qual o(a) discente deve cumprir, obrigatoriamente, a carga horária total mínima de 180 (cento e oitenta) horas, conforme disposto no Artigo 18º.
- II. Estágio supervisionado não obrigatório. Estágio complementar, considerado opcional, no qual a carga horária realizada não é considerada para o cumprimento das exigências do estágio supervisionado curricular, conforme disposto no Artigo 18º. Podendo, essas

horas, serem acrescidas à carga horária do estágio supervisionado obrigatório, desde que esse último já tenha sido concluído.

Parágrafo 2º. Os estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório estão regidos por essa regulamentação.

Art. 3º. A orientação do estágio será exercida por um(a) docente orientador(a), obrigatoriamente, do Departamento de Gestão Pública (DEGEP), definido em assembleia departamental.

Art. 4º. São objetivos do estágio:

- I. Oportunizar ao(à) discente o contato com a prática da administração, proporcionando-lhe oportunidade de confrontar as teorias estudadas com as práticas administrativas existentes e oferecendo-lhe oportunidades de executar tarefas relacionadas com sua área de interesse.
- II. Contribuir na preparação do(a) discente para o início de suas atividades profissionais, oportunizando a execução de tarefas relacionadas com sua área de interesse.
- III. Complementar a formação do(a) discente através do desenvolvimento de habilidades relacionadas com o seu campo de atuação profissional.
- IV. Promover a integração dos(as) discentes do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, da UFOP com a comunidade local e regional, onde o(a) discente estiver inserido(a).
- V. Cumprir a responsabilidade social, inerente à atividade da formação de mão-de-obra especializada para atender a demanda do mercado.
- VI. Incentivar a ação voluntária.

Art. 5º. O estágio supervisionado obrigatório possui carga horária total mínima de 180 (cento e oitenta) horas, podendo ser realizada em um ou mais estágios, desde que respeitada a carga horária mínima de 60 (sessenta) horas para cada um deles.

II. DOS PRÉ-REQUISITOS

Art. 6º. O(a) discente estará apto(a) a iniciar o estágio curricular supervisionado (obrigatório) após integralizar 1.200 (mil e duzentas) horas de curso.

Art. 7º. O(a) discente estará apto(a) a iniciar o estágio supervisionado não obrigatório após integralizar 360 (trezentos e sessenta) horas de curso.

III. DA INSTITUIÇÃO CONCEDENTE

Art. 8º. O local de estágio é de livre escolha do(a) discente, desde que realize em uma das instituições concedentes indicadas no Art. 9º.

Parágrafo único: O(a) discente poderá realizar estágio no local de trabalho, desde que em área distinta daquela em que atua profissional e regularmente, quando atendida a norma do Art. 9º.

Art. 9º. Os estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório poderão ser realizados em uma das seguintes instituições concedentes:

- I. Nas instituições da administração pública direta: união federal, estado-membro e municípios.
- II. Nos órgãos da administração pública indireta: autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedade de economia mista e agências reguladoras.
- III. No terceiro setor: Organizações não Governamentais (ONGS), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e fundações privadas.
- IV. Nas paraestatais: Serviço Social do Comércio (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).
- V. Na iniciativa privada: concessionários e permissionários de serviços públicos.
- VI. Na própria instituição de ensino, desde que seja em setores que congreguem as áreas de atuação do profissional do campo de administração pública.

Parágrafo 1º. Para a realização dos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório, em instituição da iniciativa privada não enquadrada na definição do inciso V, será necessária a

manifestação prévia do(a) orientador(a), que verificará a pertinência do estágio em razão da atividade desenvolvida pela empresa.

Parágrafo 2º. A instituição concedente indicará um(a) profissional capacitado(a), doravante denominado ‘supervisor(a) de estágio’, preferencialmente ligado(a) à área de administração pública, para supervisionar e acompanhar as atividades do(a) estagiário(a) na instituição

Art. 10º. As instituições concedentes deverão atender aos seguintes requisitos para a realização dos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório:

- I. Propiciar condições que satisfaçam os objetivos do estágio.
- II. Possuir em seu quadro de pessoal profissional capacitado(a), preferencialmente ligado(a) à área de administração pública ou que possa supervisionar e orientar as atividades do(a) discente na organização.
- III. Dispor-se a colaborar com o CEAD/UFOP no acompanhamento e supervisão do estágio.

Art. 11º. O(a) discente poderá realizar o estágio conciliando, simultaneamente, estágio e emprego, desde que o(a) discente esteja realizando o estágio supervisionado obrigatório.

Parágrafo único: Nesse caso as seguintes situações estão previstas:

- I. Quando o(a) discente é funcionário em uma instituição e estagiário em outra. O estágio será possível desde que os horários de atuação não sejam conflitantes, incluindo nessa agenda de horários as atividades escolares, conforme calendário acadêmico, e que a carga horária de trabalho não exceda o limite de horas de estágio estabelecido pela legislação trabalhista vigente.
- II. Quando o(a) discente é funcionário(a) e estagiário(a) na mesma instituição. O estágio será possível desde que seja realizado em área distinta daquela que o(a) discente atua profissional e regularmente, distinguindo os horários de atuação e sem proporcionar conflitos com o horário escolar. Nesse caso, o(a) discente deve incluir na documentação do estágio uma declaração assinada por ele(a), pelo(a) supervisor(a) do trabalho e pelo(a) supervisor(a) do estágio.

Art. 12º. A carga horária do estágio não poderá ser superior a 06 (seis) horas por dia e 30 (trinta) horas por semana.

Parágrafo único. As atividades e a carga horária do estágio não poderão interferir no desempenho acadêmico do(a) discente.

IV. DO PROCESSO DE ESTÁGIO

Art. 13º Para a realização dos estágios supervisionados obrigatório e não obrigatório é fundamental que o(a) discente siga as seguintes etapas:

- I. Definição da instituição concedente.
- II. Formalização do estágio junto ao(à) orientador(a) e à Coordenadoria de Estágio da Pro-reitoria de Graduação (CEST/PROGRAD).
- III. Desenvolvimento e supervisão do estágio.
- IV. Finalização e avaliação.

Parágrafo 1º: As etapas de realização do estágio envolvem as seguintes documentações:

I. Termo de Compromisso de Estágio (TCE)

O termo de compromisso é um documento obrigatório por meio do qual se estabelece a formalização do estágio supervisionado obrigatório ou complementar, além de definir as normas referentes à realização do estágio representando o acordo formal entre a instituição concedente, o(a) discente e a UFOP. Esse termo de compromisso deve ser assinado pela instituição concedente, pela UFOP e pelo(a) discente que realizará o estágio.

II. Plano de Atividades de Estágio (PAE)

O plano de atividades de estágio é um documento obrigatório por meio do qual é apresentado o planejamento das atividades que serão desenvolvidas pelo(a) discente durante o período de realização do estágio. O PAE deve ser assinado pela instituição concedente, pela UFOP e pelo(a) discente que realizará o estágio.

III. Relatório de Avaliação de Estágio (RAE)

O relatório de avaliação do estágio (RAE) é um documento obrigatório por meio do qual o(a) supervisor(a) do estágio, da instituição concedente, apresenta sua avaliação e considerações finais sobre as atividades desempenhadas pelo(a) estagiário(a) durante o período do estágio. Esse relatório de avaliação deve ser devidamente preenchido e assinado pelo(a) supervisor(a) do estágio na instituição concedente.

IV. Relatório Final de Estágio (RFE)

O Relatório Final de Estágio (RFE) é um documento obrigatório por meio do qual o(a) discente relata a sua experiência, atividades executadas e os conhecimentos adquiridos durante o período do estágio. O RFE deve ser entregue ao(à) orientador(a) do estágio.

Parágrafo 2º. Os modelos dos documentos apresentados no Art. 13º, parágrafo 1º, estão disponíveis nos sites da CEST/PROGRAD e do CEAD e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 3º. Se a instituição concedente do estágio ou o agente de integração exigirem documentos padrões confeccionados por tais, o(a) discente poderá utilizar esses modelos em detrimento dos documentos padrões da UFOP, desde que aprovados pela CEST/PROGRAD após análise dos documentos preenchidos.

V. DA FORMALIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 14º. Para iniciar a formalização do estágio, o(a) discente estagiário(a), junto à instituição concedente do estágio, deverá preencher, assinar e encaminhar o Plano de Atividades de Estágio (PAE) ao(à) docente orientador(a) para análise e julgamento.

Parágrafo 1º. O PAE deve ser entregue para o(a) orientador(a), no formato digital, através do ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 2º. O PAE deve ser entregue ao(à) orientador(a) com data anterior à data de início do estágio, considerando que o(a) orientador(a) precisará analisar o PAE apresentado.

Parágrafo 3º. O(a) docente orientador(a) do estágio terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a confirmação de recebimento do PAE, para analisar, julgar e apresentar o resultado do seu parecer sobre esse plano para o(a) discente estagiário(a).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Parágrafo 4º. O(a) docente orientador(a) poderá deferir ou indeferir o PAE apresentado pelo(a) discente.

- I. Deferimento: o(a) orientador(a) do estágio aprova o PAE apresentado pelo(a) discente, que, por sua vez, deverá dar continuidade à formalização do estágio por meio da entrega dos demais documentos.
- II. Indeferimento: o(a) orientador(a) do estágio indefere o PAE apresentado pelo(a) discente. Nesse caso, o(a) orientador(a) precisará apresentar a justificativa para o indeferimento. Podendo, nesse caso, solicitar ajustes para que o estágio se torne adequado ou indeferir integralmente o plano. Ao indeferir integralmente o PAE, será recomendado(a) ao(à) discente a realização de um novo estágio.

Parágrafo 5º. Em caso de ajustes do PAE, o(a) discente deverá atender às recomendações apresentadas pelo(a) orientador(a) e apresentar um novo plano em um prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data de recebimento do parecer de indeferimento do(a) orientador(a).

Art. 15º. Após a aprovação do PAE pelo(a) orientador(a), o(a) discente estagiário(a) deverá preencher o Termo de Compromisso de Estágio (TCE) em 03 (três) vias e anexar o PAE em cada uma das vias do TCE.

Parágrafo 1º: As 03 (três) vias do TCE e PAE devem ser enviados, no formato impresso, para a CEST/PROGRAD no seguinte endereço:

Universidade Federal de Ouro Preto
Coordenadoria de Estágio / PROGRAD
Campus Morro do Cruzeiro s/nº, Bauxita
Ouro Preto-MG
CEP: 35400-000

Parágrafo 2º. Quando o estágio for intermediado por agente de integração (exemplos: CIEE, IEL, NUBE, FUNDAP, etc.) o(a) discente deverá enviar, no formato impresso, 4 (quatro) vias do TCE e PAE.

Parágrafo 3º. Uma cópia, no formato digital, do TCE e do PAE deve ser entregue, para o(a) orientador(a), no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 4º. Para fins de estágio supervisionado obrigatório, o TCE deve seguir o modelo, do termo de compromisso de estágio obrigatório, disponibilizado pela CEST/PROGRAD, disponível no site da PROGRAD e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 5º. Para fins de estágio supervisionado não obrigatório, o TCE deve seguir o modelo do termo de compromisso de estágio não obrigatório, disponibilizado pela CEST/PROGRAD, disponível no site da PROGRAD e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 6º. As atividades integrais do estágio, período de vigência e a carga horária poderão ser rescindidos ou serem alterados, desde que estabelecidos em comum acordo entre as partes envolvidas. Os modelos de termos de rescisão e termos aditivos de carga horária e período de vigência do estágio estão disponíveis no site da CEST/PROGRAD e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 7º. Caso o(a) discente solicite alteração no período de vigência do estágio, o(a) estagiário(a) deverá entregar um relatório parcial de estágio com as atividades realizadas até a data estabelecida no termo e outro PAE para o período estendido.

Parágrafo 8º. A duração de estágio, na mesma instituição concedente, não poderá exceder 02 (dois) anos, exceto nos casos em que o estagiário tenha alguma deficiência, segundo a Lei nº 11.788, Lei do Estágio.

Art. 16º. O cômputo das horas de atividades de estágio terá início após a entrega do TCE e do PAE aprovados pelo(a) orientador e devidamente assinados pela instituição concedente, pelo(a) estagiário(a) e pela CEST/PROGRAD.

Parágrafo único: Somente serão válidas e integralizadas as horas de estágio a partir da data efetiva da assinatura do TCE por todas as partes envolvidas.

Art. 17º. Caso tenha interesse, a instituição concedente poderá celebrar um convênio entre ela e a UFOP. A celebração de convênio entre a instituição de ensino (UFOP) e a concedente do estágio é facultada pela Lei Nº 11.788/2008 nos termos do Art. 8º da referida Lei. Porém, caso seja

necessário, os representantes das instituições devem preencher todos os dados da instituição concedente na [minuta do convênio](#) e encaminhar, no formato impresso, 02 (duas) vias devidamente assinadas pelo representante legal da instituição para o seguinte endereço:

Universidade Federal de Ouro Preto
Coordenadoria de Estágio / PROGRAD
Campus Morro do Cruzeiro s/nº, Bauxita
Ouro Preto-MG
CEP: 35400-000

Parágrafo 1º: A CEST/PROGRAD providenciará a assinatura e posteriormente encaminhará uma via para a instituição conveniada.

Parágrafo 2º: Pode ser utilizado o modelo de termo de convênio da instituição, desde que esteja em conformidade com a legislação de estágio vigente.

Parágrafo 3º. O modelo da UFOP referente à minuta do convênio pode ser acessado no site da CEST/PROGRAD e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

VI. DA EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO

Art. 18º. A execução da carga horária total mínima de 180 (cento e oitenta) horas poderá ser feita em um ou mais estágios, desde que respeitada a carga horária parcial mínima de 60 (sessenta) horas.

Parágrafo único: Estágios com carga horária inferior a 60 (sessenta) horas não poderão ser somados para fins de cômputo da carga horária no estágio supervisionado obrigatório. Nesses casos, a carga horária será computada como estágio supervisionado não obrigatório.

Art. 19º. A cada 6 (seis) meses ou antes deste prazo, no caso de encerramento do estágio, o(a) discente deverá encaminhar ao(à) orientador(a) o Relatório de Avaliação de Estágio (RAE) e o Relatório Final de Estágio (RFE), devidamente preenchidos e assinados pelo(a) supervisor(a) do estágio na instituição concedente e pelo(a) estagiário(a).

Parágrafo 1º. O RAE deverá conter a avaliação, a assinatura e o carimbo do(a) supervisor(a) responsável na instituição concedente. Em caso de inexistência do carimbo pessoal, este poderá ser substituído por carimbo da organização concedente. E, no caso de inexistência dos carimbos pessoal do(a) supervisor(a) e da instituição, o RAE deverá ter firma reconhecida do(a) supervisor(a) de estágio.

Parágrafo 2º: Os formulários padrões do RAE e do RFE estão disponíveis no site do CEAD/UFOP e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 3º. O RAE e o RFE devem ser entregues, pelo(a) discente estagiário(a), no prazo de até 20 (vinte) dias corridos após a conclusão do estágio, sob pena de não o ser reconhecido.

Parágrafo 4º. O RAE e o RFE devem ser entregues, pelo(a) discente estagiário(a), no prazo de até 20 (vinte) dias antes do término do semestre letivo no qual estiver matriculado no componente curricular relacionado ao estágio supervisionado (ATV).

Parágrafo 5º. O RAE e o RFE devem ser entregues para o(a) orientador(a), no formato digital, através do ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 6º. O(a) orientador(a) do estágio terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis, após a confirmação de recebimento do RAE e do RFE, para analisar, julgar e apresentar o resultado do seu parecer sobre esses relatórios para o(a) discente estagiário(a).

Parágrafo 7º. O(a) docente orientador(a) poderá deferir ou indeferir o RAE e o RFE apresentado pelo(a) discente estagiário(a) nas seguintes situações:

- I. Deferimento: o(a) orientador(a) do estágio aprova o RAE e/ou RFE apresentado pelo(a) discente. Logo, o(a) orientador(a) dará continuidade à finalização do estágio por meio da solicitação, à Secretaria de Ensino do CEAD, do registro da carga horária de estágio concluída pelo(a) discente.
- II. Indeferimento: o(a) orientador(a) do estágio indefere o RAE e/ou o RFE apresentado pelo(a) discente. Nesse caso, o(a) orientador(a) precisará apresentar a justificativa para o indeferimento. Podendo, nesse caso, solicitar ajustes para que o estágio se torne adequado ou indeferir integralmente os relatórios. Ao indeferir integralmente o RAE

e/ou o RFE, será recomendado(a) ao(à) discente a apresentação de um novo relatório ou a realização de um novo estágio, quando for o caso e de acordo com as recomendações do(a) orientador(a) do estágio.

Parágrafo 8º. Em caso de ajustes do RAE e/ou do RFE, o(a) discente deverá atender às recomendações apresentadas pelo(a) orientador(a) e apresentar um novo RAE e/ou RFE no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de recebimento do parecer de indeferimento do(a) orientador(a).

Art. 20º. Após o recebimento e aprovação do RAE e do RFE, o(a) orientador(a) encaminhará um ofício à Secretaria de Ensino do CEAD solicitando o registro das horas obrigatórias ou não obrigatórias de estágio pelo(a) respectivo(a) discente.

VII. DAS POSSIBILIDADES DE APROVEITAMENTO DE ATIVIDADES PROFISSIONAIS COMO ESTÁGIO

Art. 21º. A carga horária de estágio supervisionado obrigatório poderá ser cumprida caso o(a) discente esteja legalmente exercendo funções administrativas, como contratado ou como servidor(a) público(a), há pelo menos, 1 (um) ano, em instituições definidas pelo Artigo 9º dessa regulamentação.

Parágrafo único. É necessário que o(a) discente tenha exercido ou exerça funções relacionadas às atribuições profissionais do administrador público.

Art. 22º. Nesse caso, o(a) discente funcionário(a) ou servidor(a) deverá apresentar as seguintes documentações:

- I. Cópia da carteira de trabalho (páginas de identificação do trabalhador e do registro do contrato de trabalho).
- II. Documento oficial da instituição contendo informações sobre a instituição, sobre o funcionário ou servidor, descrição do cargo e detalhamento das funções e atividades exercidas.

- III. Relatório Final de Estágio (RFE). Relatório no qual o(a) discente apresenta as principais atividades exercidas profissionalmente e a sua relação com as atividades acadêmicas desenvolvidas no curso.

Art. 23º. A entrega da documentação deve ser feita através de requerimento padrão.

Parágrafo 1º. O modelo do requerimento padrão está disponível no site do CEAD/UFOP e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 2º. O requerimento padrão deve ser devidamente preenchido e assinado, pelo(a) discente, e conter os anexos dispostos no Artigo 22º. Essa documentação deve ser entregue para o(a) orientador(a), no formato digital, através do ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 3º. O(a) docente orientador(a) reserva-se no direito de solicitar qualquer outro documento que seja necessário para a complementação da análise de aproveitamento de atividades profissionais como estágio supervisionado obrigatório.

Art. 24º. O(a) docente orientador(a), após análise dos documentos supramencionados nessa seção, decidirá quanto à equivalência das atividades profissionais, aproveitando-as ou não como estágio obrigatório. Podendo o(a) orientador(a) recorrer ao Colegiado do curso de graduação em Administração Pública apoio para análise mais minuciosa do caso.

Parágrafo 1º. Cabe ao(à) orientador(a) definir quantas horas de estágio que as atividades profissionais serão equivalentes às horas de estágio supervisionado obrigatório, atendendo ao disposto no Art. 18º.

Parágrafo 2º. O(a) docente orientador(a) do estágio terá o prazo de até 20 (vinte) dias corridos, após a confirmação de recebimento da documentação, para analisar, julgar e apresentar o resultado do seu parecer para o(a) discente estagiário(a).

Parágrafo 3º. O(a) docente orientador(a) poderá deferir ou indeferir o pedido de aproveitamento de atividades profissionais como estágio obrigatório.

- I. Deferimento: o(a) orientador(a) do estágio aprova a solicitação de aproveitamento das atividades profissionais como estágio obrigatório. Nesse caso, será necessária ainda a apresentação, pelo(a) discente, do Relatório Final de Estágio (RFE).

- II. Indeferimento: o(a) orientador(a) do estágio indefere a solicitação de aproveitamento das atividades profissionais como estágio obrigatório. Nesse caso, o(a) orientador(a) precisará apresentar a justificativa para o indeferimento. Podendo, nesse caso, solicitar ajustes para que a solicitação se adeque às propostas do estágio ou indeferir integralmente a solicitação.

Parágrafo 4º. Em caso de ajustes da solicitação, o(a) discente deverá atender às recomendações apresentadas pelo(a) orientador(a) e apresentar novos documentos ou ajustar o RFE em um prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de recebimento do parecer de indeferimento do(a) orientador(a).

Art. 25º. Após o recebimento e aprovação da solicitação do aproveitamento das atividades profissionais como estágio, o(a) orientador(a) encaminhará um ofício à Secretaria de Ensino do CEAD solicitando o registro das horas obrigatórias de estágio pelo(a) respectivo(a) discente.

VIII. DA ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 26º. A orientação do estágio será exercida por um(a) docente orientador(a), obrigatoriamente, do Departamento de Gestão Pública.

Parágrafo 1º. A definição do(a) docente orientador(a) ficará a cargo da assembleia departamental.

Parágrafo 2º. O(a) docente orientador(a) terá as seguintes atribuições:

- I. Orientar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos dos(as) discentes durante a realização do estágio.
- II. Manter contato com o(a) supervisor(a) do estágio da entidade concedente.
- III. Indicar bibliografia e outras fontes de consulta.
- IV. Avaliar os relatórios parciais e final entregues pelos alunos.
- V. Acompanhar as atividades desenvolvidas pelo estagiário, orientando suas ações e trabalhos acadêmicos.
- VI. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Parágrafo 3º: Caberá ao(à) orientador(a) a incumbência de adequar o estágio aos objetivos e às normas aplicáveis e acompanhar o(a) estagiário(a) nas suas dúvidas.

IX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27º. Os casos não previstos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo colegiado do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial, do CEAD/UFOP, em primeira instância, pela CEST/PROGRAD e Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE), em caráter de recurso.

Art. 28º. Este Regulamento de estágio supervisionado entrará em vigor a partir do início da primeira turma do curso.



Prof. Dr. Wellington Tavares

Coordenador - Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso

Profa. Dra. Kátia Gardênia Henrique da Rocha
Diretora - Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)

22.3. Anexo C – Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO NA MODALIDADE PRESENCIAL, DO CEAD/UFOP.

Regulamento do trabalho de conclusão de curso *do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial*, do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente curricular obrigatório conforme estabelecido na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) Nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado.

I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. O desenvolvimento do TCC ocorre através das disciplinas GEP137 (TCC I) e GEP139 (TCC II), as quais são componentes curriculares obrigatórios, constituindo em um dos requisitos para a conclusão do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial*, da Universidade Federal de Ouro Preto.

Parágrafo 1º. O TCC, sempre que possível, deve estar associado às atividades desenvolvidas em projetos de ensino, pesquisa e extensão, em atividades relacionadas ao estágio supervisionado obrigatório e outras atividades acadêmico-culturais e sociais nas quais o(a) discente estiver envolvido.

Art. 2º. Os objetivos gerais do TCC são, para os(as) discentes, os seguintes:

- I. Demonstrar capacidade de analisar criticamente a bibliografia e os trabalhos existentes sobre o tema escolhido.

- II. Elaborar um trabalho na área de Administração Pública condizente com os conteúdos desenvolvidos durante a graduação.
- III. Demonstrar capacidade de realizar um trabalho relacionado à Administração Pública com base em pesquisa (bibliográfica e/ou de campo) e elaborado dentro das normas sobre apresentação de trabalho científico.
- IV. Criar oportunidades para que se realizem pesquisas cujos resultados sejam significativos e relevantes para a comunidade local e/ou esferas mais abrangentes, bem como para o avanço do campo de estudo de Administração Pública.

Art. 3º. A assembleia do Departamento de Gestão Pública (DEGEP) será a responsável por definir, a cada oferta das referidas disciplinas, o(a) docente responsável pelas turmas de TCC I (GEP137) e TCC II (GEP139), nas quais serão matriculados todos(as) os(as) discentes que estejam em fase de desenvolvimento do trabalho de conclusão de curso.

Parágrafo 1º: As disciplinas de TCC I e de TCC II serão realizadas por meio da modalidade a distância, utilizando-se do ambiente virtual de aprendizagem, o *Moodle*.

Parágrafo 2º: Eventualmente ocorrerão encontros entre discentes e os(as) docentes orientadores(as) por meio virtual ou mesmo presencial, quando devido e definido pelo(a) orientador(a).

Parágrafo 3º. O cronograma de atividades dessas disciplinas será definido a partir do programa analítico e plano de ensino propostos.

II. DOS PRÉ-REQUISITOS E RESPONSABILIDADES DO(A) DISCENTE

Art. 4º. O(a) discente estará apto(a) a matricular-se na disciplina TCC I (GEP137) após integralizar 2.160 (duas mil cento e sessenta) horas de curso e ter sido aprovado(a) na disciplina “Metodologia de pesquisa” (GEP131).

Parágrafo único: O(a) discente estará apto(a) a matricular-se na disciplina TCC II (GEP139) após aprovação na disciplina TCC I (GEP137).

Art. 5º. São responsabilidades dos(as) discentes:

- I. Elaborar um trabalho de conclusão de curso envolvendo uma temática da área de administração pública.
- II. Desenvolver um trabalho original, legítimo e atender às legislações vigentes de direitos autorais.
- III. Manter contato regular com o(a) orientador(a) e seguir o cronograma de atividades propostas em cada uma das disciplinas matriculadas.
- IV. Atender, obrigatoriamente, as diretrizes do “Guia para normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos” do Sistema de Bibliotecas e Informação (SISBIN) da UFOP.
- V. Seguir, obrigatoriamente, os procedimentos de depósito da versão final do trabalho de conclusão de curso no Banco Digital de Trabalho de Conclusão de Curso (BDTCC) – SISBIN/UFOP.
- VI. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

III. DOS REQUISITOS E RESPONSABILIDADES DO(A) ORIENTADOR(A)

Art. 6º. O(a) orientador(a) deve ser, preferencialmente, docente efetivo(a) do Departamento de Gestão Pública do CEAD da UFOP.

Parágrafo 1º. Docentes substitutos(as) ou contratados(as) do DEGEP poderão atuar como orientadores dos trabalhos de conclusão de curso, desde que informem um(a) docente efetivo(a), do DEGEP, como co-orientador(a) do trabalho.

Parágrafo 2º. Docentes efetivos, substitutos ou contratados de outras unidades ou campus da UFOP poderão atuar como orientadores dos trabalhos de conclusão de curso, desde que um(a) docente efetivo(a), do DEGEP, seja co-orientador(a) do trabalho.

Parágrafo 3º. Docentes efetivos de outras instituições de ensino superior poderão atuar como co-orientadores(as), desde que um(a) docente efetivo(a) do DEGEP seja orientador(a) do trabalho.

Parágrafo 4º. Poderão atuar como membros externos docentes de outras instituições de ensino superior e profissionais especialistas que atuam na área na qual a pesquisa abrange, ficando o convite para esses membros sob responsabilidade do(a) orientador(a) do trabalho de conclusão de curso.

Art. 7º. A responsabilidade pela elaboração do TCC é integralmente dos(as) discentes, contudo, não eximindo o(a) orientador(a) de desempenhar adequadamente, dentro das normas definidas neste regulamento, as atribuições decorrentes da sua atividade de orientação.

Parágrafo único: Compete ao(a) docente orientador(a):

- I. Cumprir com as diretrizes estabelecidas neste regulamento.
- II. Estabelecer com os(as) orientandos(as) boa comunicação, bom relacionamento e um plano de ações que permita o satisfatório desenvolvimento do trabalho.
- III. Orientar o(a) discente sobre como desenvolver o trabalho científico.
- IV. Cumprir e fazer cumprir este regulamento.

IV. DO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO TCC

Art. 8º. O desenvolvimento do TCC ocorrerá, de forma individual, através das disciplinas GEP137 e GEP139. Para iniciar a execução do TCC o(a) discente precisará:

- I. Matricular-se, inicialmente, na disciplina GEP137
- II. Formalizar a orientação.
- III. Desenvolver a pesquisa sob orientação de um(a) docente.
- IV. Apresentar a pesquisa para uma banca de avaliação.
- V. Entregar o trabalho final de curso no BDTCC.

Parágrafo 1º. As matrículas nas disciplinas GEP137 e GEP139 devem ocorrer de acordo com o calendário acadêmico.

Parágrafo 2º. Sugere-se que a matrícula em GEP139 ocorra no semestre subsequente à aprovação na disciplina GEP137.

Parágrafo 3º. O(a) discente deve formalizar a orientação do trabalho utilizando-se o modelo de proposta de orientação, o qual deve ser preenchido e assinado pelo(a) discente e orientador(a). Essa proposta deve ser entregue na secretaria do curso até o 10º (décimo) dia letivo do início do semestre no qual está se matriculando, caso contrário, a matrícula na referida disciplina será cancelada pela presidência do colegiado do curso.

Parágrafo 4º. Ficará a cargo do(a) discente a escolha do(a) orientador(a), respeitando o Artigo 6º deste regulamento e que o(a) docente esteja de acordo com a orientação.

Parágrafo 5º. A elaboração do TCC poderá ser no formato de monografia, artigo científico ou caso de ensino, seguindo, obrigatoriamente, as diretrizes e normalizações do SISBIN da UFOP.

Parágrafo 6º. A avaliação das disciplinas GEP137 e GEP139 será de responsabilidade das respectivas bancas de avaliação, as quais serão organizadas e presididas pelo(a) orientador(a).

Parágrafo 7º. Após a conclusão e aprovação na disciplina GEP139, o(a) discente deverá, obrigatoriamente, submeter o trabalho final de curso e ter a submissão deferida pelo BDTCC. Caso contrário, o(a) discente será reprovado(a) na disciplina GEP139.

V. DA MATRÍCULA DO(A) DISCENTE NAS DISCIPLINAS

Art. 9º. O(a) discente deve solicitar a sua matrícula nas disciplinas GEP137 ou GEP139 no período definido pelo calendário acadêmico, considerando o semestre no qual o trabalho será executado e apresentado.

Parágrafo 1º. O(a) discente deve atender aos requisitos definidos nos Artigos 4º e 5º deste regulamento.

Parágrafo 2º. Após a matrícula nas disciplinas GEP137 ou GEP139, o(a) discente deve entregar a proposta de orientação até o 10º (décimo) dia letivo do semestre, caso contrário a matrícula do(a) discente na referida disciplina será cancelada.

Parágrafo 3º. A proposta de orientação deve ser devidamente assinada pelo(a) orientador(a) e discente. Esse documento deve ser entregue na secretaria do curso, que será a responsável por encaminhar as propostas à presidência do colegiado do curso.

VI. DA FORMALIZAÇÃO DA ORIENTAÇÃO

Art. 10º. A escolha do(a) orientador(a) é de responsabilidade do(a) discente, considerando a obrigatoriedade no cumprimento dos Artigos 6º e 7º deste regulamento.

Parágrafo 1º. O(a) discente ficará a cargo de definir um(a) orientador(a), considerando a sugestão de que essa definição ocorra no semestre anterior à matrícula nas disciplinas GEP137 e GEP139.

Parágrafo 2º. O(a) orientador(a) convidado(a) poderá rejeitar o pedido do(a) discente, desde que apresente justificativa.

Parágrafo 3º. O(a) orientador(a) poderá solicitar a desistência da orientação, desde que apresente justificativa. Essa justificativa deve ser feita à presidência do colegiado do curso.

Parágrafo 4º. O colegiado do curso poderá intervir no processo de definição do(a) orientador(a) e respectivo(a) discente quando houver:

- I. substituição do(a) docente orientador(a) por motivos de força maior.
- II. o(a) discente desistir do tema, área ou solicitar a modificação na orientação,
- III. quando o(a) discente reprovar expressivamente nas disciplinas GEP137 e GEP139.
- IV. desistência do(a) orientador(a) sobre a pesquisa.
- V. falha de comunicação e conflitos de relacionamento entre orientador(a) e discente.

Art. 11º. A formalização da orientação ocorrerá através da aprovação da proposta de orientação pelo colegiado do curso.

Parágrafo 1º. O(a) docente orientador(a) e o discente devem assinar o documento referente à proposta de orientação.

Parágrafo 2º. As propostas de orientação devem estar relacionadas a temas do Campo de Públicas, caso contrário, a proposta será rejeitada pelo colegiado do curso.

Parágrafo 3. A proposta de orientação deve ser entregue na secretaria do curso até o 10º (décimo) dia letivo do início do semestre no qual está se matriculando. Caso contrário, a matrícula na referida disciplina será cancelada pela presidência do colegiado do curso.

Parágrafo 4. A proposta de orientação aprovada pelo colegiado do curso será comunicada para os(as) respectivos autores, discente e orientador(a).

Parágrafo 5º. A proposta de orientação reprovada pelo colegiado do curso será comunicada para os(as) respectivos autores, discente e orientador(a). Os(as) autores(as) terão o prazo de até 10 (dez)

dias corridos, após a data de recebimento do comunicado, para refazer a proposta seguindo as sugestões do colegiado do curso.

VII. DA EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO

Art. 12º. O trabalho de conclusão de curso deve ser elaborado de acordo com o modelo disponível no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo único: Para a elaboração do TCC, o(a) discente deve, obrigatoriamente, seguir as diretrizes apresentadas pelo SISBIN através do guia de normalização bibliográfica de trabalhos acadêmicos, o qual está disponível no site do SISBIN e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Art. 13º. O processo de avaliação das disciplinas GEP137 e GEP139 é de responsabilidade do(a) orientador(a).

Parágrafo 1º. O(a) orientador(a) e a banca examinadora deverão adotar como instrumentos de avaliação a apresentação do trabalho e o projeto desenvolvido em cada uma das disciplinas do TCC, GEP137 e GEP139.

Parágrafo 2º. O(a) docente orientador(a) é o responsável por organizar a banca examinadora e terá autonomia para estabelecer os critérios de avaliação.

Parágrafo 3º. O(a) docente orientador(a) deverá, via ofício, comunicar à secretaria do curso a frequência e a nota do(a) discente matriculado em GEP137 ou GEP139 sob sua orientação, até o último dia letivo do semestre, conforme o calendário acadêmico.

Art. 14º. As apresentações dos projetos da disciplina GEP137 e dos trabalhos finais da disciplina GEP139 serão realizadas em datas previamente definidas pelo colegiado do curso.

Parágrafo 1º. A banca de avaliação será composta pelo(a) orientador(a), pelo(a) co-orientador(a), se houver, e dois membros externos, desde que atendam ao disposto no Artigo 6º. O(a) orientador(a) e a banca examinadora terão autonomia para estabelecer os critérios de avaliação das apresentações e do trabalho escrito nas disciplinas GEP137 e GEP139.

Parágrafo 1º. A definição e comunicação da data e horário da apresentação dos trabalhos nas disciplinas GEP137 e GEP139, para a secretaria do curso, é de responsabilidade do(a) orientador(a), desde que atenda ao disposto no Artigo 14º.

Parágrafo 2º. A reserva, conferência e utilização de recursos audiovisuais para a apresentação é de responsabilidade do(a) discente).

Art. 15º. O(a) discente será aprovado nas disciplinas GEP137 e GEP139 se obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis) e ter acima de 75% (setenta e cinco por cento) de frequência na referida disciplina.

Parágrafo único: No caso da GEP139, o(a) discente será aprovado após atender os requisitos do Artigo 7º e submeter, obrigatoriamente, o TCC no BDTCC da UFOP em até 15 (quinze) dias corridos a partir da data de apresentação do trabalho final.

Art. 16º. Não serão oferecidos exames especiais nas disciplinas GEP137 e GEP139.

Art. 17º. Caso o trabalho seja aprovado, após a apresentação do TCC para a banca examinadora, o(s) discente terá o prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de apresentação do trabalho, para fazer os ajustes sugeridos pela banca e submeter o trabalho ao BDTCC, sob o aval do(a) orientador(a).

Parágrafo único: Caso o trabalho seja reprovado, o(a) discente deverá cursar, novamente, a disciplina na qual foi reprovado(a).

VIII. DA ENTREGA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Art. 18º. A entrega da versão final do TCC, no formato digital, deve ser feita, obrigatoriamente, de acordo com as normalizações e procedimentos do Banco Digital de Trabalho de Conclusão de Curso (BDTCC) do SISBIN da UFOP.

Parágrafo 1º: As normalizações e procedimentos do BDTCC estão disponíveis no site do BDTCC/SISBIN e no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Parágrafo 2º. No caso da disciplina GEP139, a submissão obrigatória da versão final do TCC no BDTCC deve ser feita pelo(a) discente, com o aval do(a) orientador(a), até o último dia letivo do semestre no qual o(a) discente estiver matriculado.

Parágrafo 3º. O não atendimento aos Artigos 7º e 15º deste regulamento poderá incorrer na reprovação do(a) discente na disciplina GEP139.

IX. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º. Os casos não previstos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo Colegiado do Curso de Graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial, do CEAD/UFOP, em primeira instância, pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e Conselho de Pesquisa, Ensino e Extensão (CEPE), em caráter de recurso.

Art. 20º. Este regulamento do trabalho de conclusão do curso entrará em vigor a partir da entrada da primeira turma do curso.



Prof. Dr. Wellington Tavares
Coordenador - Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso

Profa. Dra. Kátia Gardênia Henrique da Rocha
Diretora - Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)

22.4. Anexo D – Regulamento das Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACCs)

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO CIENTÍFICO-CULTURAIS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO NA MODALIDADE PRESENCIAL, DO CEAD/UFOP

Regulamento das atividades acadêmico científico-culturais *do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial*, do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACCs) são um elemento curricular obrigatório constituindo em um dos requisitos para a conclusão do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial, da Universidade Federal de Ouro Preto.

Art. 2º. A incorporação curricular, dessas atividades, parte do pressuposto de que a formação de administradores públicos não se realiza exclusivamente nos espaços acadêmicos formais de ensino. A formação supõe, também, a autoformação por meio da capacidade de, conscientemente, os(a) discentes produzirem escolhas que correspondam aos seus interesses e que sejam adequadas à profissão de administrador(a) público(a).

II. DA COMPOSIÇÃO DAS AACC

Art. 3º. As AACCs totalizam 60 (sessenta) horas, a serem desenvolvidas durante o período de integralização todo o curso, de forma diversificada e envolvendo atividades relacionadas às áreas de ensino, pesquisa, extensão, cultura e outros aspectos.

Parágrafo 1º. Os(as) discentes poderão realizar atividades complementares a partir do primeiro semestre letivo do curso.

Art. 4º. Somente serão validadas as atividades desenvolvidas durante o período de matrícula dos alunos no curso e que possam ser comprovadas por atestado, certificado ou outro documento idôneo, observados os limites estabelecidos no Apêndice 1.

Parágrafo 1º. Serão aceitas as atividades realizadas apenas no semestre no qual elas foram realizadas ou no semestre anterior. Exemplo: para o registro no 2º (segundo) semestre letivo serão aceitas as atividades desenvolvidas nos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres. Ou seja, o(a) estudante deve apresentar as atividades desenvolvidas no semestre letivo corrente ou aquelas realizadas no semestre anterior. Após passados dois semestres letivos de realização das atividades e sem sua devida avaliação e validação, estas caducam e não podem mais ser aproveitadas para cômputo das horas de AACCs.

Parágrafo 2º. As AACCs podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante o período de recesso escolar, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo 3º. A solicitação de análise de AACCs deverá ser realizada pelo(a) discente de acordo com os procedimentos apresentados no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Aprendizagem”), durante a vigência do semestre letivo.

Parágrafo 4º. O(a) discente que não integralizar as horas das AACCs até o 8º (oitavo) período, poderá, excepcionalmente, registrar as suas atividades no 9º (nono) período ou em períodos subsequentes até a integralização do curso, sendo consideradas apenas as atividades realizadas no semestre letivo do registro.

Parágrafo 5º. O(a) discente deve preencher e assinar o formulário de solicitação de horas em atividades complementares conforme modelo disponível no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 6º. O(a) discente deve entregar, no formato digital, o formulário de solicitação de horas em atividades complementares no ambiente *Moodle* no campo específico para esse fim e atendendo ao disposto no Artigo 4º (quarto) desse Regulamento.

Parágrafo 7º. A comissão permanente de avaliação das AACCs será a responsável por analisar as solicitações dos(as) discentes. Essa análise deverá ocorrer em um prazo máximo de 30 (trintas) dias corridos a partir da data de recebimento da solicitação por parte do(a) discente.

Parágrafo 8º. A comissão permanente de avaliação poderá deferir ou indeferir as solicitações apresentadas pelo(a) discente.

- I. Deferimento: a presidência da comissão responsável pela avaliação das solicitações de AACCs poderá deferir o pedido apresentado pelo(a) discente. Após o deferimento, a presidência da comissão deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, encaminhar à Secretaria de Ensino do CEAD, via ofício do colegiado do curso, a solicitação de registro de horas em atividades acadêmico científico-culturais no histórico escolar do(a) referido(a) discente. O(a) discente será comunicado sobre o deferimento e solicitação do registro das horas em AACCs.
- II. Indeferimento: a presidência da comissão responsável pela avaliação das solicitações de AACCs poderá indeferir o pedido apresentado pelo(a) discente. O indeferimento poderá ocorrer quando a AACC não apresentar contribuição para a formação acadêmico-profissional do discente e o indeferimento deve ser justificado. O(a) discente poderá recorrer dessa decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, utilizando-se do requerimento padrão, interposição de recurso, o qual deverá ser preenchido, assinado e entregue na secretaria do curso. O(a) discente será comunicado(a) sobre novo indeferimento, se houver. Nesse caso, a solicitação não será atendida e o(a) discente necessitará apresentar novas AACCs realizadas.

III. DA COMISSÃO PERMANENTE DE AACCs

Art. 5º. Será formada uma Comissão Permanente de Avaliação das AACCs, definida em Assembleia do Departamento de Gestão Pública (DEGEP), composta por no mínimo 3 (três) professores que avaliarão os requerimentos de validação de horas de AACCs.

Parágrafo 1º. A Comissão deverá indicar um dos seus membros como seu Presidente.

Parágrafo 2º. Cabe ao Presidente da Comissão Permanente de AACCs:

- I. Fazer cumprir este Regulamento.
- II. Convocar reuniões da Comissão.
- III. Comunicar aos alunos requerentes sobre o deferimento ou o indeferimento das solicitações, dentro do prazo definido no parágrafo 8º (nono) do Art. 4º deste Regulamento.
- IV. Encaminhar à Secretaria de Ensino, via ofício do Colegiado do Curso, a solicitação de registro de horas em atividades acadêmico científico-culturais no histórico escolar do referido discente.
- V. Resolver com o Colegiado do Curso os casos omissos deste regulamento, incluindo as atividades não previstas no Apêndice 1 deste Regulamento.

Parágrafo 3º. Cabe à Comissão de AACCs:

- I. Reunir-se para analisar os requerimentos de validação de horas de AACCs, divulgando o seu calendário de reuniões à comunidade do curso no início de cada semestre.
- II. Orientar os alunos do curso acerca deste Regulamento e os procedimentos para realização e registro das AACCs.
- III. Deferir ou indeferir, até o término do semestre letivo em curso, os requerimentos de validação de horas de AACCs registrados pelos(as) discentes.
- IV. Contabilizar a carga horária da atividade, respeitando os valores máximos permitidos, de acordo com o quadro do Apêndice 1.
- V. Manter o registro das AACCs junto à Secretaria do Curso.

IV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. Os casos não previstos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo colegiado do *curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial*, do CEAD/UFOP, em primeira instância, e pelo Conselho de Graduação, em caráter de recurso.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Art. 7º. Este Regulamento de Atividades Acadêmico Científico-Culturais entrará em vigor a partir do início da primeira turma do curso.



Prof. Dr. Wellington Tavares
Coordenador - Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso

Profa. Dra. Kátia Gardênia Henrique da Rocha
Diretora - Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Apêndice 1

Quadro. Tabela de pontuação de Atividades Acadêmico Científico-Culturais (AACCs)

Atividades	Comprovação	Carga horária máxima por submissão	Carga horária máxima da atividade (para todo o curso)
ENSINO			
Cursos de linguagem (Língua estrangeira, Libras e/ou Computacional)	Certificado de conclusão de módulo constando período e carga horária.	10	30
Estágio não obrigatório	Declaração da instituição constando período e carga horária	20	40
Cursos ou disciplinas extracurriculares de áreas afins	Certificado da instituição constando período e carga horária.	10	30
Visitas a Universidades, Instituições de ensino ou ONGs, com objetivo educacional.	Declaração da instituição e/ou do(a) responsável pela visita.	8	24
Participação, como ouvinte, em eventos educacionais (fóruns, mostras, jornadas, congressos, seminários, palestras, defesas de dissertação e tese e outros)	Certificado da instituição constando período e carga horária.	4	8
Leitura orientada de livros ou revistas, indicados por professores da UFOP	Declaração do(a) professor(a) responsável, com carga horária indicada.	4	8
PESQUISA			
Apresentação de trabalhos em congressos, seminários, fóruns, jornadas, mostras e similares (Apresentação oral ou poster)	Certificado da instituição constando o trabalho apresentado e carga horária.	20	60
Material produzido pelos(as) discentes, gerado a partir de sua participação em pesquisa com professores(as) da UFOP	Declaração do(a) professor(a) responsável	10	30

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Trabalho completo publicado em anais de eventos	Certificado da instituição constando o trabalho publicado ou cópia dos anais do evento	20	60
Resumo, simples ou expandido, de trabalho publicado em anais	Certificado da instituição constando o trabalho publicado ou cópia dos anais	10	30
Artigos publicados em revistas acadêmicas ou capítulo de livro publicado	Cópia do material	20	60
Livro publicado ou capítulo de livro, na área do curso ou em áreas afins, com ISBN	Cópia do material e doação de um exemplar para a biblioteca da UFOP	60	60
Iniciação científica (com ou sem bolsa), por semestre	Declaração do professor orientador constando o tema do projeto e as horas	60	60
Visitas às Universidades, Instituições ou Laboratórios, com objetivo de pesquisa.	Declaração da instituição e/ou do responsável pela visita, com anuência do(a) professor(a) orientador(a) da UFOP	8	24
Leitura de livros ou artigos publicados em revistas ou periódicos indicados pelo(a) orientador(a)	Declaração do(a) professor(a) orientador(a), com carga horária indicada.	4	8
Participação em grupo de pesquisa	Declaração do(a) professor(a) coordenador(a) do grupo, com carga horária indicada.	10	20

CULTURAL			
Visitas à patrimônios culturais, cidades históricas, monumentos, museus, memoriais e outros	Ingressos, recibos, certificado ou declaração de participação	2	10
Filme, teatro, shows, feiras, exposições	Ingressos, recibos, certificado ou declaração de participação	2	10
Cursos Extracurriculares	Certificado da instituição constando período e carga horária	5	10

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO**

Leitura de livros ou artigos publicados em jornais, revistas ou periódicos	Resenha	2	10
Participação, como ouvinte, em eventos de temas diversos (fóruns, mostras, jornadas, congressos, seminários, palestras e outros)	Certificado da instituição constando período e carga horária	2	10
Ministrar palestras sobre temas diversos	Certificado da instituição constando período e carga horária.	4	12
Participação na organização e realização de eventos culturais	Certificado da instituição constando período e carga horária		

OUTROS			
Organização de eventos científicos	Certificado ou declaração da organização do evento constando a carga horária	20	20
Participação em órgãos colegiados da UFOP	Declaração comprobatória	10	20
Participação em Centro Acadêmico	Declaração comprobatória	10	20
Colaboração na organização e/ou realização de eventos (exceto científicos)	Certificado ou declaração da organização do evento constando a carga horária	10	20
Organização de eventos científicos	Certificado ou declaração da organização do evento constando a carga horária	20	40
Visitas técnicas	Apresentação de relatório com planejamento e descrição das atividades desenvolvidas, devidamente assinado pelo(a) responsável na organização visitada.	20	40
Participação em órgãos colegiados ou em direção de Centro Acadêmico	Declaração comprobatória	10	20
Participação em empresas juniores como consultores ou diretores	Certificado ou declaração da empresa júnior constando a carga horária	20	40

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Participação em pesquisas de acompanhamento e avaliações do curso	Certificado ou declaração da comissão de avaliação do curso ou do Núcleo Docente Estruturante (NDE)	10	20
---	---	----	----

**22.5. Anexo E – Regulamento das Atividades Acadêmico Científico-Culturais
Extensionistas (AACCEs)**

**REGULAMENTO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO CIENTÍFICO-CULTURAIS
EXTENSIONISTAS DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
BACHARELADO NA MODALIDADE PRESENCIAL, DO CEAD/UFOP**

Regulamento das atividades acadêmico científico-culturais extensionistas *do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial*, do Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

I. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. As Atividades Acadêmico Científico-Culturais Extensionistas (AACCEs) são um elemento curricular obrigatório constituindo em um dos requisitos para a conclusão do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial, da Universidade Federal de Ouro Preto.

Art. 2º. A incorporação curricular, dessas atividades, parte do pressuposto de que a formação de administradores públicos não se realiza exclusivamente nos espaços acadêmicos formais de ensino. A formação supõe, também, a autoformação por meio da capacidade de, conscientemente, os(a) discentes produzirem escolhas que correspondam aos seus interesses e que sejam adequadas à profissão de administrador(a) público(a).

Art. 3º. As AACCEs correspondem a parte da carga horária necessária para integralização das atividades extensionistas do curso, sendo um componente curricular obrigatório, nos termos da *Lei Federal n.º 3.005/2014*, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). A Estratégia 7 da Meta 12 do Plano assegura que, no mínimo, 10% dos créditos dos cursos de graduação devem ser utilizados em ações de Extensão. Além do PNE, a curricularização da extensão se fundamenta na Resolução do Conselho Nacional de Educação Nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece

as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Na prática, a curricularização da extensão é regulamentada no âmbito da UFOP pela *Resolução CEPE 7.609/2018* - que informa que as ações de extensão se dão por meio de disciplinas (totalmente ou parcialmente extensionista) e/ou atividades complementares extensionistas (programas, projetos, cursos, eventos, e prestação de serviços) - e pela *Resolução CEPE 7.852/2019* - que orienta para o cadastro de todas as ações de extensão dos cursos na Pró-reitoria de Extensão (PROEX).

II. DA COMPOSIÇÃO DAS AACCEs

Art. 4º. As Atividades Acadêmico Científico-Culturais Extensionistas (AACCEs) são atividades complementares de natureza exclusivamente extensionista e que, os(as) discentes devem realizar obrigatoriamente o mínimo de 60 (sessenta) horas.

Parágrafo 1º. As AACCEs totalizam 60 (sessenta) horas, a serem desenvolvidas durante o período de integralização do curso, de forma diversificada e envolvendo atividades de extensão.

Parágrafo 2º. Os(as) discentes poderão realizar as atividades extensionistas a partir do primeiro semestre letivo do curso.

Parágrafo 3º. As AACCEs serão registradas no sistema acadêmico com o código ATV200, a fim de possibilitar o controle da realização das horas obrigatórias em extensão, sejam elas vinculadas a programas, projetos, cursos, eventos ou prestação de serviços.

Art. 5º. Somente serão validadas as atividades desenvolvidas durante o período de matrícula dos alunos no curso e que possam ser comprovadas por atestado, certificado ou outro documento idôneo, observados os limites estabelecidos no Apêndice 1.

Parágrafo 1º. Serão aceitas as atividades realizadas apenas no semestre no qual elas foram realizadas ou no semestre anterior. Exemplo: para o registro no 2º (segundo) semestre letivo serão aceitas as atividades desenvolvidas nos 1º (primeiro) e 2º (segundo) semestres. Ou seja, o(a) estudante deve apresentar as atividades desenvolvidas no semestre letivo corrente ou aquelas realizadas no semestre anterior. Após passados dois semestres letivos de realização das atividades

e sem sua devida avaliação e validação, estas caducam e não podem mais ser aproveitadas para cômputo das horas de AACCEs.

Parágrafo 2º. As AACCEs podem ser realizadas a qualquer momento, inclusive durante o período de recesso escolar, desde que respeitados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento.

Parágrafo 3º. A solicitação de análise de AACCEs deverá ser realizada pelo(a) discente de acordo com os procedimentos apresentados no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Aprendizagem”), durante a vigência do semestre letivo.

Parágrafo 4º. O(a) discente que não integralizar as horas das AACCEs até o 8º (oitavo) período, poderá, excepcionalmente, registrar as suas atividades no 9º (nono) período ou em períodos subsequentes até a integralização do curso, sendo consideradas apenas as atividades realizadas no semestre letivo do registro.

Parágrafo 5º. O(a) discente deve preencher e assinar o formulário de solicitação de horas em atividades extensionistas conforme modelo disponível no ambiente *Moodle* (“Área Virtual de Interação”).

Parágrafo 6º. O(a) discente deve entregar, no formato digital, o formulário de solicitação de horas em atividades extensionistas no ambiente *Moodle* no campo específico para esse fim e atendendo ao disposto no Artigo 5º (quarto) desse Regulamento.

Parágrafo 7º. A comissão permanente de avaliação das AACCEs será a responsável por analisar as solicitações dos(as) discentes. Essa análise deverá ocorrer em um prazo máximo de 30 (trintas) dias corridos a partir da data de recebimento da solicitação por parte do(a) discente.

Parágrafo 8º. A comissão permanente de avaliação poderá deferir ou indeferir as solicitações apresentadas pelo(a) discente.

- III.** Deferimento: a presidência da comissão responsável pela avaliação das solicitações de AACCEs poderá deferir o pedido apresentado pelo(a) discente. Após o deferimento, a presidência da comissão deverá, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, encaminhar à Secretaria de Ensino do CEAD, via ofício do colegiado do curso, a solicitação de registro de horas em AACCEs (ATV200) no histórico escolar do(a)

referido(a) discente. O(a) discente será comunicado sobre o deferimento e solicitação do registro das horas em AACCEs.

- IV.** Indeferimento: a presidência da comissão responsável pela avaliação das solicitações de AACCEs poderá indeferir o pedido apresentado pelo(a) discente. O indeferimento poderá ocorrer quando a AACCE não apresentar contribuição para a formação acadêmico-profissional do discente e o indeferimento deve ser justificado. O(a) discente poderá recorrer dessa decisão, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, utilizando-se do requerimento padrão, interposição de recurso, o qual deverá ser preenchido, assinado e entregue na secretaria do curso. O(a) discente será comunicado(a) sobre novo indeferimento, se houver. Nesse caso, a solicitação não será atendida e o(a) discente necessitará apresentar novas AACCEs realizadas.

III. DA COMISSÃO PERMANENTE DE AACCEs

Art. 6º. Será formada uma Comissão Permanente de Avaliação das AACCEs, definida em Assembleia do Departamento de Gestão Pública (DEGEP), composta por no mínimo 3 (três) professores que avaliarão os requerimentos de validação de horas de AACCEs.

Parágrafo 1º. A Comissão deverá indicar um dos seus membros como seu Presidente.

Parágrafo 2º. Cabe ao Presidente da Comissão Permanente de AACCE:

- VI. Fazer cumprir este Regulamento.
- VII. Convocar reuniões da Comissão.
- VIII. Comunicar aos alunos requerentes sobre o deferimento ou o indeferimento das solicitações, dentro do prazo definido no parágrafo 8º (nono) do Art. 4º deste Regulamento.
- IX. Encaminhar à Secretaria de Ensino, via ofício do Colegiado do Curso, a solicitação de registro de horas em atividades acadêmico científico-culturais no histórico escolar do referido discente.
- X. Resolver com o Colegiado do Curso os casos omissos deste regulamento, incluindo as atividades não previstas no Apêndice 1 deste Regulamento.

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

Parágrafo 3º. Cabe à Comissão de AACCEs:

- VI. Reunir-se para analisar os requerimentos de validação de horas de AACCEs, divulgando o seu calendário de reuniões à comunidade do curso no início de cada semestre.
- VII. Orientar os alunos do curso acerca deste Regulamento e os procedimentos para realização e registro das AACCEs.
- VIII. Deferir ou indeferir, até o término do semestre letivo em curso, os requerimentos de validação de horas de AACCEs registrados pelos(as) discentes.
- IX. Contabilizar a carga horária da atividade, respeitando os valores máximos permitidos, de acordo com o quadro do Apêndice 1.
- X. Manter o registro das AACCEs junto à Secretaria do Curso.

IV. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 6º. Os casos não previstos neste regulamento serão analisados e dirimidos pelo colegiado do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado na modalidade presencial, do CEAD/UFOP, em primeira instância, e pelo Conselho de Graduação, em caráter de recurso.

Art. 7º. Este Regulamento de Atividades Acadêmico Científico-Culturais Extensionistas entrará em vigor a partir do início da primeira turma do curso.



Prof. Dr. Wellington Tavares
Coordenador - Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico de Curso

Profa. Dra. Kátia Gardênia Henrique da Rocha
Diretora - Centro de Educação Aberta e a Distância (CEAD)

Apêndice 1

Quadro. Tabela de pontuação de Atividades Acadêmico Científico-Culturais Extensionistas (AACCEs)

Atividades	Comprovação	Carga horária máxima por submissão	Carga horária máxima da atividade (para todo o curso)
Participação em programas de extensão integrados às políticas institucionais	Declaração do(a) professor(a) coordenador(a) ou comissão organizadora do programa, constando o tema do programa, atividades realizadas pelo(a) discente e a carga horária	60	60
Participação em projetos, definidos por ações processuais contínuos de caráter educativo, científico, cultural, artístico, social, desportivo ou tecnológico	Declaração do(a) professor(a) coordenador(a) ou comissão organizadora do projeto, constando o tema do projeto, atividades realizadas pelo(a) discente e a carga horária	60	60
Participação cursos de extensão com foco na ampliação de conhecimento, habilidades ou técnicas, voltados para a capacitação, aperfeiçoamento ou atualização abertos à comunidade, com ou sem bolsa	Declaração do(a) professor(a) coordenador(a) ou comissão organizadora do curso, constando o nome do curso, atividades realizadas pelo(a) discente e a carga horária	60	60
Participação em eventos de cunho acadêmico que objetivem o desenvolvimento, a ampliação e a divulgação de conhecimentos produzidos ou reconhecidos pela Universidade	Declaração do(a) professor(a) coordenador(a) ou comissão organizadora do evento, constando o nome do evento, atividades realizadas pelo(a) discente e a carga horária	60	60
Participação em prestação de serviço, que incluem ações de interesse institucional em áreas específicas de conhecimento, por	Declaração do(a) professor(a) coordenador(a), constando o nome da prestação de	60	60

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, BACHARELADO

meio de atividades de consultorias e assessorias, assistência, atendimento ao público, laudos técnicos, etc.	serviço, atividades realizadas pelo(a) discente e a carga horária		
Material produzido pelos(as) discentes, derivado das ações de extensão.	Declaração do(a) professor(a) coordenador(a) ou da comissão organizadora da produção de material, constando o nome das produções, atividades realizadas pelo(a) discente e a carga horária para a produção	20	40